

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



Dissertação

Pop management jornalístico e espírito do capitalismo: os cadernos de emprego no
jornal Zero Hora (2012/2013)

Ana Paula Ferreira D'Avila

Pelotas, 2014

ANA PAULA FERREIRA D'AVILA

Pop management jornalístico e espírito do capitalismo: os cadernos de emprego no
jornal Zero Hora (2012/2013)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Robertt

Pelotas, 2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D259p D'Avila, Ana Paula Ferreira

Pop management jornalístico e espírito do capitalismo : os cadernos de emprego no jornal Zero Hora (2012/2013) / Ana Paula Ferreira D'Avila ; Pedro Robertt, orientador. — Pelotas, 2014.

144 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Novo espírito do capitalismo. 2. Pop management. 3. Ethos do trabalhador. 4. Ethos do provedor. 5. Ethos do empreendedor. I. Robertt, Pedro, orient. II. Título.

CDD : 331

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Banca examinadora:

Prof. Dr. Pedro Robertt (UFPel) – Orientador

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (UFPel)

Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite (UFPel)

Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz (UFPel)

*Para meus pais,
Janete e Paulo.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Janete e Paulo pelo apoio, investimento e amor incondicional, por estarem sempre ao meu lado me incentivando na realização dos meus sonhos. Ao meu irmão Paulo Fernando, exemplo de pai e ser humano, a minha cunhada Tuane Anhanha D'Avila, e ao meu sobrinho amado Lucas, a sua doçura, e ternura que tanto me cativam.

Agradeço ao sociólogo de plantão, também conhecido como meu orientador Prof. Dr. Pedro Robertt, pela possibilidade de diálogo e compreensão, pelo apoio, rigor e dedicação destinados nestes dois anos de mestrado, que foram fundamentais para a conclusão desta etapa.

Aos professores da graduação em ciências sociais que me inspiraram cada uma a sua forma, para eu seguir a carreira acadêmica: Prof. Dr. Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas, Prof^a Dr^a Anne Marie Theresse Georgette Emilia Wautier, Prof^a. Dr^a Naiara Dal Molin e a Prof^a. Dr^a. Flavia Maria Silva Rieth.

As minhas amigas desde a graduação e mestradas, Isadora Torres (Antropologia, UFPel), Melina Mörschbacher (Ciência Política, UFRGS), e Isis Matos (Ciência Política, UFPel), gurias que as “ciências sociais” nunca se separem! A Larissa Tavares, a Lala, pelos momentos de angústias, e também de alegrias, as parcerias na elaboração de trabalhos, pelas “mil” caronas, pelas risadas, enfim pela nossa amizade. A Lala e a nossa colega, a “chefa” Virgínia Borges pela parceria na organização de eventos do mestrado, no corpo editorial da revista dos discentes, nesses dois anos: “missão dada é missão cumprida”! Ao meu amigo e companheiro Ranieri Garcia, que presenciou o “começo do fim” deste trabalho, pelas risadas que descontraíram muitas e muitas vezes, pelo nosso bom humor, por me acalmar nos momentos de angústias, por acreditar no meu potencial, vibrar com as minhas conquistas, pela companhia e presença, mesmo que distante por “alguns” quilômetros.

A banca de qualificação Prof. Dra. Elaine Leite, e Prof. Dr. Attila Barbosa, pelas contribuições teóricas e críticas construtivas. Em especial, a prof. Dra. Elaine pela atenção, diálogo e sugestão de textos pertinentes ao tema de pesquisa durante o mestrado.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que proporcionou as condições objetivas, o apoio financeiro por meio da concessão

de bolsa, para a dedicação exclusiva à vida acadêmica, culminando na conclusão desse trabalho.

RESUMO

Este estudo discute as transformações no mundo do trabalho, a partir do conceito de “novo espírito capitalismo” como a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo. Revela aspectos de como se configura o novo espírito do capitalismo no Rio Grande do Sul, de acordo com o discurso difundido pelo *pop management* jornalístico. Enfatiza-se que o novo discurso gerencial é o portador desses valores e normas, que a partir da crise do *ethos* do trabalhador assume papel importante na difusão das crenças, funcionando como um sistema de teodiceia, conforme Weber. Desse modo, analisa-se as novas (re) configurações do trabalho a nível discursivo no Rio Grande do Sul. Para tanto, considera-se o contexto socioeconômico do Estado e do Brasil, por meio de uma reconstrução histórica. O objeto do presente estudo são os discursos gerenciais na imprensa de grande circulação, para tanto realiza-se uma revisão histórica a respeito do surgimento do jornalismo econômico que culmina evidenciando como que gradualmente o *pop management* se transformou no difusor dessa nova forma de *ethos*. A metodologia de pesquisa empregada é a análise de conteúdo, bem como se utiliza o programa de análise qualitativa, chamado Nvivo. Argumenta-se que o *ethos* do trabalhador fora substituído pelo *ethos* do empreendedor. O discurso gerencial pode ser considerado como um sistema simbólico, que fornece uma determinada representação do social a qual os indivíduos utilizam-se para orientar sua ação. Considera-se que o discurso gerencial ocupa o papel pedagógico, substituindo aquele ora desempenhado pela ética protestante. O discurso gerencial brasileiro a partir dos anos 90 vai se apropriando dos modelos e manuais estrangeiros de gestão, e na década de 2000 já vislumbra-se um modelo misto que se apropria, no caso sul-rio-grandense, da questão da esfera familiar e do trabalho. No entanto, é no decorrer da década de 2000 que os novos valores entram em cena com mais vigor, e a ética do provedor de família perde o seu papel central. Contudo, observa-se que ainda apoiam-se em “códigos familiares” que mobilizam as dimensões afetivas, e os sentimentos (COLBARI). Assim já nos anos 2000 observa-se um novo cenário em que a empresa repassa as exigências e o receituário afetivo, e familiar para o indivíduo. Entretanto, a mobilização de valores familiares e afetivos, serve a determinados fins, quais sejam para gerar relações travestidas de amizade, companheirismo e afeto. Constata-se uma fusão dos discursos entre noções que transitam no nível global do management e outras que remetem ao *ethos* do provedor familiar. Observa-se a influência da questão local nos discursos gerenciais, e porque os termos gestor e líder são tomados um pelo outro. De outro modo, constata-se que tais discursos se ajustam ao movimento global, onde hoje prevalece uma noção de empregabilidade associada antes a manter-se envolvido, mobilizando habilidades e apresentando um equilíbrio emocional antes que ao trabalho em si. Não se pode dizer que o *ethos* do provedor familiar se extinguiu, pois os valores que o pautavam ainda têm certa presença nos discursos gerenciais como, por exemplo, a importância da família e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Poder-se-ia falar em uma combinação entre o *ethos* do empreendedor e o *ethos* do provedor de família ou, dito de outro modo, uma ressignificação do *ethos* do provedor de família.

Palavras-chaves: novo espírito do capitalismo; *pop management*; *ethos* do trabalhador; *ethos* do provedor; *ethos* do empreendedor.

RÉSUMÉ

Cette étude examine les changements dans le monde du travail, à partir du concept du « nouvel esprit du capitalisme », comme l'idéologie qui justifie l'engagement dans le capitalisme. Révèle des aspects de la manière dont se configure le nouvel esprit du capitalisme dans le Rio Grande do Sul, selon le discours répandu par la pop-management. Nous insistons sur le nouveau discours managérial comme support de ces valeurs et de ces normes qui à partir de la crise de l'ethos du travailleur joue un rôle important dans la diffusion de croyances, fonctionnant comme un système de théodicée, dans l'acception de Weber. Ainsi, nous analysons les nouvelles (ré) configurations du travail au niveau discursif dans le Rio Grande do Sul. À cet effet, nous considérons le contexte socio-économique de l'Etat et au Brésil, au moyen d'un examen historique. L'objet de cette étude est constitué par les discours managériaux sur la gestion dans les médias à grand tirage, et à cet effet nous réalisons une révision historique sur le monté des journalisme économique qui culmine en montrant comment progressivement la pop-management est devenue le diffuseur de cette nouvelle forme de l'ethos. La méthodologie de recherche utilisée est l'analyse de contenu, tout comme le programme d'analyse qualitative Nvivo. Nous faisons valoir que l'éthique du travailleur a été remplacée par l'ethos de l'entrepreneur. Le discours managérial peut être considéré comme un système symbolique qui fournit une certaine représentation du social que les individus utilisent pour guider leur action. Nous considérons que le discours managérial joue le rôle pédagogique, remplaçant maintenant celui antérieurement joué par l'éthique protestante. Le discours managérial brésilien à partir des années 90 s'approprie les modèles et les manuels étrangers de gestion, et dans les années 2000 on voit déjà apparaître un modèle mixte qui s'approprie, dans le cas de Rio Grande do Sul, la question de la sphère familiale et du travail. Cependant, c'est au cours des années 2000 que les nouvelles valeurs entrent en jeu avec plus de vigueur et l'éthique du soutien de famille perd sa position centrale. Toutefois, on observe qu'elles s'appuient encore sur les "codes de la famille" qui mobilisent les dimensions affectives et les sentiments (COLBARI). Ainsi, dès les années 2000, on observe un nouveau scénario dans lequel l'entreprise transmet à l'individu les exigences et les recettes sur comment doit être le comportement familial et affectif. Cependant, la mobilisation des valeurs familiales et affectives sert certaines fins, notamment celle de générer des relations déguisées d'amitié, de camaraderie et d'affection. On a constaté une fusion des discours entre des notions qui circulent au niveau global de la gestion et d'autres qui renvoient à l'ethos du soutien de famille. Nous avons observé l'influence de la question locale dans les discours managériaux, et pourquoi les termes gestionnaire et leader sont pris l'un pour l'autre. Nous avons constaté aussi que ces discours s'ajustent au mouvement mondial dans lequel prévaut aujourd'hui une notion d'employabilité qui prône l'idée de se maintenir impliqué, en mobilisant des compétences et en présentant un équilibre émotionnel au détriment du contenu du travail en soi. Nous ne pouvons pas dire que l'ethos du soutien de famille a disparu car les valeurs qui le jalonnaient ont toujours une certaine présence dans les discours de gestion, comme par exemple l'importance de la famille et de l'équilibre entre vie personnelle et professionnelle. On pourrait parler d'un mélange de l'ethos de l'entrepreneur et l'ethos du soutien de famille ou, en d'autres termes, un recadrage de l'ethos de soutien de famille.

Mots-clés: nouvel esprit du capitalisme; pop management; l'ethos du travailleur; l'éthique du soutien de famille; l'ethos de l'entrepreneur.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Treze virtudes	41
Quadro 2 - Três espíritos do capitalismo	59
Quadro 3 - A evolução dos requisitos para ingressar e manter-se no mercado de trabalho: as primeiras décadas dos anos 2000	107
Quadro 4 - Ranking das categorias	109
Quadro 5 - Terceiro espírito do capitalismo e classificação das subcategorias	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico A - A cobertura da hipótese 1 nas reportagens	121
Gráfico B - Apresentando a cobertura da hipótese 2 nas reportagens	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: OS ESPÍRITOS DO CAPITALISMO, DOS CLÁSSICOS AOS RECENTES: WEBER, SOMBART, E BOLTANSKI E CHIAPELLO.....	19
1.1. O espírito do capitalismo em Weber e o espírito de racionalização em Benjamin Franklin.....	19
1.1.1 O espírito do capitalismo em Weber	19
1.1.2. O espírito da racionalização: Benjamin Franklin	21
1.2 O espírito do capitalismo em Sombart	29
1.2.1. O espírito de empresa	32
1.2.2. O Espírito Burguês: O Catolicismo e o Protestantismo	35
1.2.3. As virtudes burguesas	39
1.2.4. O burguês de antes e o sujeito econômico moderno: o espírito capitalista	42
1.2.5. Considerações históricas: as circunstâncias sociais do desenvolvimento do capitalismo	46
1.3. Weber e Sombart: breves considerações	53
1.4 O novo espírito do capitalismo em Boltanski e Chiapello	56
1.4.1 As dimensões do espírito do capitalismo	56
1.4.2 Espírito do capitalismo e justificação	60
1.4.3 Espírito do capitalismo e regimes de justificação. Crítica e incorporação da crítica	63
2. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL ENTRE AS DÉCADAS DE 70, 80,90 E MEADOS DE 2000.....	73
2.1 Dos anos 1970 até os anos 1980	73
2.2 Cenário dos anos 1990 até meados da década de 2000	79
3. JORNALISMO ECONÔMICO: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	86
3.1 A mídia de negócios no Brasil	88
3.2 O jornalismo econômico brasileiro após 1964	89
3.3 Jornalismo econômico no Brasil, década de 80 e 90.....	90
3.4 O Pop Management	91
4. A CRISE DO <i>ETHOS</i> DO TRABALHADOR E O SURGIMENTO DO <i>ETHOS</i> DO EMPREENDEDOR: SISTEMAS DE TEODICEIAS	94

4.1 Crise do capitalismo social no século XX	94
4.2 A ascensão do <i>ethos</i> do empreendedor e o papel compensatório assumido pelo discurso gerencial	95
4.3 Os deslocamentos e o conteúdo do discurso gerencial: mobilizar para engajar.....	96
4.4 Os discursos gerenciais nos anos 1960/70 e 1980/90 no Brasil: a ética do provedor de família	99
4.5. Brasil: contexto do final dos anos 80 e início de 1990: o discurso gerencial em transformação	101
5. OS DISCURSOS GERENCIAIS NA IMPRENSA POP, O CASO ZERO HORA.....	105
5.1 Descrição dos resultados	106
5.2 Desenvolvimento pessoal é o motor do desenvolvimento profissional	109
5.2.1 Pessoal e profissional se fundem	110
5.2.2 Atitude	110
5.2.3 Confiança, compreensão e lealdade	111
5.2.4 Adaptabilidade e colaboração	112
5.2.5 Autocontrole	112
5.2.6 Autoconhecimento e aprendizado constante	114
5.2.7 Esporte, equipe e competição	115
5.2.8 Qualidade de vida	116
5.3 Dedicção completa ao trabalho	116
5.3.1 Trabalho em equipe	116
5.3.2 Estar conectado	117
5.3.3. Iniciativa e identidade com a empresa	118
5.4 A autorrealização por meio do trabalho	118
5.5 Profissional autônomo	120
5.6 A discussão das hipóteses	120
5.7 Virtudes e dimensões do espírito do capitalismo	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE	138
ANEXOS.....	143

INTRODUÇÃO

Se fôssemos questionar e elencar as razões pelas quais os indivíduos trabalham, certamente uma das primeiras a serem citadas seria a questão do sustento. O desenvolvimento do capitalismo é marcado pela liberação da força de trabalho, pela exploração do trabalho pelo capital, e pelos conflitos atrelados a essa relação. Contudo, as formas de exploração sofisticaram-se conforme o avanço do capitalismo, e cabe a socióloga e ao sociólogo do trabalho, compreender e explicar esse movimento, cada vez mais relacionado ao âmbito global.

A partir da consideração de que para além das razões objetivas, como o sustento, a dignidade, o acesso ao consumo, e o modo como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, surgiu a motivação para este trabalho. Nesse sentido, há outras questões que também constituem um aspecto central da reprodução do capitalismo. Essas questões são as razões morais¹. Mais ainda, a cada fase do capitalismo lhe corresponde uma ética.

Assim, no capitalismo social que vigorou no Ocidente nos países desenvolvidos, desde as primeiras décadas do século XX até os anos de 1980, o *ethos* do trabalhador constituía a base moral que sustentava e mantinha o trabalhador alinhado, primeiramente com o taylorismo e depois com o fordismo – o último como modo de regulação². Nas primeiras décadas do capitalismo o estudo de Max Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, é exemplar, pois demonstra como se constituiu um sujeito moral para o trabalho. No capitalismo, do século XX os trabalhadores orientavam sua vida a longo prazo, as instituições estavam organizadas na forma de um modelo burocrático-hierárquico em que cada posto era bem definido. Ao trabalhador cabia desempenhar o papel pré-designado, em uma função com movimentos repetitivos, trabalho parcelar, afastando o

¹ [...] Etimologicamente, ética e moral tem a mesma origem (do latim *mores* e do grego *ethos*) e se referem à reflexão sobre a ação e aos princípios que dirigem a ação e que permitem o julgamento entre o bem e o mal, o correto e o incorreto. Dentre as múltiplas possibilidades de definição contemporâneas, optamos por conceituar ética como a prática reflexiva (na forma aristotélica) na busca da “boa vida” e moral como o código de regras (de tipo kantiano) de obediência a um princípio superior e universal (imperativo categórico) no sentido de um “dever ser” (NARDI, 2011, p. 176).

² Até 1945 o fordismo se consolidou. Houve um pacto entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores e de 1945 a 1973 ocorreu uma elevação dos padrões de vida; as tendências à crise foram contidas; e a democracia de massa fora preservada. Esse pacto de garantiu aos trabalhadores uma série de direitos (seguridade social, salário mínimo, entre outros), mas fora realizado “em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e as estratégias corporativas para aumentar a produtividade” (HARVEY, 2004, p. 128). Para o autor “só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início” (HARVEY, 2004, p. 134).

entendimento de todo o processo de produção, e enfatizando o movimento calculado e o não envolvimento subjetivo, assim como a desconexão total entre a esfera familiar e o profissional.

A partir de meados dos anos 1970, com uma crise do capitalismo, as empresas encolheram seu centro de poder concentrando-os nos países desenvolvidos, e passando a instalar as fábricas em países subdesenvolvidos onde se dispunha de força de trabalho mais barata. Nos anos 1980 e 1990, um novo modelo de organização da produção é adotado o modelo Toyota. Este inclui entre as mudanças organizacionais, um aumento do processo de terceirização de atividades.

Paralelo a essas transformações, e com a conseqüente crise do *ethos* do trabalhador, começam a surgir outros pressupostos morais que tentam se afirmar num cenário argiloso. No começo dos anos 1980, uma série de discursos, originários do meio empresarial, começa a tomar corpo e espaço na sociedade americana e a ser difundido para diversos países, entre eles, o Brasil.

Em nosso país o começo da produção industrial fora problemático para os setores capitalistas, pois mesmo com a disponibilidade de trabalhadores livres, o trabalho não dispunha de um valor positivo, carecendo, portanto de um aparato que o investisse do mesmo. Segundo Colbari,

[...] mecanismos coercitivos, amparados na legislação, foram utilizados para integrar compulsoriamente a população pobre ao mercado de trabalho, até que as disposições materiais e ideológicas da ordem capitalista industrial fossem interiorizadas nas consciências e tornadas naturais (COLBARI, 1995, p. 12).

Esse aparato coercitivo advém da criação do Ministério do Trabalho, e da Consolidação das Leis do Trabalho no governo de Getúlio Vargas. Além disso, é só a partir da incorporação dos valores da cultura de imigrantes na segunda metade do século passado, que começou a vigorar no país uma versão brasileira do *ethos* do trabalhador, a saber, o *ethos do provedor de família*. Esse *ethos* não dispunha de conteúdo religioso, restando somente uma racionalidade com relação a fins, ou seja, o objetivo do trabalhador consistia em sustentar sua família³. A ética do trabalho funcionou como

³ Muito embora os valores e princípios originários da socialização familiar foram introduzidos e manipulados na construção de referentes simbólicos para comportamentos, atitudes e representações relacionadas à atividade produtiva (COLBARI, 1995, p. 41). O mesmo ocorreu quando do advento do capitalismo, em que o investimento na família foi sem dúvida crucial para a

[...] um código moral que baliza os processos de subjetivação. Esse código, ao construir uma determinada posição de sujeito marcado por uma identidade fixa (o bom trabalhador, o trabalhador honesto) agencia diferentes formas de dominação que acompanham as transformações do capitalismo com suas especificidades em distintas partes do globo (COLBARI, 1995, p. 177-8).

De 1950 até meados dos anos 1970 o *ethos do provedor de família* fora a base moral do capitalismo brasileiro. Entretanto, com o final da ditadura militar e a gradual abertura política e econômica do país, houve uma reorganização da economia brasileira, com um período forte de privatizações de empresas nacionais. Durante os anos 1980, começaram a aparecer no país às primeiras publicações que indicam uma guinada e uma nova forma de encarar o trabalho e a empresa.

Em 1990, esses novos pressupostos originários da literatura gerencial americana foram incorporados e passaram a ser gradativamente difundidos no Brasil. O discurso gerencial assumiu o papel chave de catalisador de valores e normas, passando a desempenhar o papel originalmente possuído pela ética protestante, e, por conseguinte o *ethos* do trabalhador. Nesse novo discurso o trabalhador é incentivado a aderir a sua própria carreira, já que as empresas são cada vez mais eximidas da responsabilidade de gestar carreiras, o indivíduo é incitado a virar-se por conta própria, em suma, aparece um novo *ethos*, o do empreendedor. O problema de pesquisa suscitado trata destes “novos” valores, componentes de um novo *ethos* que são difundidos pelos discursos, e principalmente, como estes elementos não são tão novos assim, pois que estão permeados pelo *ethos do provedor de família* tal como é possível observar na grande mídia impressa.

É com base nesse contexto que se situa o objeto de pesquisa, nos cadernos dominicais de “Empregos e Oportunidades” do Jornal Zero Hora, o qual passou a chamar-se no segundo semestre de 2012: “Pense Empregos”. Serão abordados dois anos do referido material, isto é, os anos de 2012 e 2013⁴. As reportagens selecionadas dizem respeito a aquelas que difundem crenças, valores, conceitos, e ideias dos setores capitalistas, através de executivos e líderes. E que se dirijam sobre como o trabalhador deve orientar sua conduta, em relação ao mercado de trabalho.

obtenção de uma adesão a uma prática no trabalho, completado pela interiorização da ética puritana (THOMPSON, 1979, p. 276, *apud* COLBARI, 1995, p. 40).

⁴ O critério de escolha deste corpus deve-se a mudança de nome do caderno.

O objetivo geral da pesquisa consistirá em analisar o espírito do capitalismo na região sul do país, tendo como referência os estudos realizados na França. O intuito do estudo será o de compreender como se apresenta o novo espírito do capitalismo no Estado do Rio Grande do Sul. Para atingir o objetivo geral, desmembraram-se três objetivos específicos: a) Analisar os discursos gerenciais veiculados no Rio Grande do Sul tendo como referência os estudos realizados na França e problematizar semelhanças e/ou diferenças; b) Determinar componentes que fazem parte destes discursos e suas articulações; c) Abranger os discursos que são veiculados em 2012 e 2013.

As hipóteses aprovadas na banca de qualificação foram: a) O termo gestor e líder são tomados um pelo outro, e utilizados indiscriminadamente para se referir a um mesmo papel, sendo que o primeiro pertence ao contexto do antigo modelo e refere-se à motivação ao trabalhador; b) A noção de empregabilidade – e de manter-se empregável - não está associada ao trabalho em si, mas sim a manter-se envolvido, mobilizável, através do desenvolvimento das suas habilidades e equilíbrio emocional.

Para tanto, a metodologia de pesquisa empregada consistiu na análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011)⁵, essa técnica objetiva a manipulação de mensagens, tanto de conteúdo como de expressão de conteúdo: “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44). É utilizado o programa de análise qualitativa Nvivo⁶, que se baseia na análise de conteúdo⁷.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O capítulo primeiro trata de uma revisão teórica do espírito do capitalismo, conforme Max Weber, Werner Sombart, e Boltanski e Chiapello. Weber e Sombart estudam o processo de racionalização do Ocidente e observaram a importância dos valores religiosos na composição de uma nova conduta em relação ao trabalho. Por sua vez, Boltanski e Chiapello analisam a formação de um novo espírito do capitalismo, no final da

⁵ O programa Nvivo também está organizado a partir da análise de conteúdo conforme a autora.

⁶ O Nvivo é um programa de análise qualitativa que trabalha com o conceito de projeto. As fontes de informação do projeto, assim como os dados gerados durante o processo de análise, como categorias de informações, são armazenadas em um banco de dados.

Fonte: http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2313/pdf_57

⁷ Assim como fora realizado a coleta de dados primários por meio de entrevista semiestruturada, com o objetivo de obter informações específicas do caderno em estudo com os editores do mesmo.

década de 1980 na França, formado a partir da crise das instituições do capitalismo do século XX, e da crítica estética direcionada ao trabalho esvaziado de conteúdo. Esta crítica, por sua vez, fora incorporada pelo capitalismo, pois o espírito do capitalismo para os autores é entendido como a ideologia que justifica o engajamento nesse sistema.

No segundo capítulo, realiza-se uma aproximação à situação socioeconômica, do Rio Grande do Sul e do Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990 e meados de 2000. Este capítulo trata da abertura do mercado do Rio Grande do Sul, relacionado ao movimento político e econômico no âmbito nacional, desde o final dos anos 1960 até o começo dos anos 2000.

O terceiro capítulo aborda o jornalismo econômico de forma a contextualização, e continua com a formação do jornalismo brasileiro até a configuração do pop management, como fenômeno recente na imprensa jornalística.

O quarto capítulo enfoca a crise das instituições do capitalismo social do século XX e, por conseguinte, da crise do ethos do trabalhador e ascensão do ethos do empreendedor como horizonte normativo. Aborda também o discurso gerencial como propagador desses valores, e do sistema de teodiceia ou compensação, mobilizado. Ademais, trata-se do discurso gerencial no Brasil no contexto desde os anos 1960 até os anos de 1990.

O quinto capítulo compreende a análise descritiva dos dados empíricos e a interpretação dos resultados. Apela-se aos resultados obtidos em termos indutivos com o material analisado, ao grau de verificação das hipóteses e à interpretação do discurso gerencial encontrado em uma mídia rio-grandense, de acordo com o caso em estudo, através de seu principal veículo impresso⁸, tendo como referência o modelo gerencial difundido no contexto francês.

⁸ Em termos de tiragem, em 2012 ficou em sexto lugar no ranking dos jornais de circulação paga, no Brasil, com a média de circulação de 184.674. Fonte: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil> Acesso em 18 de dez. 2013.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: OS ESPÍRITOS DO CAPITALISMO, DOS CLÁSSICOS AOS RECENTES: WEBER, SOMBART, BOLTANSKI E CHIAPELLO

Nesta parte será abordado o conceito de espírito do capitalismo primeiro Max Weber, e em segundo Sombart. Em terceiro lugar realiza-se uma comparação breve entre os dois primeiros autores, evidenciando seus pontos em comum e as diferenças. Por último, apresenta-se o conceito de novo espírito do capitalismo em Boltanski e Chiapello.

1.1. O espírito do capitalismo em Weber e o espírito de racionalização em Benjamin Franklin

Max Weber (1864-1920) estudou a cultura do capitalismo, ou seja, o espírito do capitalismo⁹. O autor baseou-se nos livros escritos por Benjamin Franklin (1706-1790): “*Necessary Hints to those that would be rich*” (escrito em 1736) e em “*Advice to a Young tradesman*”, (escrito em 1748) e considera que essas obras sistematizam e simbolizam o espírito do capitalismo. No documento produzido por Franklin, estão algumas máximas importantes, como a clássica frase “tempo é dinheiro”. E Weber encontrou algo que considerou de suma importância, mais do que um manual de conduta a falha no cumprimento dos preceitos implicava numa falha com o dever, com um ethos que advinha do protestantismo, mesmo que Benjamin não relacionasse suas recomendações econômicas a concepções religiosas.

1.1.1 O espírito do capitalismo em Weber

A primeira parte da “*Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” fora concluída em 1904, ano em que Weber viajou para os Estados Unidos, local onde “pôde observar por todo canto os rastros vivos das origens do capitalismo moderno, e esse espírito mesmo na pureza de um ‘tipo ideal’”¹⁰. A parte final da primeira

⁹ Conforme Pierucci, na apresentação de 2004 da edição da *Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo* pela Companhia das Letras (SP).

¹⁰ Moreira, 2005, p. 17

versão¹¹ fora publicada em 1905, e, segundo relato de Marianne Weber esposa de Weber, a parte final “revela a influência dessas suas experiências.”¹²

O autor busca descobrir qual é a especificidade do racionalismo ocidental, porque observa que “determinados tipo de racionalização se desenvolveram no Ocidente e apenas no Ocidente” (WEBER, 2001b, p. 23). Indica que “o racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional” (WEBER, 2001b, p. 20).

O capitalismo moderno implica uma ética do trabalho que está na raiz do extremo grau do desenvolvimento do capitalismo. Weber considera que há um tipo de comportamento religioso que está na base do capitalismo moderno. Na “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, o autor analisa um conjunto de religiões ascéticas que influenciaram o mundo material, quer dizer ele questiona: - até que ponto uma ética religiosa baseada em questões dogmáticas interfere no comportamento material? O espírito do capitalismo em Max Weber está ligado a uma análise que estabelece os

tipos de condutas racionais práticas, que, constitutivos de um novo *ethos*, possibilitaram a ruptura com as práticas tradicionais, a generalização da disposição para o calculismo, a suspensão das condenações morais ao lucro e a arrancada do processo de acumulação ilimitada” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Weber observou uma peculiaridade em relação aos proprietários do capital, os empresários: esses eram predominantemente protestantes e demonstravam uma tendência específica para o racionalismo econômico, algo que “não pôde e não pode ser igualmente observada entre os católicos” (WEBER, 2001b, p. 31). Entretanto, o motivo dessa predominância não tinha razões simples. Porque os protestantes se dedicam mais aos negócios que os católicos? O autor estabelece uma relação com as crenças religiosas (WEBER, 2001a, p.31). Uma das explicações plausíveis seria que o desenvolvimento do capitalismo teria propiciado o rompimento com a tradição religiosa. Com a Reforma Protestante o poder da igreja não fora totalmente eliminado, mas sim significou um maior controle da vida cotidiana, uma substituição por uma nova forma de controle mais abrangente e severa (WEBER, 2001a, p. 12).

¹¹ A segunda versão, de 1920, faz parte dos Ensaios reunidos de Sociologia da Religião.

¹² Relato de Marianne Weber *apud* Moreira, 2005, p. 17.

Contudo, o que os reformadores criticavam era uma dominação insuficiente do poder eclesiástico, naqueles países mais desenvolvidos:

O domínio do Calvinismo como introduzido no século XVI em Genebra e na Escócia [...] e em grande parte dos Países Baixos [...] seria, por sua vez, a forma mais insuportável de controle eclesiástico do indivíduo que até então já pôde existir (WEBER, 2001b, p. 28).

Para Weber o que explica a relação protestantismo-trabalho e aquilo que é chamado de progresso, não é um efeito do Iluminismo, da religião sobre a atividade cotidiana, até porque o protestantismo antigo de “Lutero, Calvino, Knox e Voet tinha bem pouco a ver com o que é hoje chamado de progresso”. O protestantismo antigo era hostil a “aspectos inteiros da vida moderna”, e Weber coloca que isto deixou de ser contestado, até pelos religiosos mais ferrenhos, quer dizer, entranhou-se nas condutas dos últimos. Segundo Weber (2001a) a relação entre “velho espírito protestante e cultura capitalista moderna” encontra-se nas características puramente religiosas, que passaram por um processo de racionalização.

1.1.2. O espírito da racionalização: Benjamin Franklin

Weber baseia-se em teses escritas¹³ por Benjamin Franklin (1706-1790), o autor considera que tais teses sistematizam e simbolizam o espírito do capitalismo. No documento produzido por Franklin, estão algumas máximas importantes, como a clássica frase “tempo é dinheiro”, assim como há observações sobre a importância da pontualidade, honestidade, dentre outros aspectos. Para Weber, as teses de Benjamin Franklin não significam apenas um manual de conduta, algo técnico. Porque a falha no seu cumprimento não constitui apenas uma inobservância dos preceitos, ou até imprudência, mas sim uma falta diretamente relacionada com o dever, isto é, “a infração de suas regras não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. [...]. Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um *ethos*” (2001b, p. 20). Desse modo, a exaltação da honestidade por Benjamin Franklin não está relacionada à honestidade em si, como um valor absoluto. A honestidade é exaltada segundo um viés utilitarista: “a

¹³ Weber baseia-se nos seguintes documentos: *Necessary Hints to those that would be rich* (escrito em 1736, e publicado nas obras completas da edição Sparks) e em *Advice to a Young tradesman*, escrito em 1748 (WEBER, 2001b, p. 154).

honestidade é útil porque assegura o crédito; do mesmo modo a pontualidade, a laboriosidade, a frugalidade, e, esta é a razão pela qual são virtudes” (WEBER, 2001b, p. 41). De todo modo, importa mais aparentar ser honesto do que realmente sê-lo. A honestidade é uma virtude, pois é útil ser honesto. Todavia, Weber adverte que atribuir à honestidade um valor puramente utilitarista é uma conjectura incorreta, pois para o autor o fato de Benjamin Franklin atribuir o reconhecimento da utilidade da honestidade como virtude está relacionado a uma revelação divina, o que instiga a pensar que há algo mais que “mera ornamentação de máximas puramente egocêntricas” (WEBER, 2001b, p. 42).

A Reforma Protestante tem em Calvino a essência de seus princípios. Calvino realiza uma crítica ao catolicismo, no que tange aos seus sacramentos e ao papel mediador entre Deus e os fiéis que requeria para si a Igreja Católica. Para Calvino, Deus é onipotente e onipresente e os homens estão designados e submetidos a Sua Vontade. Deus escolhia aqueles que iriam ser salvos, não devendo o fiel cogitar a impossibilidade de sua salvação, mas sim acreditar e ter fé. E a vida profissional daria treino moral, e autocontrole ao homem. Por sua vez, o trabalho seria o modo de evitar a dúvida e desenvolver uma conduta regrada, sóbria e discreta sem ostentação, a fim de glorificar Deus. O trabalho passou, então, a ser uma vocação dada por Deus, não havendo distinção entre trabalhos mais dignos e menos dignos, todos sendo vistos aos olhos de Deus e devendo ser executados para Ele. É através do trabalho que se glorifica a Deus e tem-se certeza de que é o escolhido (ORTUSO, 2008).

Segundo Weber, nas teses de Benjamin Franklin é possível ver a referência à profissão como algo que dignifica o homem perante os olhos de Deus, e que legitima o ganho do dinheiro honesto (MOREIRA, 2005, p. 20). A ideia de profissão como dever, da obrigação que o indivíduo deve sentir em relação a sua atividade profissional, independente de qual ela seja, é a característica da ‘ética social’ da cultura capitalista (WEBER, 2001b, p. 42).

Em um capitalismo pré-moderno, que o autor classifica como aventureiro, o homem objetivava a acumulação de riquezas. Já com o desenvolvimento da ética protestante principalmente a partir do Calvinismo, ocorreu uma nova forma de encarar a vida econômica, pois o trabalho, a acumulação, enfim a atividade econômica dos indivíduos passou a ser tratada como uma vocação. Nessa visão, o trabalho constituía um fim em si mesmo; o indivíduo não devia perder tempo; gozar

a vida, ao contrário devia trabalhar para ser rico para Deus e não para a carne ou o pecado. Por isso, por exemplo, a perda de tempo constituía-se um pecado.

Através da doutrina da predestinação dos condenados ou eleitos por Deus, cria-se entre os protestantes um comportamento pragmático, a valorização do trabalho, a dimensão material como uma dedicação a obra de Deus e isso tem repercussões econômicas, ou seja, essa religiosidade terá consequências práticas. O sinal de que tinham sido “eleitos” por Deus era medido pela riqueza material alcançada - o sucesso. Weber considera que os valores econômicos surgem de um processo histórico e um deles é a religião. Considerando o acima exposto, os protestantes desenvolveram um comportamento racional metódico oposto ao ócio.

Assim a honestidade como virtude utilitarista está atrelada aos preceitos designados por Deus, por sua vez, ganhar dinheiro e manter uma conduta regrada, sóbria, sem ostentação ou esbanjamento torna-se um fim em si mesmo. A busca pelo dinheiro de maneira incessante, ganha o lugar das outras motivações como a procura da felicidade, do prazer e da utilidade. Ao seguir o objetivo de ganhar dinheiro como um fim em si mesmo, Weber observa que isto é algo “inteiramente transcendente e simplesmente irracional”, pois a finalidade da vida dos indivíduos começa a se pautar pela busca do ganho, e não mais como algo ligado a satisfação das necessidades naturais, isto é, adquire o “caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada” (MOREIRA, 2005).

O protestantismo inverteu a concepção católica que valorizava uma postura contemplativa em relação ao mundo terreno. Weber cita a vida dos monges católicos como exemplo de vida contemplativa, de recusa ao mundo. Em oposição, o protestantismo propõe a valorização da vivência mundana, em que a salvação seria obtida através da dedicação ao trabalho, à vocação. Esse é o processo que permite a secularização do ascetismo puritano. O espírito do capitalismo diz respeito a um caráter ético que orienta a conduta diária.

De acordo com Moreira (2005) a profissão é o elemento que estrutura capital e trabalho, e a profissão como um dever une essas duas esferas opostas e antagônicas, como algo “natural” ao espírito capitalista. Esta ética não é algo a ser adotado, pois o homem moderno já nasce dentro dessa lógica, e está preso as redes do mercado e as normas de ação econômica.

Para Weber o capitalismo opera uma espécie de “seleção” econômica daqueles que estão mais aptos, e neste caso trata-se de uma escolha de um modo

de vida que estava adaptado à modalidade de vida peculiar do capitalismo. Esse modo de vida se originou em determinada parte, e tornou-se comum a grupos inteiros (WEBER, 2001b, p.43).

Segundo Weber, o espírito do capitalismo deitou raízes profundas na Nova Inglaterra – região nordeste dos Estados Unidos – que fora colonizada por diversos grupos – intelectuais, pregadores, artesãos. De acordo com o autor antes do desenvolvimento do capitalismo e da formulação dos preceitos de Benjamin Franklin, encontrava já presente o espírito do capitalismo. No ano de 1632, havia registros de reclamações contra o emprego do cálculo na busca do lucro na Nova Inglaterra (WEBER, 2001b, p.43-4). Nesse ano os venezianos judeus já dominavam mercado de luxo.

O espírito do capitalismo¹⁴ não se implantou tranquilamente, ele teve de “lutar por sua supremacia contra todo um mundo de forças hostis” (WEBER, 2001b, p.44). Teve de lutar com as forças tradicionais do pré-capitalismo¹⁵, isto é, as concepções e atitudes tradicionalistas. Segundo Weber, os laços tradicionais estavam muitas vezes, relacionados a condutas de ganho absoluto e desregrados, isto é, a ânsia pelo lucro. O autor utiliza-se de exemplos para elucidar o problema: na agricultura o pagamento de salário era feito por tarefa, e, mesmo quando o salário era aumentado o trabalhador não intensificava seu ritmo, pois para ele o que lhe interessava era ganhar o dinheiro suficiente para sobreviver. De outra forma, a tentativa de forçar o trabalhador a intensificar o ritmo de seu trabalho por meio da imposição de salários baixos também falhou, pois seu efeito foi o oposto. Para desempenhar uma tarefa, além do senso de responsabilidade é preciso “pelo menos durante as horas de trabalho uma atitude livre de preocupações constantes, de contínuos cálculos de como poder ganhar o ordenado costumeiro com um máximo de conforto e um mínimo de esforço” (WEBER, 2001b, p.48). Segundo o autor, ao contrário, é preciso que o trabalho seja executado como um fim absoluto por si mesmo, como uma vocação.

Quando o autor compara as operárias alemãs em relação às moças que tiveram uma formação pietista, observa diferenças interessantes que corroboram

¹⁴ No sentido de um estilo de vida normativo baseado e revestido por uma ética (WEBER, 200b, p. 46).

¹⁵ Para o autor trata-se de uma força pré-capitalista, no sentido em que a utilização racional do capital em uma empresa permanente e a organização capitalista racional do trabalho ainda não tinham se tornado as forças dominantes na determinação da atividade econômica (WEBER, 200b, p. 46).

com sua hipótese. Assim ele constatou que as mulheres educadas segundo o pietismo detinham mais capacidade de concentração mental e um sentimento de obrigação com o próprio trabalho. E que esses fatores estavam combinados com uma economia que “calcula a possibilidade de altos vencimentos, um autocontrole, uma frugalidade, que aumentam enormemente a capacidade de produção” (WEBER, 200b, p. 49). Para Weber, há nestes princípios uma forma de encarar o trabalho como um fim em si mesmo, e que, por sua vez, é condizente com o capitalismo. Weber propõe que a forma em que o tradicionalismo fora superado, está em estrita relação com a educação religiosa.

No que tange ao sentimento do tradicionalismo do empreendedor, por exemplo, Weber argumenta que as empresas capitalistas podem ter, ao mesmo tempo, um caráter tradicional. E, ademais a forma capitalista de uma economia e o espírito com o qual é conduzida, em geral, tem uma relação mútua, porém isto não é algo em absoluto, pois uma empresa capitalista pode estar animada por um espírito tradicional.

O estilo de vida de uma empresa de tecido pré-capitalista é caracterizado da seguinte maneira pelo autor:

os camponeses traziam seus tecidos, geralmente feitos (no caso do linho) principalmente ou estritamente, de matéria prima que eles próprios produziam, à cidade onde vivia o produtor, e depois de uma cuidadosa avaliação de qualidade, frequentemente oficial, recebiam por ela o preço costumeiro. Os fregueses do produtor para colocação em todas as distâncias maiores eram geralmente intermediários, que, do mesmo modo, vinham a ele na maioria das vezes, não ainda por causa de amostras, mas à procura de qualidades tradicionais e compravam de seu estoque ou, com grande antecedência faziam encomendas que, provavelmente, eram por sua vez transmitidas aos camponeses. O recrutamento pessoal dos fregueses ocorria, se tal, apenas de tempos em tempos, pois geralmente, bastava a correspondência, com que a remessa de amostras foi, pouco a pouco, ganhando terreno. O número de horas de trabalho era muito exíguo, talvez cinco ou seis horas por dia, às vezes consideravelmente menos; mais durante a “estação”, quando havia esta. Os ganhos eram moderados; o bastante para levar uma vida respeitável. Globalmente, as relações entre os competidores eram relativamente boas, com um grande grau de acordo quanto às bases do negócio. Uma longa visita diária à taverna, geralmente com abundância de bebidas, e um círculo aprazível de amigos tornavam a vida confortável e prazerosa (WEBER, 2001b, p. 52).

No trabalho em domicílio a organização era capitalista, em relação aos seus aspectos comerciais, isto é, a necessidade de investimento, a contabilidade, aos objetivos do aspecto econômico, mas o espírito que animava o empresário do capitalismo tradicionalista caracterizava-se por “modo de vida tradicional, taxa de lucro tradicional, quantidade tradicional de trabalho, maneira de regular as relações

com o trabalho, o círculo tradicional de cliente e a maneira de atrair novos” (WEBER, 2001b, p. 53). Essa era a orientação, que norteava os negócios daqueles homens.

Num determinado momento o estilo de vida tradicional fora destruído, e isso sem transformar a forma da organização da empresa, para o autor ocorreu da seguinte forma:

Um jovem de uma das famílias de produtores sai para o campo, escolhe com cuidado os tecelões para empregados, aumenta grandemente o rigor da supervisão sobre o trabalho e transforma os camponeses em operários. Por outro lado, teve também de mudar seus métodos de comercialização, para, na medida do possível, atingir diretamente o consumidor final, assumiu os detalhes em suas mãos, cuidou pessoalmente dos clientes visitando-os anualmente e, acima de tudo, adaptou a qualidade do produto diretamente às suas necessidades e gostos. Começou, ao mesmo tempo, a introdução da política de preços baixos e giro grande. Repetiu-se aqui o ocorrido em todos os lugares e sempre como consequência do processo de racionalização: aqueles que não seguiram o mesmo processo tiveram de sair do negócio. O estado idílico desmoronou sob a pressão de uma amarga e competitiva batalha, criaram-se fortunas consideráveis que não foram aplicadas a juros, mas sempre reaplicadas no negócio. A antiga atitude prazerosa e confortável para com a vida cedeu lugar a uma rígida frugalidade, da qual alguns participaram e chegaram ao topo, pois que eles não queriam consumir, mas ganhar, enquanto outros, que quiseram conservar o modo de vida antigo, foram forçados a reduzir seu consumo. (WEBER, 2001a, p. 28).

Segundo Weber o que ocasionou tais modificações, não foi uma quantia de dinheiro novo investida na indústria, mas sim, o “surgimento de um novo espírito, o espírito do capitalismo moderno” (WEBER, 2001b, p. 54). E, onde ele aparece e consegue se desenvolver, “produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus fins, e não inverso”.

Os primeiros empresários inovadores foram alvos da desconfiança, e algumas vezes até de ódio, e de indignação moral. Esses empresários possuíam certo perfil que os assegurava a manutenção do autocontrole, a fim de perseverarem:

[...] juntamente com a clareza de visão e a habilidade no agir, foi somente em virtude de qualidades éticas muito definidas e altamente desenvolvidas que lhe foi possível angariar a confiança necessária e indispensável de seus clientes. “Essas são qualidades éticas de um tipo bastante diferente, daquelas adaptadas ao tradicionalismo do passado” (WEBER, 2001b, p. 54).

Todavia, não foram homens ricos, especuladores, nem aventureiros econômicos que deram essa guinada discreta, aparentemente, e ao mesmo tempo decisiva para que se impusesse na vida econômica aquele novo espírito (MOREIRA, 2005). Mas sim, “homens criados na dura escola da vida, calculando e arriscando ao mesmo tempo, sóbrios e dignos de confiança, acima de tudo sagazes e

completamente devotados a seus negócios, com opiniões e “princípios” estritamente burgueses” (WEBER, 2001b, p. 54-5).

O ‘tipo ideal’ do empreendedor capitalista [...]. Ele evita a ostentação e as despesas desnecessárias, assim como o gozo consciente de seu poder, e embaraçam-no os sinais de reconhecimento social que recebe. [...] ter um tipo de modéstia [...] não lhe é, de modo algum, excepcional, mas muito mais a regra. Ele não retira nada de sua riqueza para si mesmo, a não ser a sensação irracional de haver “cumprido” devidamente a sua tarefa (WEBER, 2001b, p. 56).

Isso é incompreensível para o homem pré-capitalista, ou seja, a busca do lucro como um fim em si mesmo, como a finalidade última da sua vida profissional. Para os pré-capitalistas isso só pode ser entendido e explicado de modo perverso, como a busca pelo ouro.

O capitalismo, enquanto ordem econômica necessita dessa entrega à vocação, portanto a profissão. Esse modo de encarar a profissão como vocação está ligado ao um conjunto de princípios religiosos. No entanto, Weber considera que não há mais necessidade de uma força religiosa para sancioná-la (MOREIRA, 2005). Nesse sentido, quando o capitalismo se emancipou dos antigos suportes os interesses políticos, comercial e social passaram a determinar a visão de mundo e uma nova “sensibilidade da moral”.

A prática da usura era algo condenável durante a Idade Média pela Igreja Católica. Os empresários temiam as consequências relacionadas ao descumprimento e desrespeito a essa proibição. A forma que encontravam para se assegurar após a morte, consistia em doações ao clero, dentre outras formas de aliviar a consciência (MOREIRA, 2005).

Com a ascensão das potências econômicas italianas – que mantinham laços estreitos com a igreja católica – surgiu uma espécie de condescendência em relação ao lucro, como se pode observar, por exemplo, nos textos de São Tomas de Aquino. A rejeição absoluta a atividade lucrativa é atenuada sendo, portanto, uma restrição relativa (MOREIRA, 2005). Nesse sentido, a atividade lucrativa passa a ser algo tolerado, quando considerada eticamente lícita (MOREIRA, 2005).

Então, Weber questiona: “como é que uma atividade que era na melhor das hipóteses eticamente tolerada transformou-se numa vocação no sentido de Benjamin Franklin?” (WEBER, 2001b, p. 58); como explicar que em Florença nos séculos XIV e XV, a obtenção de lucro fosse considerada eticamente perigosa, e

quando muito tolerada; ao passo em que na Pensilvânia do século XVIII essa mesma coisa era digna de louvor e equivalia a uma norma de vida? Como pôde justamente essa ideia conferir base e consistência éticas à conduta de vida do empresário de “novo estilo”? (WEBER, 2001b, p. 58-9).

O espírito do capitalismo poderia ser entendido como um fenômeno parcial no desenvolvimento do racionalismo como um todo, já que este é “o motivo fundamental da economia moderna” afirma Weber, reportando-se a uma análise de Werner Sombart (MOREIRA, 2005). Para Weber, o processo de racionalização no campo da ciência e da organização econômica determina uma parte importante dos ideais da sociedade burguesa. O racionalismo econômico, entendido como o aumento da produtividade realizada pela estruturação do processo produtivo, por meio do conhecimento científico, permitiu a redução da dependência dos limites físicos do homem (MOREIRA, 2005). Ao contrário do que acontecia no ‘capitalismo aventureiro’, orientado pelo oportunismo e pela especulação irracional, a racionalização da economia privada tem como uma das suas qualidades o cálculo rigoroso, e a gestão planejada (MOREIRA, 2005).

Todavia a história do racionalismo não segue um desenvolvimento uniforme nos vários setores da vida. Além disso, se desenvolveu primeiramente entre os italianos e franceses, povos que não se situavam na vanguarda do desenvolvimento do espírito do capitalismo (MOREIRA, 2005). O ponto instigante para Weber diz respeito a coexistência de uma racionalização do capitalismo com uma dedicação irracional ao trabalho, este último é o objeto que ele dedicou-se a estudar.

De acordo com Bendassoli (2007) em Weber o ascetismo protestante deu conteúdo a uma maneira metódica de conduzir a vida, a qual, por sua vez, era coerente com as exigências da racionalização do trabalho no capitalismo industrial. Bendassoli também chama atenção para o fato de que Weber trabalha com duas éticas, uma seria a ética secular e a outra a ética protestante: A primeira ética é conformada por princípios de ordem econômica, ou seja, pela “valorização racional do capital no formato empresarial e pela organização racional e livre do trabalho” (BENDASSOLI, 2007, p. 92). Weber explora a segunda ética ao longo do livro, estudando suas origens, seu conteúdo propriamente religioso - gradativamente esvaziado – e, ao mesmo tempo, a sua secularização no conceito de profissão.

Em Max Weber, o espírito do capitalismo remete ao conjunto dos motivos éticos que, embora estranhos em sua finalidade à lógica capitalista,

inspiram os empresários em suas ações favoráveis à acumulação do capital. [...] defende a ideia de que a emergência do capitalismo supusera a instauração de uma nova relação moral entre os homens e seu trabalho, determinada por uma vocação, de tal forma que cada um, independentemente de seu interesse e de suas qualidades intrínsecas, pudesse dedicar-se a ele com firmeza e regularidade. Segundo Weber foi com a Reforma que se impôs a crença de que o dever é cumprido em primeiro lugar pelo exercício de um ofício no mundo, nas atividades temporais, em oposição à vida religiosa fora do mundo, privilegiada pelo *ethos* católico (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.39-40).

O protestantismo possibilitou uma educação moral dos indivíduos, ao valorizar o trabalho desempenhado racionalmente através de uma conduta metódica, regrada e discreta. Essa lógica se espalhou por cada esfera da sociedade, seja ela familiar, econômica, política, fornecendo um conteúdo moral ao capitalismo moderno, muito embora este não tenha sido o objetivo do Protestantismo. Na “Ética protestante e o Espírito do Capitalismo” o autor apresenta o conjunto de valores, normas e crenças que deram base para o desenvolvimento de uma atividade econômica, racionalizada e orientada para o lucro, que foram apropriados, obtendo um significado diverso, isto é, voltando-se para a valoração da atividade trabalho, conformando assim determinada mentalidade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 40).

1.2 O espírito do capitalismo em Sombart

Werner Sombart (1863-1941) publicou no ano de 1913 o livro, “O Burguês: contribuição à história espiritual do homem econômico moderno”. Na presente obra realiza uma crítica a primeira versão datada de 1904/5 do livro “A Ética Protestante e o Espírito Capitalista” de Max Weber, o qual por sua vez respondera as críticas na segunda edição do seu livro, de 1920. Sombart¹⁶ foi quem primeiro cunhou a expressão “espírito do capitalismo”, iniciando suas investigações em 1902 (MOREIRA, 2005, p. 55).

O livro “O burguês” tem como objetivo a fundamentação das análises psíquicas com materiais históricos e divide-se em duas partes. Na primeira o autor

¹⁶ Em 1903 Max Weber e Werner Sombart, ambos professores de ‘economia nacional’ – o primeiro em Heidelberg, o segundo em Breslau - fundam uma revista de ciências sociais, Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik (Arquivo de Ciência Social e Política), CUIIN; GRESLE, 1994, p.91.

aborda o desenvolvimento do espírito capitalista. E estuda como se desenvolve no homem a paixão pelo dinheiro, assim como as maneiras de obtê-lo. Discorre sobre as características necessárias para tornar-se um empresário; sobre as primeiras empresas, e seus principais tipos, buscando as origens do espírito burguês (ORTUSO, 2008, p. 80). O espírito capitalista é o resultante da composição do espírito de empresa com o espírito burguês. Por meio de relatos históricos Sombart fundamenta como esses dois espíritos estão sintetizados no espírito do capitalismo (ORTUSO, 2008, p. 80).

Na segunda parte do livro, o autor busca descobrir as múltiplas fontes, que colaboraram, cada uma a sua maneira, para a conformação do espírito do capitalismo. Nesse sentido o autor discute o papel das predisposições étnicas e congênitas; a influência das fontes morais como a religião e a filosofia; e o papel desempenhado pelos movimentos migratórios e pela criação do Estado Moderno.

Todavia, para Sombart não há causas hierarquicamente sobrepostas que justifiquem e expliquem o espírito do capitalismo em determinadas épocas. Nesse sentido, não há um fundamento causal, mas sim múltiplas fontes que tornam possível compreender o espírito do capitalismo. Para fundamentar sua argumentação dos dois espíritos Sombart caracteriza a economia pré-capitalista.

Desse modo, a economia pré-capitalista é caracterizada como uma economia de gasto, por exemplo, a sociedade de corte francesa¹⁷, na qual o dinheiro era visto como algo sujo, assim como toda atividade lucrativa (SOMBART, 2005, p.20). Enquanto isso, a massa da população se via obrigada a pagar impostos, voltando-se para uma economia de subsistência. A economia de subsistência, por sua vez, estava subjugada ao princípio de satisfação das necessidades (SOMBART, 2005, p. 23).

Segundo Sombart (2005), a ideia da subsistência nasceu nos bosques da Europa, entre as tribos dos povos jovens. Toda família campesina deveria receber tanta terra cultivável e participar nos campos comuns conforme fosse necessário para seu sustento. Posteriormente, “a ideia da subsistência passa do mundo campesino ao marco da produção industrial, e do comércio, imperando ali seu espírito enquanto estas esferas econômicas ainda estavam organizadas de maneira artesanal” (SOMBART, 2005, p. 23). O sustento estava conformado, de acordo com

¹⁷ Conforme Norbert Elias aborda em “A sociedade de corte” (2001).

a posição social do indivíduo. As diretrizes da vida econômica eram pautadas no princípio da satisfação das necessidades, a qual por sua vez, estava relacionada ao costume.

A ideia de sustento conforme a posição social é uma influência da doutrina tomista, que divide as classes que levam uma vida de opulência (a nobreza) de um lado, e as classes de trabalho por outro lado. A mentalidade preponderante durante a Idade Média, portanto no período pré-capitalista pode ser caracterizada do seguinte modo: os senhores feudais levavam uma vida de opulência, de festas, bebidas, guerras, e de relacionamentos com muitas mulheres. Paralelamente, a maioria da população voltava-se para uma economia de subsistência, destinada ao pagamento de impostos e subordinada ao princípio de satisfação das necessidades. Assim, o trabalho consistia pura e simplesmente numa atividade de subsistência em que a relação com o valor dos bens produzidos era uma relação qualitativa. Até meados do século XII valorizava-se a acumulação de tesouros, de metais como o ouro e a prata (independente do seu aspecto), ligada a sua magnitude, isto é, a sua medida e peso. Não havia “a concepção de amor à economia e atividade lucrativa, o dinheiro não era um fim em si mesmo” (ORTUSO, 2008, p. 84). O mais alto ideal, conforme proposto por São Tomás de Aquino, era a alma individual, sossegada em si mesma numa sociedade estática, numa vida tranquila e segura.

A cobiça e a ganância eram desenvolvidas fora da produção e do comércio, ou seja, “as classes opulentas” recorriam à caça, aos tesouros, a exploração de minas, e à alquimia. A riqueza, e o luxo não estavam a serviço de objetivos econômicos, mas sim a uma posição ocupada pela nobreza.

No entanto, a partir do século XII o que começa a ser gradativamente valorizado é o dinheiro, a acumulação de capital (SOMBART, 2005, p.36). É na passagem de uma sociedade estática para um estado dinâmico que podemos observar a emergência do espírito capitalista (ORTUSO, 2008, p. 84): “Um determinado espírito “domina” em uma época quando conhece uma grande difusão; “predomina” se determina as ações econômicas da maioria dos sujeitos econômicos” (SOMBART, 2005, p.18).

Conforme já dito, para Sombart, o espírito do capitalismo é composto por dois elementos, a saber: o espírito burguês e o espírito de empresa. O espírito de empresa está presente no capitalismo jovem e relaciona-se com a cobiça, a paixão pelo dinheiro, o espírito aventureiro, e o afã descobridor - já para Weber isto

corresponderia a uma fase pré-capitalista. O espírito burguês corresponderia, na essência, aquilo que Weber denomina de espírito capitalista (ORTUSO, 2008). O espírito burguês compõe-se pela “prudência reflexiva, circunspeção calculadora, ponderação racional e espírito de ordem e de economia” (MOREIRA, 2005, p. 55).

A seguir desenvolvem-se os dois tipos de espíritos postulados por Sombart. Primeiramente aborda-se a explicação sobre o espírito de empresa, e em segundo lugar trata-se do espírito burguês. Assim, chega-se finalmente ao que Sombart define por espírito capitalista.

1.2.1. O espírito de empresa

O espírito capitalista teve seu início durante a Antiguidade “na luta de deuses e homens pela posse do ouro nefasto” (SOMBART, 2005, p. 33). De acordo com o autor, o ouro era um adereço importante e seu uso concedia status, conferindo certo grau de distinção e poder. O valor de um tesouro estava associado ao seu volume e peso. Essa foi a primeira forma de apreciação em relação à posse, isto é, a apreciação qualitativa. No entanto, a partir do século XII há uma valorização crescente do dinheiro, que passa a ocupar uma posição dominante. Segundo Moreira (2005, p. 55) “a partir daí há uma mamonificação¹⁸ crescente da vida”. Sombart estuda como isso ocorreu na cidade de Firenze, a qual já durante o século XIV tal paixão era evidente. A riqueza era considerada como “bem material imprescindível” e o Estado também procurava acumular dinheiro, expressão disso seria a política mercantilista (ORTUSO, 2008, p. 85).

Os meios de obter a riqueza consistiam na violência, na magia, no engenho (capacidade inventiva), e nos meios pecuniários. Desse modo, a violência corresponde à prática levada a cabo pelos piratas e bandoleiros. Tais práticas chegaram a tornar-se instituições sociais durante a Idade Média e seus membros alçaram um grau de popularidade e de prestígio considerável. A respeito da magia pode-se dizer que o mundo era concebido como um par antagônico: espírito *versus* demônios. Desse modo, por meio da ajuda dos deuses seria possível obter êxito na luta pelo enriquecimento, tanto por meio da produção de ouro, através da alquimia, quanto pela descoberta de tesouros (SOMBART, 2005). A capacidade inventiva

¹⁸ Mamon, Deus da riqueza na mitologia Síria e Fenícia (MOREIRA, 2005, p. 55)

estava ligada, por sua vez, as pessoas de natureza inquieta, sagaz e aventureira que concebiam ideias e projetos. O encontro de um indivíduo dessa natureza com um sujeito de natureza fria, calculista e propensa ao risco resultava em outra forma de ganhar dinheiro, ou seja, as apostas chamadas por Sombart por: o jogo da Bolsa de Valores, que floresce e adquire espaço a partir do século XVIII. O jogo da Bolsa era uma atividade que no começo tinha pouco a ver com a atividade econômica, caracterizando-se mais como um jogo de loteria. Porém esta atividade influenciaria a formação do espírito capitalista no aspecto da paixão pelo jogo, que viria a desempenhar um papel de elo que entrelaçou mais tarde empresa e espírito empresarial capitalista (MOREIRA, 2005; ORTUSO, 2008).

Assim a partir do século XII, as primeiras empresas foram: 1ª: a campanha militar é considerada a forma mais primitiva de empresa, movida não pela ânsia do lucro, mas pelo espírito aventureiro, que assume riscos; 2ª: a empresa feudal é caracterizada, de modo geral, pela sua capacidade de organização e comando responsáveis (senhores feudais) pela implantação de indústrias de mineração, ferro, têxtil, dentre outras; 3ª e 4ª: o Estado e a Igreja são semelhantes à propriedade feudal no que tange a caracterização (ORTUSO, 2008, p. 87). O Estado Moderno representa a colossal empresa capitalista, com sua necessidade de adquirir riquezas. Na política mercantilista “a grandeza de um Estado era medida de acordo com a quantidade de dinheiro e posses acumuladas” (ORTUSO, 2008, p. 88), sendo que o monarca era dotado de espírito empreendedor. Empresa, por sua vez, é definida de forma geral para além do fator econômico como “toda realização de um plano de grande alcance cuja execução requer a colaboração permanente de várias pessoas sob o signo de uma vontade unitária” (SOMBART, 2005, p. 63).

Os corsários e os piratas consistiam numa forma militar de empresa, a qual durante a Idade Média compreendia uma instituição social, que poderia ser empregada a serviço do ESTADO (MOREIRA, 2005). Os piratas não eram propriamente empresários capitalistas, entretanto Sombart considera que o espírito aventureiro que os animava o mesmo encontrado em empresários comerciais, especulativo. Assim: “o espírito que animava o comércio e todas as empresas coloniais era, em minha opinião, o mesmo dos piratas” (SOMBART, 2005). A fusão entre pirataria e empresa atingiu seu ápice dentre os séculos XVI e XVII.

Ainda a respeito dos tipos de empresário cabe explicar o papel desempenhado pelos senhores feudais, assim como, os funcionários do Estado. Os

senhores feudais foram responsáveis pelo surgimento de indústrias (ferro, têxtil, vidro, dentre outras), já os funcionários do Estado foram considerados os primeiros exemplos de espírito empreendedor. O Estado argumenta Sombart, instaurou o primeiro grande sistema de contratos: a dívida pública. Através do estabelecimento desse tipo de contrato as relações comerciais adquiriram um caráter formal, onde era possível estabelecer promessas em longo prazo, asseguradas pelo cumprimento do contrato (MOREIRA, 2005).

É da relação entre espírito de empresa e ânsia pelo lucro que nasceu o espírito do empresário capitalista. Este empresário deveria ter os seguintes atributos: ser conquistador, organizador e negociador. Dessa forma,

O conquistador é aquele que possui a energia necessária para colocar o plano em ação. Precisa ser um sujeito ousado, tenaz e perseverante. Capaz de enfrentar os mais inesperados obstáculos. A organização e a negociação são também fundamentais para comandar outras pessoas. Negociar significa manter um diálogo com um estranho a fim de obter dele algo que não pode ser tirado através da coação. Por isso, para Sombart, negociar significa manter uma luta com armas intelectuais (ORTUSO, 2008, p. 86).

Os especuladores formaram um tipo especial de empresa. As empresas formadas por eles constituíram-se “por meio de projetos financiados através da prática da sociedade por ações” (ORTUSO, 2008, p.88). Se relacionadas às empresas anteriormente citadas, pode-se dizer que a diferença fundamental é a atividade dos especuladores, isto é, “o indivíduo descobre dentro de si mesmo um novo manancial de poder” (SOMBART, 2005, p.103). Quer dizer, a base que distingue essas formas de empresa depende da maneira em que o poder está configurado. Nesse sentido, as demais empresas caracterizam-se por uma relação de poder externa, é dizer que, enquanto os meios de coação utilizados pelos corsários eram as patentes, e pelos senhores feudais, assim como, pelo Estado a coação devia-se a um tipo de organização hierárquica interna, na empresa de especulação a coação era interna ao indivíduo, “no lugar do medo, a esperança era a força motriz” (SOMBART, 2005, p. 103). De modo que,

[...] o especulador é um sujeito que consegue despertar nos demais a fantasia de um enriquecimento rápido via jogo da bolsa de valores. [...] Ele vende esperança e com isso consegue riquezas rápidas e promete aos demais a mesma sorte no futuro [...] a especulação é sempre um jogo, o risco de os lucros prometidos não se retornarem realidade, está sempre presente (ORTUSO, 2008, p. 88).

Considerando o acima exposto, pode-se dizer que aventura e risco passaram a serem características do espírito de empresa.

1.2.2. O Espírito Burguês: O Catolicismo e o Protestantismo

O espírito de empresa, na acepção que é conferida por Sombart, é um sistema com várias ramificações. Já, em relação ao espírito burguês o mesmo não ocorre, esse parece ter uma “raiz dominante profunda e de grosso calibre: a força moral da religião” (MOREIRA, 2005, p. 62). Sua influência é muito mais poderosa que aquela exercida pela filosofia. A religião, conforme o referido autor desempenhou um duplo papel: “algumas vezes fomentou o desenvolvimento da vida econômica, mas também o deteve” (MOREIRA, 2005, p. 62).

Sombart considera que, diferentemente de Weber, a influência exercida moralmente no pensamento dos florentinos, advém do tomismo presente no catolicismo oficial (SOMBART, 2005). O autor denomina Florença, devido a sua posição geográfica, “a Belém do espírito capitalista” (MOREIRA, 2005, p. 62). E encontra nos “Livros da Família”, de Alberti, esses princípios.

Toda a vida social estava submetida às regras da Igreja (Sombart, 2005, p. 235). Segundo Sombart, o significado da religião só aumentou com a Reforma, que acabou por reforçar a mentalidade religiosa dos comerciantes e industriais do século XVIII (Sombart, 2005, p. 237). Com base em depoimentos de vários empresários dos séculos XVIII e XIX, o autor afirma que:

Tão piedosos como os do século XIV, vivem, como eles, no temor a Deus. A sua religiosidade penetra até o íntimo da atividade econômica. Como tudo é fruto da vontade divina, os lucros são uma benção e é Deus quem faz as empresas frutificarem (SOMBART, 2005, p. 236-7).

Com a Reforma, a religião assumiu um grau de importância extremo, tal que se converteu em “uma obsessão que privava o homem da razão”, o que era visível no papel da predestinação como de condução total da vida dos calvinistas. A predestinação estava ligada a um Deus que, conforme Calvino e John Knox, “era terrível, infundia pavor”, equivalia a “um tirano sanguinário” (MOREIRA, 2005, p. 62). Isto reforça o medo entre os seguidores. De acordo com Moreira, (2005, p. 62) para o “sujeito econômico dos primeiros tempos do capitalismo”, desse pavor perante a

ideia de Deus “nascia o desejo ardente de levar uma vida conforme os preceitos da Igreja”. Nos “*Directories*” a ética econômica ocupa um papel preponderante.¹⁹

Conforme Moreira (2005), a Igreja instituiu um sistema de impostos no século XIII que gerou, a partir dos comerciantes italianos, um poderoso sistema bancário internacional, que exerceria um papel decisivo no desenvolvimento do capitalismo. Assim, Sombart coloca como questão a ser desvendada, a relação entre as doutrinas religiosas e a estrutura psíquica dos sujeitos econômicos (SOMBART, 2005, p. 245). Dito isto, há duas éticas distintas: a ética supra terrena e a ética terrena. O autor dedica-se ao estudo da ética terrena, pois considera chave a influência da religião sobre o comportamento dos sujeitos econômicos (SOMBART, 2005, p.246). Assim Sombart propõe-se a examinar o tomismo que domina desde o século XIV o catolicismo oficial, não sectário (SOMBART, 2005, p. 245).

O Tomismo tem como característica peculiar à união de dois elementos que integram desde o princípio o sistema cristão: isto é, “a religião Paulino-agostiniana do amor e da graça, com uma concepção de religião ligada a leis e preceitos, eliminando assim o dualismo lei-evangelho” (SOMBART, 2005). A ideia central da moral da lei tomista é a racionalização da vida:

a eterna e divina lei terrena e natural da razão tem a propriedade de regular os sentidos, os afetos, e as paixões e de encaminhá-los para fins racionais. [...] Nas atividades humanas pecado é tudo aquilo que afronta a ordem da razão - o direito natural reconhecido na bíblia. [...] Constrói-se dentro do mundo natural dos instintos, um mundo moral, racional, nascido da liberdade. [...] A forma mais eficaz de fazer o homem trabalhar de acordo com a razão é o temor a Deus, que nele desperta a dúvida e o obriga a refletir constantemente, lhe faz consciente de seus atos: única e exclusivamente a este temor deve-se a racionalização da vida (SOMBART, 2005, p. 246-7).

Para os escolásticos, como São Tomás de Aquino, as virtudes só poderiam florescer onde os impulsos eróticos do homem estivessem submetidos a certas restrições (SOMBART, 2005, p.248). Os escolásticos compreendiam que o desperdício vinha acompanhado de uma concepção liberal em relação ao amor e a luxúria. Uma das conclusões que os escolásticos chegaram fora que quem vive com castidade e moderação é mais difícil de incorrer no pecado do desperdício, e assim demonstra mais habilidade de administração.

¹⁹ Segundo Moreira (2005), nesses aspectos Sombart e Weber corroboram.

Os escolásticos condenavam a fraqueza moral e intelectual, isto é, a preguiça era considerada um pecado mortal. Então desenvolveram preceitos com vistas a proporcionar um treinamento espiritual, objetivando impregnar todo ser de firmeza e vigor (SOMBART, 2005, p. 250). Desse modo, as virtudes propostas pelos escolásticos eram: diligência; sobriedade e honestidade. O tomismo considerava importante o controle dos gastos e dos ingressos, ensinava a amar com retidão o dinheiro e a riqueza. Avareza e prodigalidade eram consideradas pecados, pois “o esbanjador não ama suficientemente o dinheiro, o avaro o ama demais. A virtude está no meio, ou seja, na economicidade e no equilíbrio, isto é, no apego ao dinheiro na medida justa” (SOMBART, 2005, p. 249). Nesse sentido, a proibição do esbanjamento implica uma obrigação de poupar, este fato “contém embrionariamente, a recomendação de uma economia burguesa baseada nos lucros, e também a reprovação da economia senhorial, dirigida pelo gasto” (SOMBART, 2005, p. 249).

A ociosidade também deveria ser combatida, pois consideravam o princípio de todo vício, a razão de desperdício do tempo. A ociosidade apresentava como efeitos “desprezo as leis, desonra, infâmia, lascívia” (MOREIRA, 2005, p. 68). O indivíduo devia se aplicar no trabalho a fim de obter êxito nos negócios.

A honestidade, por sua vez, é a terceira virtude relacionada à formalidade comercial. A Igreja desempenha um papel educativo fundamental em relação a esta virtude. Dentro das cidades, a conduta dos negócios era regulada pelo “olho do vizinho”. Entretanto, com o desenvolvimento e expansão do capitalismo, e conseqüentemente do comércio e das relações comerciais, a consciência tornava-se a única forma responsável pela conduta nos negócios. Despertar a consciência era responsabilidade da Igreja. Assim, ela condenou como pecado todas as práticas desonestas, isto é, todos aqueles que faziam negócios a base de falsos juramentos, mentiras e afirmações ambíguas (SOMBART, 2005, p.250). As virtudes responsáveis pelo trabalho de treinamento moral eram a prudência e a fortaleza (SOMBART, 2005, p.250).

O problema consistia em que São Tomás de Aquino defendia uma concepção de sociedade estática, correspondente a toda a ideologia pré-capitalista (SOMBART, 2005, p.254). Na concepção escolástica a riqueza não devia ser evitada, mas sim deveria ser feito bom uso da mesma, evitando, portanto o seu abuso. Riqueza e pobreza eram compreendidas como desígnios divinos,

ao pobre, Deus, quer ensinar a paciência; ao rico, oferecer-lhe a oportunidade de empregar a sua fortuna em fins úteis. A riqueza é, e nunca deve ser mais do que um meio de servir o homem e, através dele, a Deus (SOMBART, 2005, p. 254).

Entretanto, o ideal cristão de pobreza adotado por vários padres, “sucumbiu sob a concepção de que pobreza e riqueza são desígnios divinos” (MOREIRA, 2005). Até então, os ricos eram vistos como resultante de uma vontade de Deus. Contra essa concepção de realidade estática e determinista e os respectivos problemas suscitados, os intérpretes e estudiosos escolásticos argumentaram que todos deveriam ter a possibilidade de melhorar sua condição, e, por sua vez, enriquecer e comprar aquilo que fosse necessário e compatível com sua nova categoria. Com esta “interpretação da regra tomista abria-se aos empresários o caminho do Ascenso” (SOMBART, 2005, p. 255).

Todavia, segundo Moreira (2005), aqueles que se dedicassem à busca da riqueza, deviam respeitar alguns pressupostos a fim de não serem punidos, isto é, determinados limites específicos. Segundo Sombart (2005), o capital é uma noção plenamente desenvolvida por Antonino de Florença (seguidor de Tomás de Aquino). Este distingue entre o investimento de capital; e empréstimo de dinheiro. Para Antonino, o capital em forma de empréstimo de dinheiro permanecia estéril, em contrapartida, como investimento tornava-se produtivo. O capital para Antonino possuía uma propriedade criadora de valor, significando mais do que dinheiro ou objeto (SOMBART, 2005, p.257). As autoridades eclesásticas eram contra a prática da usura, mas permitiam o uso do capital de qualquer outra forma (SOMBART, 2005, p.257). Desse modo, pode-se dizer que o crédito para produção era aprovado, ao passo que o crédito para consumo era negado, e proibido. Nessa visão quem praticava a usura era considerado como preguiçoso, e sua atuação não era digna como a de um empresário (SOMBART, 2005, p.259).

Contudo, a moral calvinista-puritana englobava tendências anticapitalistas, como é a própria ética puritana. O ideal de pobreza foi retomado por essa tendência que remete ao cristianismo primitivo. Por exemplo, no célebre “Directory”, do teólogo puritano inglês Richard Baxter, encontram-se passagens que condenam a riqueza, advertindo sobre seus perigos e inutilidade, com mais energia que qualquer Summa Tomista (SOMBART, 2005, p.262). Os teólogos puritanos conservavam uma mentalidade hostil ao lucro, desprezando os bens terrenos. Se o puritanismo não

trouxe consigo a destruição do capitalismo, deve-se ao fato de que continha em seu seio elementos que o favoreciam, isto é, o puritanismo defende os princípios da moral tomista com renovado fervor apaixonado, e com um espírito mais intransigente e definido (SOMBART, 2005, p.266).

Desse modo, o puritanismo retoma com uma abordagem radical, os princípios da racionalização e metodificação da vida; uma intensificação das normas da conduta; assim como a repressão dos instintos; e a metamorfose do homem impulsivo e instintivo no homem racional (SOMBART, 2005, p.266).

A racionalização da existência fora orientada de acordo com a vontade divina. O estado de graça devia ser alcançado através de uma conduta especial (SOMBART, 2005, p. 267). Durante o século XVI houve uma intensificação do sentimento religioso. As virtudes elencadas pelos puritanos são as mesmas que aquelas dos escolásticos, a saber: a laboriosidade; a utilidade; a temperança; a repressão dos instintos sexuais, e o espírito de poupança (SOMBART, 2005, p. 268). Entretanto, as duas éticas guardavam diferenças. O protestantismo excluía toda a grandeza artística e sensível esplendor. Isso pode ser visto, por exemplo, em sua arquitetura, nas catedrais de estilo gótico. Ao passo que, o tomismo nasceu de uma profunda sensibilidade artística (SOMBART, 2005, p.269).

Considerando os desdobramentos das interpretações feitas a respeito da riqueza, do modo como explorá-la e as virtudes necessárias à conduta do empresário, chega-se a um ponto crucial: em que a doutrina do lucro lícito somado a teoria das virtudes espirituais, apontam para a mesma ideia, qual seja, que a atividade empresarial “decidida e enérgica é do agrado de Deus” (SOMBART, 2005, p. 260).

1.2.3. As virtudes burguesas

Sombart baseia-se nos “Livros sobre o Governo da Família” de Leon Battista Alberti encontrando nesses livros tudo que disseram muito depois Defoe e Benjamin Franklin. A cidade de Firenze do século XIV era considerada pelo autor, como a representante da Nova Iorque dos Quatrocentos e Alberti representava o primeiro burguês.

Sombart (2005) considera Alberti como o precursor que sistematizou e divulgou os valores burgueses. Para o autor, Alberti ressaltou o papel da riqueza

como bem cultural imprescindível e retratou, já na sua época, o afã de lucro que dominava por completo todos os setores da população: “ninguém pensa em outra coisa a não ser na ganância e na riqueza; toda reflexão se ocupa da forma de ganhar dinheiro” (MOREIRA, 2005, p. 56).

Nos livros de Alberti era possível encontrar considerações a respeito da estrutura interna da economia, isto é, regulamentações que orientavam os sujeitos econômicos a seguirem em relação aos clientes, e com o mundo exterior, isto é, a moral dos negócios. Sendo assim, um dos princípios importantes que Sombart encontra no legado de Alberti é a “Santa economicidade”. Nele era proposto que os indivíduos gastassem menos do que ganhavam e isto gerou, por sua vez, uma “contenção voluntária de pobres e ricos” que incentivou a poupança e conseqüentemente condenou a mentalidade econômica feudal do pré-capitalismo (ORTUSO, 2008, p. 89). Isto era algo inédito, pois os ricos passaram a pensar assim, isto é, começaram a se dedicar aos problemas econômicos (SOMBART, 2005). Ocorreu uma “economização da administração, não a força, mas voluntariamente [...] ela não se referia à economia dos pobres, mas à da gente rica” (SOMBART, 2005, p. 118). Aparecia a ideia de poupança voluntária, como virtude e não como necessidade.

O espírito de poupança passou a ser uma virtude econômica por excelência. Poupar, aliás, estava relacionado também ao controle da alma, do corpo e do tempo. Assim, as atividades deveriam ser organizadas de forma lógica para aproveitar o tempo. Toda forma de desperdício deveria ser evitada, objetivando impedir a ociosidade, e, em contrapartida dedicar-se mais ao negócio. O pensamento também deveria ser orientado em longo prazo, em detrimento das satisfações momentâneas, pois a riqueza era adquirida com base na boa administração (SOMBART, 2005).

Sombart (2005) cita o esquema das trezes virtudes elaborado por Benjamin Franklin como forma de desenvolver as virtudes. Basicamente Franklin organiza em linhas, e em ordem hierárquica, treze virtudes, e nas colunas coloca os dias das semanas. Objetivava com isto, desenvolver em cada semana uma dessas virtudes. Ele fez um caderno designando para cada página, uma das virtudes.

Dessa forma, a primeira semana estava voltada para a virtude: tenacidade. Nessa semana poderiam ser cometidas faltas nas outras virtudes. A falta deveria ser marcada com uma cruz no dia da semana em que fora cometida. A ideia de Franklin era ir progredindo, e desenvolvendo cada virtude isoladamente. As faltas eram

toleráveis, mas não na virtude eleita para a semana. Se no final da primeira semana a linha da tenacidade estivesse limpa, o indivíduo poderia seguir para a segunda virtude, o silêncio, e, assim, sucessivamente. Se o plano fosse seguido detidamente, à última tabela estaria inteiramente branca e isso significava que o indivíduo obteve êxito e conseguira desenvolver perfeitamente as virtudes (SOMBART, 2005).

Quadro 1: Treze virtudes

TENACIDADE							
Não coma até o abarrotamento, nem beba até a embriaguez.							
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Tenacidade							
Silêncio	X	X		X		X	
Ordem	XX	X	X		X	X	X
Decisão			X			X	
Parcimônia		X			X		
Diligência			X		X		
Sinceridade							
Justiça							
Ponderação							
Limpeza							
Serenidade							
Castidade							
Humildade							

Fonte: Sombart: 2005, p. 131.

Com Benjamin Franklin as virtudes burguesas alcançam sua máxima e última expressão. A mentalidade burguesa chega ao seu apogeu.

De acordo com Sombart (2005) para ser um bom homem nos negócios, além da estrutura interna da sua economia (a santa economicidade), é preciso manter um comportamento especial diante do mundo exterior. A moral dos negócios significa um conjunto de normas no e para o negócio.

Constrói-se uma conduta formal no relacionamento com os clientes, no cumprimento do estabelecido, prestando o serviço de maneira eficiente e pontual (ORTUSO, 2008). Para aproveitar ao máximo a atividade comercial, era preciso que o sujeito cultivasse ou pelo menos aparentasse possuir determinadas virtudes, como a honestidade burguesa. Era preciso viver corretamente, isto é, “evitar todo tipo de vício, nem álcool, nem mulheres, mas sim a missa e o sermão do padre aos

domingos” (SOMBART, 2005, p. 135). A postura do empresário era importante, pois deveria inspirar confiança e credibilidade, a fim de facilitar os negócios e elevar o crédito. Viver corretamente era a norma suprema. Nos negócios não basta ser visto como honesto, isto é, não basta sê-lo tem que aparentar: “a imagem pública é mais importante do que a autenticidade da postura” (ORTUSO, 2008, p. 92). A “virtude equivale à boa administração, e viver virtuosamente significa economizar com corpo e alma [...] Por isso a sobriedade em Alberti e em Franklin é a virtude suprema” (SOMBART, 2005, p. 228).

A articulação dos princípios da santa economicidade, isto é, da racionalização econômica o código de conduta interna dos empresários burgueses com a moral, no e para os negócios produziu a sujeição da sociedade ao que interessa para a obtenção do lucro privado (MOREIRA, 2005, p. 71). De acordo com Moreira (2005, p. 71) isto, por sua vez, produzirá uma base comum geral necessária para comportar a transição entre os velhos valores burgueses e a moral do empresário moderno, e, em paralelo a retirada gradativa de todo e qualquer empecilho à busca irrestrita do lucro.

1.2.4. O burguês de antes e o sujeito econômico moderno: o espírito capitalista

As características desse espírito dizem respeito a um ethos do empresário capitalista, sendo possível sintetizar todos os tipos de empresário num único (ORTUSO, 2008, p. 92). O espírito do capitalismo está subdividido em dois períodos, quais sejam: o período do burguês de velho estilo e o período do sujeito econômico moderno. O primeiro período corresponde ao capitalismo jovem do início do capitalismo até o século XVIII e o segundo a partir do século XVIII (ORTUSO, 2008, p. 92).

Do início do capitalismo até o final do século XVIII o empresário de velho estilo “pautava seus atos e projetos em função do prejuízo ou do benefício que pudessem causar aos seres humanos. [...] O homem era a medida de todas as coisas, a manifestação natural e central da vida” (SOMBART, 2005, p. 179). A busca por clientes era vetada, assim como a propaganda, e o anúncio de que se vendia a preços mais baixos do que a concorrência.

A série de proibições objetivava não lesar o próximo, pois esta era uma condição e prática aceita comercialmente. Conforme Moreira (2005) moralmente, apenas a riqueza adquirida honestamente poderia trazer felicidade.

Para o burguês de velho estilo, o negócio estava subordinado a um ideal de vida, era um meio para obter um fim: “a riqueza é uma meta a ser perseguida, e não um fim único” (ORTUSO, 2008, p. 92). Ter dinheiro significava também dispor de tempo para gozar da companhia dos amigos, e viver confortavelmente (ORTUSO, 2008, p. 92). A atividade era marcada pelo ritmo de uma economia moderada, “o dinheiro é desejável na medida em que permite uma vida tranquila e tão somente isto” (ORTUSO, 2008, p. 92). Logo, a ambição econômica tinha limites.

Outro aspecto importante nesta economia é a relação estabelecida com os clientes. A clientela era conquistada e vista como propriedade particular do comerciante (ORTUSO, 2008, p. 93). O homem era a medida das coisas, o progresso era permitido, porém na medida em que não prejudicasse a “felicidade humana”. Sendo assim, o que diferenciava o burguês de velho estilo e o empresário moderno era:

[...] que todos sus actos, todos sus pensamientos y proyectos venían determinados por el perjuicio o beneficio que pudieran reportar al hombre vivo, real. La idea rectora de la época precapitalista no había perdido aún su vigencia: *omnium rerum mensura homo*: el hombre continuaba siendo la medida de todas las cosas o, mas exactamente, la manifestación natural y central de la vida [...] (SOMBART 2005, p. 164).

Entretanto, houve

[...] uma estranha mudança na atitude do homem diante dos valores pessoais no sentido estrito: uma mudança que parece ter exercido uma influência decisiva na orientação da vida em geral. Me refiro ao fato de que o homem real, com seus prazeres e sofrimentos, com suas necessidades e exigências, tenha deixado de ser o centro do interesse, e que seu lugar tenha sido ocupado por abstrações: o lucro e os negócios. Assim, o homem deixou de ser a medida de todas as coisas, como tinha sido até o final das primeiras etapas do capitalismo (SOMBART: 2005, p. 179- tradução da autora).

O objetivo da economia fora deslocado, e paralelamente houve uma mudança nos princípios que regiam a conduta no mundo dos negócios, assim como as normas:

a. A atividade total está submetida a uma razão absoluta; b. A economia está organizada com vista unicamente à produção de bens de troca; c. As empresas assediam o cliente; d. Busca-se a máxima redução dos custos de produção e dos preços de venda; e) Não se deseja que o Estado nem os

sindicatos intervenham na definição dos contratos de trabalho; f) O lucro está acima de todos os demais valores. Não existem travas nem escrúpulos de tipo moral, estético ou sentimental (MOREIRA, 2005, p.79).

As virtudes burguesas reunidas em torno de conceitos como dedicação, espírito de poupança e honestidade saíram da esfera pessoal e converteram-se, passando a integrar o mecanismo do negócio. Isto é “deixaram de serem propriedades inerentes a homens reais para passar a serem princípios objetivos da conduta econômica” (SOMBART, 1972 p. 192). Para Moreira (2005) um exemplo dessa mudança é a formalidade, que a partir de então, passa a ser o princípio que regula o negócio e não um valor pessoal do empresário. Essas virtudes não perderam sua importância, apenas deixaram de serem traços constitutivos da vontade pessoal, passando para “princípios objetivos da conduta econômica” (ORTUSO, 2008, p. 98). O princípio da poupança permanece na atividade comercial, mas não na vida privada do empresário moderno. Este deve apenas ponderar que seus gastos não superem os ingressos (ORTUSO, 2008, p. 98).

O aprendizado para o burguês de velho estilo era uma questão de talento, como um exercício da vontade própria. Já para o empresário moderno, trata-se de um aprendizado com base numa coação, pois é o ritmo da atividade econômica que dita às técnicas e habilidades consideradas importantes (ORTUSO, 2008, p. 98).

O desenvolvimento do capitalismo é uma mudança que “baseia-se na demolição de todas as fronteiras traçadas pelo catolicismo e pelo protestantismo para a conduta dos sujeitos econômicos” (SOMBART, 2005 p. 288). Para Sombart esse movimento é como “um desses estranhos processos que se observam também em outros âmbitos da cultura: um sistema concebido pela mente humana assume vida própria e descola seu poder sem, sobre e contra a intervenção consciente do indivíduo” (SOMBART, 2005, p. 354).

Sombart acreditava que o espírito do burguês diligente e econômico, comedido e reflexivo, virtuoso, apregoado pioneiramente por Alberti e que alcançou difusão mundial com Franklin, tinha se assenhoreado paulatinamente dos sujeitos econômicos dos tempos modernos, os empresários capitalistas ou, pelo menos, os comerciantes e artesãos. Por força desses matizes, o espírito burguês foi se convertendo com o tempo em elemento integrante do espírito capitalista (MOREIRA, 2005, p. 68).

As características do espírito do capitalismo dizem respeito à incorporação dos princípios e valores tanto do espírito de empresa quanto do espírito burguês. Do espírito de empresa temos a paixão pelo dinheiro, amor pela aventura e espírito de

invenção, enquanto que do espírito burguês advém à prudência reflexiva e racional, a ponderação e a circunspeção calculadora (ORTUSO, 2008, p. 99). Segundo Ortuso (2008, p. 99) encontra-se uma definição mais clara do espírito do capitalismo na obra “El apogeo del Capitalismo” de Werner Sombart, publicada em 1928. Assim o espírito do capitalismo seria concebido, como a junção do afã pelo lucro oriundo do espírito de empresa com o racionalismo econômico advindo do espírito burguês. O espírito do capitalismo é resultante dessa combinação.

Sombart adverte que, a essência do espírito do capitalismo não está centrada na figura do empresário que fora objetivado. Com isto o autor quer dizer que os princípios e valores morais incorporados pelo empresário capitalista migraram para a organização empresarial (ORTUSO, 2008, p. 101). Por sua vez, a empresa é um “organismo econômico independente que possui interesses racionais os quais, sobrepõem-se aos homens econômicos isolados” que persegue o lucro como fim último, trata-se de uma unidade abstrata com vida própria (ORTUSO, 2008, p. 99).

Nesse sentido o empresário passa a ser submetido ao ritmo imposto pela empresa, “mesmo quando o lucro não é seu principal objetivo, este se impõe a ele”. (ORTUSO, 2008, p. 100). Deste modo, as virtudes burguesas estão submetidas e subordinadas ao interesse e objetivo da empresa, isto é, à lucratividade (ORTUSO, 2008, p. 100).

A empresa passa a ser entendida, como um conjunto de métodos racionais, cuja emancipação vincula-se ao racionalismo econômico. O desenvolvimento do racionalismo econômico e da orientação das empresas pela busca pelo lucro representa a emancipação completa do espírito capitalista (ORTUSO, 2008, p. 100). O espírito do capitalismo produziu trocas radicais, quebrando os limites morais impostos pelo catolicismo e protestantismo, prevalecendo a moral judaica. Todavia, o comportamento do homem econômico moderno não está influenciado única e exclusivamente pela moral judaica, pois para o autor houve outras fontes, além das fontes morais que colaboraram para constituição de tal mentalidade (SOMBART, 2005, p. 288). A transferência das virtudes burguesas para as empresas capitalistas e a conseqüente subjugação do empresário moderno à empresa configura o capitalismo no seu auge.

1.2.5. Considerações históricas: as circunstâncias sociais do desenvolvimento do capitalismo

Segundo Sombart, o Estado em alguns casos fora um obstáculo para o desenvolvimento do espírito do capitalismo, mas, por outro lado, também o fomentou. No final da Idade Média, quantias significativas destinadas para fins bélicos foram parar na tesouraria pública. Isto debilitou o organismo econômico, que depois se recuperou graças ao uso daquelas somas para fins produtivos (SOMBART, 2005, p.290). A Dívida Pública e o sistema de venda de cargos na França, por exemplo, foram formas que retardaram o desenvolvimento do espírito de empresa. Durante os séculos XVII e XVIII na Inglaterra, Holanda e França, havia queixas de pessoas que simpatizavam com o capitalismo, no sentido de que o dinheiro destinado a promover o comércio e a indústria terminava no Tesouro Público (SOMBART, 2005, p.290). No caso da França, o sistema de venda cargos acarretava o que Sombart chamou de “apoltronamiento de los ricos”, pois eles se apoderavam dos cargos e deixavam de interessar-se pelas empresas (SOMBART, 2005, p.291). O mesmo efeito ocorria quando o Estado favorecia a uma aristocracia alheia ao mundo dos negócios.

Apesar desses posicionamentos, o Estado também se constitui como um motor do espírito do capitalismo, pois foi o primeiro empresário capitalista. O Estado influencia a todos. Durante o século XVII, o capitalismo recebeu um impulso considerável através da sua política econômica, mercantilista.

Segundo o autor, no século XIX surgiu uma nova legislação econômica. Essa legislação nos Estados que a adotaram, por sua vez, suprimiu o sistema corporativo-mercantilista e introduziu a liberdade de comércio (SOMBART, 2005, p.293). Além disso, o Estado converteu-se em promotor consciente do espírito do capitalismo, quando decidiu melhorar o sistema de educação e ensino, por exemplo, as Escolas de Cálculo fundadas em Florença no século XIV; as Escolas de Altos Estudos Mercantis e as instituições para difusão e investigação da ciência comercial (SOMBART, 2005, p.293).

De outro modo, quando o Estado não existiu também influenciou o desenvolvimento do espírito capitalista (SOMBART, 2005, p. 294). Na Suíça e na Alemanha antes de 1870, não se permitia uma comunidade converter-se em grande Estado. Com o atraso da unificação alemã, com a falta de um tipo de organismo

estatal poderoso, os cidadãos desses países se viram obrigados a adaptarem-se às exigências do mercado estrangeiro, tendo que aguçar e multiplicar seu engenho e esforço. Os comerciantes alemães tinham que trabalhar seu prestígio nos mercados exteriores. Outros ramos estatais, como o Exército e Fazenda também exerceram certa influência. A criação de um exército profissional está vinculada ao nascimento do Estado Moderno. Com isso os burgueses puderam dedicar-se exclusivamente às suas tarefas econômicas (SOMBART, 2005, p.294). A disciplina e a organização militar, fora exemplo de organização para o empresário capitalista: “se olharmos nas virtudes especificamente militares que se cultivaram a partir do século XVII, observamos que, em essência, não diferem das que conhecemos sob o nome de virtudes capitalistas” (SOMBART, 2005, p.295).

Os judeus tiveram durante muito tempo baixa capacidade de organização militar. A partir do século XVII, eles se constituíram como principais fornecedores e credores do exército. Desse modo, o exército moderno exaltou e emancipou os judeus, os quais, por sua vez disseminaram o espírito capitalista.

A Fazenda, também desempenhou um papel importante na organização financeira. A instalação da Dívida Pública originou o primeiro grande sistema de contratos, criando assim, os primeiros vínculos sociais de grande escala, bem como outros vínculos baseados na economia de intercâmbio.

Em relação à política religiosa, o Estado Moderno criou mediante o desenvolvimento de uma Igreja Oficial, o conceito e fenômeno do herege ou heterodoxo como categoria política ou social (SOMBART, 2005, p.298). Isto significava que nos Estados Modernos, as pessoas eram distinguidas segundo seu credo religioso, gerando duas categorias de cidadãos: de um lado os membros da Igreja oficial, com plena posse dos direitos civis, (cidadãos plenos) de outro os sujeitos pertencentes a outros credos, que não poderiam acessar, ou então era dificultado, cargos oficiais (semi-cidadãos). Os judeus, por exemplo, até o começo do século XVIII e até mais do que isso eram considerados nesta última categoria.

Os hereges e/ou heterodoxos, sobretudo os judeus, se viram obrigados a focarem suas atividades na economia, pois só ela lhes oferecia a oportunidade de criar uma posição digna em relação à coletividade, algo que lhes era negado pelo Estado (SOMBART, 2005, p. 299). Portanto, o dinheiro implicava em forma exclusiva acesso ao poder. Segundo Sombart, “as circunstâncias sociais criadas pela heterodoxia reforçaram, por sua vez, tendências já existentes, favorecendo o

desenvolvimento de certas habilidades capitalistas e ajudando a selecionar as variantes mais aptas ao capitalismo” (SOMBART, 2005, p.301).

Sombart também estuda as imigrações, dos povos de origem judia, protestante a partir do século XVI e a colonização do que depois seria os Estados Unidos da América. Os judeus espanhóis emigraram para França, Navarra, Portugal e para perto do Oriente. Na França, principalmente com a abolição do Edito de Nantes em 1685, houve uma imigração massiva. Esse movimento impulsionou o capitalismo nos países que acolheram os imigrantes. Em geral, a mentalidade dos imigrantes estava orientada pelo afã de enriquecimento. Essas pessoas desenvolveram sua atividade empresarial, incansavelmente, levando o racionalismo econômico-técnico até as últimas consequências.

O desenvolvimento do espírito capitalista requer como condição necessária o incremento das reservas monetárias (SOMBART, 2005, p.319). Primeiramente, é preciso ter certa quantidade mínima de moeda (SOMBART, 2005, p.319). A economia monetária habituou o homem a ver o mundo de um ponto de vista puramente quantitativo, essa economia foi, na realidade, a escola preparatória para o capitalismo, porque inculcou ao espírito a concepção capitalista de mundo (SOMBART, 2005, p.321). Sem o estabelecimento da economia monetária o Estado Moderno é inconcebível.

Em segundo lugar, a fundação e expansão das reservas monetárias também dependem do crescimento das fortunas privadas (SOMBART, 2005, p.321). Em terceiro lugar, o aumento das reservas monetárias, propicia o nascimento do espírito especulativo aparecimento da cobiça e do espírito de empresa. Uma grande riqueza monetária excita a capacidade de iniciativa dos empresários capitalistas, ou então os incentiva a participar na exploração do ouro (SOMBART, 2005, p.323). A mania de especulação e fundação durante os séculos XVII e XVIII se originou como consequência imediata de um rápido e intenso incremento das reservas monetárias da França e da Inglaterra (SOMBART, 2005, p. 324). Segundo Sombart, na França o dinheiro entrava por meio do comércio hispano-americano. Segundo os ingleses, esse montante era o que permitia aos franceses manter diversas guerras. A França também obteve muito dinheiro da Holanda durante o século XVII. Todavia, na Inglaterra o incremento da massa monetária foi maior, devido a três fatores principais, quais sejam: o dinheiro aportado pelos imigrantes franceses refugiados; as fortunas dos imigrantes judeus imigrantes de Portugal e Holanda; e os lucros

extraordinários do comércio exterior entre a costa da Holanda, da Espanha, de Portugal e do Brasil. Entretanto, Portugal e Espanha eram apenas canais pelos quais o ouro e a prata eram transportados, em direção à França e a Inglaterra (SOMBART, 2005, p.328). As jazidas de metais preciosos do Brasil foram determinantes na gênese do sujeito econômico moderno (SOMBART, 2005, p.328)

A capacidade técnica também contribuiu para desatar o desenfreado ímpeto empreendedor. Entre os efeitos primários da técnica está o despertar do espírito de empresa. Na essência da técnica moderna encontra-se sua capacidade de transformação, despertando o espírito especulador (SOMBART, 2005, p. 335). Por outro lado, a técnica influenciou e revolucionou o pensamento do homo oeconomicus, fazendo-lhe mais finalista, isto é, mais consciente, desenvolvendo o racionalismo (SOMBART, 2005, p. 335). Sobretudo, desde que a técnica tem se feito cada vez mais científica. Isto ocorreu quando a experiência como base da técnica fora substituída pelo conhecimento científico no século XVII, desse modo, a técnica começa a ser cada vez mais ligada ao conhecimento científico. Nesse sentido, as leis científicas substituíram cada vez mais as normas, o racionalismo técnico fomentou o racionalismo econômico. E o impõe como necessidade intrínseca.

A técnica exacerbou o sentido de exatidão e da pontualidade. O racionalismo econômico impõe cada vez mais essa visão. O relógio, por exemplo, é um invento que simboliza este momento histórico do sujeito econômico moderno. No século XVI, todas as cidades italianas importantes dispunham de relógios. Em relação ao ritmo acelerado do homem econômico moderno, cabe mencionar, que é uma consequência das conquistas técnicas, por exemplo, o telefone, o telégrafo, dentre outros.

O ponto é que essas conquistas técnicas se deslocaram dos valores vitais em detrimento de uma valorização crescente dos bens materiais, o qual por sua vez, esta em correspondência íntima com o afã pelo lucro (SOMBART, 2005, p.338). Os meios se converteram em fim. O espírito burguês se desinteressou pelo homem concreto. A organização baseada na pessoa viva fora substituída pela organização mecanicista, utilitária, orientada para o êxito. O mundo natural desmoronou em detrimento de um mundo artificial de bens de consumo (SOMBART, 2005, p.340).

Enquanto que o produtor pré-capitalista (artesão e o camponês) mantém uma relação interna e direta com o objeto que produzem, o comerciante mantém uma relação externa com o objeto de seu comércio, pois para ele a mercadoria tem

um valor de troca, uma magnitude, ou seja, o que interessa ao comerciante (SOMBART, 2005, p.344). Esta é uma relação quantitativa que é impressa na psique do sujeito econômico que se dedica ao comércio. O comércio influenciou o pensamento daqueles que nele se dedicaram, no sentido de pensar em termos quantitativos. Entretanto, há outros ramos do comércio que também irão influenciar na constituição da psique do sujeito econômico (SOMBART, 2005, p. 344).

O comércio exterior contribui para desenvolver uma virtude especificamente capitalista, a formalidade comercial (SOMBART, 2005, p.345). Esta moral nos negócios, que tem como princípio a honestidade é desenvolvida porque os comerciantes compreenderam que ser desonesto nos negócios lhes custaria muito mais, do que se cumprissem o combinado. A honestidade compensava mais do que a má-fé (SOMBART, 2005, p.345). A mentalidade do comerciante continental também se distinguia do marítimo. No comerciante marítimo, ou pirata, se forma o comerciante temerário (SOMBART, 2005, p.346). Enquanto que o comerciante continental desenvolve a faceta de negociador e calculador, ou seja, é mais reflexivo e promovia mais as virtudes burguesas (SOMBART, 2005, p. 346).

O empréstimo de dinheiro também fora uma escola de treinamento capitalista, se constituindo como uma das fontes, de onde brota o espírito capitalista – predomínio de fatores quantitativos, importância da mecânica dos contratos, desaparecimento do princípio de subsistência, caráter abstrato do ato econômico (SOMBART, 2005, p.346).

O banqueiro carece de temeridade, de espírito de empresa. Quando essa qualidade surgiu, ele se converteu em empresário de grande escala. Em Florença houve um paradoxo: era uma cidade de comércio de lã e dos banqueiros, ao mesmo tempo, em que era uma cidade gremial (dos artesãos), e em princípio os grêmios se opunham ao desenvolvimento do espírito capitalista (SOMBART, 2005, p.347-8). Em todo caso, Sombart explica que a necessidade transforma os membros dos grêmios, em bons “burgueses” (SOMBART, 2005, p.348). A ‘santa economicidade’, o espírito da poupança é filha da necessidade. O artesão se converteu em antecessor do espírito burguês (SOMBART, 2005, p. 348).

Devido à influência do pensamento nietzschiano, o autor considera que outro fator é o ressentimento, isto é, a sublimação dos princípios pequeno-burgueses, nascidos da necessidade, a máximas gerais, a transformação das virtudes burguesas em virtudes humanas indiscutíveis. O ressentimento é um traço que

predomina nos livros de Alberti, o discurso contra o sistema feudal, a servidão, era uma forma de expressar o ódio de não pertencer aquele círculo, de estar excluído (SOMBART, 2005, p. 349). O autor compara duas cidades, e argumenta que em Florença no século XV já predomina esse espírito capitalista, enquanto que Veneza conservou durante muito tempo o caráter feudal (SOMBART, 2005, p. 350).

Sem espírito capitalista não há capitalismo, e este não é tampouco a fonte única daquele. Conforme progride o desenvolvimento capitalista, mais importância vai adquirindo para a conformação do espírito capitalista, até que finalmente, chega um ponto em que é ele que cria e lhe dá forma (SOMBART, 2005, p.353-4).

Um dos produtos do progresso do desenvolvimento capitalista é a 'experiência'. A experiência vai se acumulando de geração em geração e aprimorando-se paulatinamente, e que quando é posto em prática leva o racionalismo econômico até sua máxima perfeição (SOMBART, 2005, p.354). O mesmo ocorre com o desenvolvimento da técnica que já não atende senão a um fim, ao perfeccionismo do perfeccionismo (SOMBART, 2005, p.355) O racionalismo profissional e técnico se converteu em fim absoluto.

Na alma do homem econômico moderno se agita o afã do infinitamente grande, induzindo-lhe a empresas cada vez mais altas. Esse afã provém e encontra sua força motriz na ânsia pelo lucro (SOMBART, 2005, p. 356). Quanto mais desenvolve e obtém êxito nas suas tarefas, mais ele se empenha em expandir os negócios. A violência das circunstâncias exteriores impõe a ânsia ilimitada, assim como, o afã de lucro. O empresário foi coagido e impelido pela técnica e pela organização econômica racional. A relação com o tempo também passa por transformações. O tempo deve ser aproveitado em todos seus momentos. O ritmo é imposto, e depois de certo tempo não há outro jeito a não ser considerá-lo como desejável (SOMBART, 2005, p.359).

Não foram as influências do puritanismo sobre o empresário capitalista que o arrastaram para essa agitação, quando os laços religiosos que atuavam como freio, foram rompidos de vez, a busca pelo afã de enriquecimento, e o amor do empresário pelo lucro passou a impulsionar o mundo econômico (SOMBART, 2005, p.360). Foi o puro tecnicismo e racionalismo que animou a psique do homem moderno (SOMBART, 2005, p. 361).

Segundo Sombart, o problema do espírito do capitalismo é extraordinariamente complexo. O desenvolvimento do espírito do capitalismo teve

como fundamento de todo o processo, os grupos étnicos que foram se impondo como protagonistas da história europeia desde o declínio do Império Romano (SOMBART, 2005, p.364-5). Esses povos surgiram de dois impulsos poderosos: a sede pelo ouro e o espírito de empresa, que mais tarde acabam fundindo-se em um só espírito (SOMBART, 2005, p.365).

Com a aparição do Estado Moderno surge outro importante instrumento de promoção do espírito capitalista: a heterodoxia, a qual por sua vez, pressupõe uma profunda necessidade religiosa. Devido ao fato, que com o Estado Moderno elegeu-se, na base da disputa política pela hegemonia de determinado setor eclesiástico, uma religião oficial: o catolicismo. Todas essas forças impelem a aventura dos descobrimentos e conquistas, reanimando o espírito empreendedor e a sede de ouro com os descobrimentos de jazidas de metais preciosos, e conquistas de muitas colônias que foram um viveiro autêntico do espírito capitalista (SOMBART, 2005, p.365). A boa administração, a poupança e o cálculo se prestaram a grandes serviços. Os Etruscos, os Frísios, e os Judeus foram os primeiros povos em que o espírito capitalista despertou (SOMBART, 2005, p. 365).

No empresário capitalista confluíram o herói, o comerciante e o burguês, com preponderância cada vez maior para o comerciante burguês. Isto foi uma consequência do desenvolvimento de exércitos, da autoridade moral da religião e da mistura de sangue (SOMBART, 2005, p.365). As duas etapas principais deste processo correspondem: até o final do século XVIII e a seguinte até início do século XX (SOMBART, 2005, p.366). Na primeira fase o espírito do capitalismo tem um caráter vinculado, aos freios impostos pela religião, qual sejam a moral e os bons costumes, na segunda ele é totalmente livre (SOMBART, 2005, p.366).

O desenfreio do afã do lucro esteve determinado, entre outros fatores, pelo desenvolvimento da técnica; pelo nascimento da Bolsa (vinculada ao espírito judeu); pela influência do espírito judeu a partir do século XVII; pelo debilitamento do sentimento religioso cristão e pelas imigrações ao estrangeiro. Todos esses fatores permitiram o crescimento desmedido do capitalismo (SOMBART, 2005, p.366).

Por fim, a respeito do futuro do capitalismo Sombart argumenta que “creio que na natureza mesma do capitalismo se esconde uma tendência, que aspira a corromper-lhe e sufocar-lhe desde seu interior” (SOMBART, 2005, p.367). O autor argumenta que, em primeiro lugar: o capitalismo é um sistema que possui uma tendência inerente a crises sucessivas, em segundo lugar, outro aspecto suscitado é

a crescente burocratização das empresas, mas ele não chega a elaborar, pelo menos na presente obra consultada, uma tese como a jaula de ferro, de seu colega de periódico Max Weber, a terceira hipótese que Sombart coloca é a questão que com o progresso da cultura haja uma diminuição da taxa de natalidade, tão fundamental, pelo menos no começo do capitalismo, ao seu desenvolvimento por meio do crescimento demográfico.

1.3. Weber e Sombart: breves considerações

Weber e Sombart compreendem o capitalismo como um processo de racionalização crescente do Ocidente, esse é de seus pontos comuns. Conforme exposto acima, Weber estuda a Reforma Protestante como um dos aspectos importantes e decisivos, da racionalização da atividade econômica e da nova (para a época) relação estabelecida com o trabalho.

Os autores concordam que o espírito do capitalismo está imbuído do caráter ético do empreendedor. Todavia, para Sombart esse caráter ético é resultante do desenvolvimento do capitalismo (WEBER, 2001b, p. 155). Entretanto, para Weber, o capitalismo possui um caráter ético que orienta moralmente os indivíduos. A divergência entre os autores está ancorada nesse ponto.

Sombart, a partir de uma análise em que busca as múltiplas fontes, e a gênese do espírito do capitalismo, argumenta que a Reforma apenas potencializou algo que já havia acontecendo em meados do século XIV, na cidade de Florença, e que a influência religiosa advinha da doutrina tomista, bem como do papel desempenhado pelo consumo de artigos de luxo no judaísmo. Para Sombart,

[...] dado que o conteúdo das normas puritanas e tomistas é praticamente o mesmo, o fato de que os puritanos observassem de um modo mais rigoroso as normas de conduta, e racionalizassem e metodicassem de uma forma mais marcada seu comportamento, não pode explicar-se mais que pela intensificação do sentimento religioso dos homens do século XVII (SOMBART, 2005, P. 267).

Neste ponto, a respeito da origem do processo de racionalização da conduta, a diferença entre os autores é que para Sombart a influência religiosa advinha do tomismo, compreendendo a Reforma apenas como fator que asseverou e intensificou o regramento das condutas no trabalho e nos negócios, ao passo que Weber estuda a Reforma Protestante como uma das razões que explicam a

racionalização metódica da conduta dos agentes, e uma sanção moral em relação ao trabalho no mundo.

Nesse sentido, para Sombart “não foi a disciplina ascética, mas a compulsão e a busca do luxo que atuaram como motivações psicossociais para a consolidação do moderno capitalismo” (SELL, 2013, p. 224). Para Sombart, os aventureiros e os jogadores foram os primeiros indivíduos que encarnaram o espírito capitalista. Entretanto, Weber considera que fora o impulso para o ganho e ânsia pelo lucro, legitimados por valores religiosos que desencadearam uma conduta racional voltada para o trabalho. Entretanto, no debate a cerca da gênese geográfica do protestantismo Sombart argumenta que

a doutrina de deveres expressa um ideal inteiramente europeu-norte-americano, sobretudo um ideal do Norte, o que coincide com um fato já considerado por nós: que o capitalismo moderno tem suas raízes nas raças do Norte, que são também aquelas que se tem mostrado mais acessíveis ao processo de aburguesamento (SOMBART, 1946, vol. 1, p. 43).

Dito isto, cumpre ressaltar que no presente livro²⁰ de Sombart, utilizado para revisão teórica do conceito de espírito do capitalismo, encontra-se a polêmica suscitada contra Weber, conforme exposto anteriormente. Todavia, Weber rebate as questões²¹ levantadas na obra de Sombart.

Weber (2001b, p. 156) sustenta que, em primeiro lugar o argumento de Sombart de que as teses de Benjamin Franklin seriam meras repetições do que havia sido escrito, na Renascença por Leon Batista Alberti, esta equivocado, pois ao revisar os livros ‘Della Famiglia’, no final do primeiro livro encontra somente um trecho, muito geral, mas que deve ser tratado com cuidado sobre o “dinheiro como *nervus rerum* da casa familiar” (WEBER, 2001b, p. 156).

Em segundo lugar, Weber aponta que a qualificação feita por Sombart de Alberti, a saber, como um “homem de sangue mestiço, cheio de inveja pelas famílias nobres por causa do seu nascimento ilegítimo” (WEBER, 2001b, p. 156), está equivocada, pois Weber argumenta que Alberti, ao contrário era orgulhoso da sua descendência de uma das famílias mais ilustres de cavaleiros de Florença. Contudo, Weber reconhece que Alberti preconiza as empresas amplas “como as únicas dignas de uma *nobile è onesta famiglia* e de um *libero è nobile animo* [...] e

²⁰ Sombart. El burgués: contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno.

²¹ A resposta de Weber encontra-se nas notas de rodapé da Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.

carecedoras de menos trabalho” (WEBER, 2001b, p. 156). Este é o princípio da santa masserizia, ou seja, a orientação racional da economia doméstica, colocado por Sombart como um princípio que orientava um padrão de vida ligado à manutenção, e não a aquisição (WEBER, 2001b, p. 156).

Em terceiro lugar, Weber critica a própria fonte de Sombart, ou seja, os livros de Alberti, e elenca uma série de problemas que encontrou, dentre os quais

o racionalismo econômico de Alberti, em toda parte baseado em citações de autores da Antiguidade, relaciona-se mais de perto ao tratamento dos problemas econômicos dado nos trabalhos de Xenofonte (que ele não conhecia), de Catão, Varro, e Columella (os quais ele cita todos), sendo que a aquisição como tal, especialmente em Catão e Varro, é realçada de uma maneira diferente da que é achada em Alberti (WEBER, 2001b, p. 157-8).

Além disso, o autor encontra na obra de Alberti uma valorização em demasia das obras literárias. A respeito de Sombart, Weber critica a interpretação realizada da ética estoica e da ligação desta com o ideal de massajo de Alberti sob uma categoria, mas diz que é possível uni-los. Quando trata do conceito de indústria, Weber argumenta que o último, possui outra conotação, pois é originário do ascetismo monástico, sendo então desenvolvido por autores monásticos, e constituindo “um germe de um ethos, mais tarde desenvolvido plenamente no ascetismo secular do protestantismo” (WEBER, 2001b, p. 158). De acordo com Weber, Alberti tomou do pensamento monástico o conceito de indústria e desenvolveu uma espécie de racionalidade econômica, porém a questão do ethos permanece ausente, pois trata do utilitarismo como uma sabedoria comum e não de uma ética em seus escritos. Em Franklin também há essa tendência utilitária, porém há uma dimensão ética em relação ao emprego do dinheiro, pois o mau uso do mesmo implica numa falha moral (WEBER, 2001b, p. 158).

Entretanto, há um ponto em comum entre Alberti e Franklin, a saber, ambos não relacionaram suas recomendações econômicas a concepções religiosas (WEBER, 2001b, p. 158). Nos escritos de Alberti, e nos trabalhos dos autores interessados unicamente na ‘coisa como valor em si’, encontram-se exemplos do tipo de racionalismo econômico que existia na época, reflexo das condições econômicas (WEBER, 2001b, p. 159). Contudo, Weber argumenta que a diferença fundamental reside no fato de que a racionalidade econômica está ancorada numa religião, que forneceu uma sanção psicológica e moral (não de caráter econômico) que garantia a manutenção das condutas metódicas, e, portanto de uma ética.

Desse modo, para Weber os preceitos de Alberti não passam de uma sabedoria comum, uma teoria literária que não dispunha do mesmo poder de mobilização e de racionalização das condutas diárias dos indivíduos (WEBER, 2001b, p. 159).

Para compreender as contradições e crises do desenvolvimento da sociedade capitalista, propôs-se uma abordagem nova que analisa o espírito do capitalismo como fenômeno social, sob a premissa de uma ideologia que justifica o engajamento no capitalismo. O “novo espírito do capitalismo” será abordado a seguir.

1.4 O novo espírito do capitalismo em Boltanski e Chiapello

O presente subcapítulo apresenta o conceito de novo espírito do capitalismo, considerado como ideologia, assim como apresenta os dois níveis do capitalismo e as três dimensões do espírito do capitalismo e uma revisão sobre os três espíritos do capitalismo. Na segunda subsecção é abordado as razões morais para o engajamento no capitalismo. Já na terceira subsecção trata-se dos regimes de justificação, das críticas social e estética direcionadas ao capitalismo e da incorporação e ressignificação da última no terceiro espírito do capitalismo.

1.4.1 As dimensões do espírito do capitalismo

Boltanski e Chiapello (2009) partem da concepção ancorada em Max Weber considerando que “as pessoas precisam de razões morais para aliar-se ao capitalismo”. O capitalismo não se justifica por si só, mas antes ele precisa de um conjunto de valores e crenças compartilhadas que o sustentem em cada fase histórica. A subordinação do trabalho ao modelo de produção capitalista tornou necessário um conjunto de ideologias que sustentem e justifiquem o engajamento, ao mesmo tempo o tornem atraente (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002a).

Os autores buscam explicar a relação entre capitalismo como sistema, espírito do capitalismo e crítica. Pretendem compreender como uma determinada visão de mundo, “influyente em países como a França desde a década de 1960, pôde

ser convertida em justificação para a fase contemporânea de acumulação capitalista” (TORRES, 2007). Para Chiapello e Fairclough (2002), o modo de reprodução capitalista transforma-se e adquire determinada configuração, em dada época, a partir de dois níveis: o primeiro remete à busca incessante pelo lucro, e o segundo corresponde ao espírito do capitalismo, entendido como “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39). O conceito de ideologia, por sua vez, é compreendido como “ideologia não o sentido redutor [...] mas sim no sentido [...] de conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 33).

Dentro do segundo nível, a saber, o espírito do capitalismo, Chiapello e Fairclough (2002) explicam que há três dimensões, as quais desempenham um papel importante, pois fornecem a sua expressão concreta. São elas: a dimensão estimulante; a de segurança, e a de justiça/bem-comum. Essas dimensões estão presentes e variam historicamente de acordo com a forma adquirida pelo espírito do capitalismo.

Para que os indivíduos se engajem no capitalismo é preciso que percebam respostas nas práticas rotineiras e institucionalizadas (TORRES, 2007). Essas respostas apresentam-se nas três dimensões do espírito do capitalismo. A dimensão estimulante relaciona-se com um entusiasmo ligado à promessa de libertação. A segunda dimensão diz respeito a formas de segurança ou garantia, isto é, formas de proteção para o trabalhador e para seus filhos. Já a terceira dimensão diz respeito à justiça, pois é preciso que o capitalismo seja coerente com noções sobre o bem-comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002a, p.3-4). Segundo Torres (2007) “na medida em que o “espírito do capitalismo” reúne estas três dimensões ele tanto *justifica* como *delimita* as regras de acumulação e competição”.

De acordo com Chiapello e Fairclough (2002), o espírito do capitalismo aparece de três formas. O primeiro do final do século XIX cuja forma do processo de acumulação está associada à figura do burguês, em correspondência com o capitalismo familiar. “Os proprietários e patrões eram conhecidos pessoalmente por seus empregados; o destino e a vida da empresa estavam fortemente associados aos destinos de uma família” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009 p. 50). A dimensão estimulante manifesta-se pelo espírito empreendedor, pelo progresso; a dimensão justiça é uma mistura entre princípios de justiça tanto como princípios domésticos. A

dimensão garantia diz respeito à propriedade pessoal, relações pessoais, caridade e paternalismo.

O segundo espírito do capitalismo (1940-70) organiza-se em torno da “figura central do diretor (ou dirigente assalariado) e dos executivos” que, por sua vez, está ligado ao capitalismo de empresa (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 52). As empresas avançaram bastante, “seu elemento central é a burocratização e a utilização de um quadro de supervisores cada vez mais qualificados por diploma universitário.” Porém, é uma minoria de empresas que pode ser qualificada como multinacional. “O quadro de acionistas tornou-se mais anônimo, enquanto numerosas empresas se desvincularam do nome e do destino de determinada família” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 52). A dimensão estimulante está centrada na oportunidade de carreira, em posições de poder. A dimensão do bem comum ou justiça, diz respeito a meritocracia como forma de avaliação, e a gestão por objetivos. A dimensão garantia contempla o planejamento em longo prazo, carreiras e Estado de Bem-Estar.

O terceiro espírito do capitalismo “deverá ser isomorfo a um capitalismo “globalizado”, que põe em prática novas tecnologias, apenas para citar os dois aspectos mais frequentemente mencionados na qualificação do capitalismo de hoje” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 52). Ele começou a manifestar-se durante os anos 80, caracteriza-se por empresas em rede, internet e biotecnologia, economia global, produção diferenciada e variada. É um espírito do capitalismo “mais mobilizador (portanto também mais orientado para a justiça e o bem-estar Social), dentro de uma visão de tentativa de remobilização dos trabalhadores e, no mínimo, da classe média” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 51).

A dimensão estimulante diz respeito a: inexistência de chefes autoritários, organizações difusas, inovação e criatividade, e mudança permanente. A dimensão bem comum engloba novas formas de meritocracia valorizando a mobilidade, a habilidade de manter e nutrir uma rede; cada projeto é uma oportunidade de desenvolver sua empregabilidade. Por sua vez, a dimensão garantia diz respeito à mobilidade e adaptabilidade, para aquele que sabe gerenciar a si mesmo, as companhias fornecerão recursos de autoajuda (CHIAPELLO; FAIRCLOUGH, 2002, p. 189).

Quadro 2. Três Espíritos do Capitalismo

	Primeiro Espírito: final do século XIX	Segundo Espírito: 1940-1970	Terceiro Espírito: desde os anos 1980.
Formas do processo de acumulação capitalista	Pequenas empresas familiares Capitalismo Burguês	Empresas de gestão Produção em massa Política econômica estatal	Empresas em rede Internet e biotecnologia Finanças globais Produção variada e diferenciada
Estimulante	Liberdade da comunidade local Progresso	Oportunidades de carreira Posições de poder Eficácia possível em "países livres"	Não mais chefes autoritários Organizações difusas Inovação e criatividade Mudança permanente
Justiça/bem-comum	Mistura de justiça doméstica e de mercado	Meritocracia valorizando eficiência Gestão por objetivos	Nova forma de meritocracia valorizando mobilidade, capacidade de alimentar uma rede, cada projeto é uma oportunidade de desenvolver sua empregabilidade
Segurança	Propriedade pessoal Relações pessoais Caridade Paternalismo	Planejamento de longo prazo Carreiras Estado de Bem-Estar Social	Para os móveis e adaptáveis, os únicos que sabem como gerenciar a si mesmos. Empresas fornecerão treinamento motivacional

Fonte: Chiapello e Fairclough (2002) - tradução livre da autora.

Com o objetivo de compreender como o capitalismo “pode ainda hoje angariar os atores necessários à formação dos lucros”, Boltanski e Chiapello (2009) explicam que “é traçado um modo de existência em harmonia com as exigências da acumulação, para que grande número de atores considere que vale a pena vivê-la” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42-3). As práticas econômicas são

acompanhadas de formas ideológicas, e por sua vez, as formas ideológicas podem ser estudadas através do novo discurso empresarial.

Os mecanismos ideológicos são criados e desenvolvidos através da justificação, a qual respalda a dinâmica pretendida. Para Boltanski e Chiapello (2009, p. 42) “o espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes a ela.” Esse conjunto de crenças e valores, pode ser estudado a cada época tendo em vista que, o espírito do capitalismo transforma-se com o passar do tempo, adapta-se e incorpora parte da crítica, seja ela social e/ou estética a ele dirigida.

Considera-se que a literatura gerencial propicia acesso direto a conteúdo, e forma tomada por essas representações em épocas específicas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 84). Segundo os autores, a literatura de gestão empresarial também não pode deter-se na busca pelo lucro. Ela também deve demonstrar uma dimensão estimulante, outra ligada à garantia e por fim, uma dimensão ligada ao bem-comum, que justifique não só o engajamento dos executivos perante aos seus pares, mas também, com relação a seus “colaboradores” e a sociedade em geral (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 85). Para os autores o discurso empresarial “constitui hoje a forma por excelência na qual o espírito do capitalismo é incorporado e oferecido como algo que deve ser compartilhado” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 46), pois ele contém os preceitos a serem difundidos na sociedade.

1.4.2 Espírito do capitalismo e justificação

A busca pelo lucro não se justifica por si só, em si ela é pouco estimulante. A coerção pura também é insuficiente. É preciso um conjunto de justificativas que incentive, ofereça garantia, e justiça a todos: [...] o empenho exigido pressupõe adesão ativa, iniciativas e sacrifícios livremente assumidos, como aquilo que, cada vez mais, se espera não só dos executivos, mas do conjunto dos assalariados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39).

O capitalismo, sob muitos aspectos, é um sistema absurdo: **os assalariados** perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação. Quanto aos **capitalistas**, estão presos a um processo infindável e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação de necessidades de consumo, mesmo

que supérfluas. **Para esses dois tipos de protagonistas, a inserção no processo capitalista carece de justificações** (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 38, grifos nossos).

Tanto para os assalariados quanto para os capitalistas a inserção no processo capitalista carece de justificção (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 38). É necessário que o capitalismo ofereça razões morais individuais e justificção em termos de bem-comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.41). Nesse sentido o termo justificção engloba duas acepções, a primeira remete a justificção a nível individual “aquilo em que uma pessoa encontra motivos para empenhar-se na empresa capitalista e as justificções gerais em que sentido o empenho na empresa capitalista serve ao bem comum” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009. p. 41).

Em relação às justificções mais gerais do capitalismo, pode-se dizer que:

[...] dizem respeito [...] às competências comuns que, em harmonia com injunções institucionais que se impõem de algum modo de fora para dentro, são constantemente reproduzidas por meio dos processos de socialização familiares e escolares. Constituem a base ideológica a partir da qual se podem observar variações históricas, ainda que não se possa excluir a possibilidade de que a transformação do espírito do capitalismo implique às vezes a metamorfose de alguns de seus aspectos mais duradouros (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42-3).

Deste modo, para Boltanski e Chiapello, não basta às injunções sistêmicas que incidem sobre os atores para suscitar-lhes empenho: “A injunção deve ser interiorizada e justificada”. Essas ideologias participam

da reprodução da ordem social elas têm como efeito permitir que as pessoas não achem insuportável o seu universo cotidiano, o que constitui uma das condições para que um mundo seja duradouro. Se o capitalismo não só sobreviveu - contrariando os prognósticos que regularmente anunciaram sua derrocada -, como também não parou de ampliar o seu império, foi porque pôde apoiar-se em certo número de representações - capazes de guiar a ação - e de justificções compartilhadas, que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis. Essas justificções devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o niilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar, não só aos que são por ela oprimidos, mas também, às vezes, aos que têm a incumbência de mantê-la e de transmitir seus valores por meio da educação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 41-2).

Assim, o espírito do capitalismo

é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificções sejam elas

gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Dessa forma, os autores compreendem que o espírito do capitalismo é “a ideologia dominante que *justifica o engajamento no capitalismo*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39). Ela lhe confere sentido e “contribui para suscitar a boa vontade daqueles sobre os quais ele repousa”, obtendo assim seu engajamento (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 43). O capitalismo enquanto “modo de coordenação dos atos e como mundo vivenciado” persiste em estreita relação com a sua ideologia, isto é, com o espírito do capitalismo.

Nesse caso, pode-se falar *de ideologia dominante*, contanto que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que **a maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, apoiam-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados** (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42 - grifos nossos).

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p. 53), quando confrontado com a exigência de justificação “o capitalismo mobiliza um ‘desde-sempre’, cuja legitimidade é garantida, à qual ele dará formulação nova, associando-o à exigência de acumulação do capital”. Portanto desenvolver uma análise sobre a ideologia em que se colocassem dois polos separados, de um lado aqueles “destinados a servir a acumulação capitalista” e por outro lado, “as ideias puras, livres de compromissos, ideias que dessem ensejo a criticar essa acumulação”, seria inútil, pois “frequentemente, na denúncia e na justificação daquilo que é denunciado, empregam-se os mesmos paradigmas” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 53). A escolha da noção de espírito do capitalismo permite articular dois conceitos: o de capitalismo e o de crítica numa relação dinâmica (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 34).

Portanto, é, em primeiro lugar, em vista desses executivos, ou futuros executivos, que o capitalismo deve completar seu aparato justificativo. [...] Sendo ao mesmo tempo assalariados e porta-vozes do capitalismo, especialmente em comparação com outros membros das empresas, os executivos, pela posição que ocupam, são alvos preferenciais de críticas especialmente por parte de seus subordinados, estando muitas vezes dispostos a dar-lhes ouvido. Eles não podem satisfazer-se unicamente com vantagens materiais e devem também dispor de

argumentos para justificar sua posição e, de modo mais geral, os procedimentos de seleção de que são produto ou que eles mesmos põem em prática.

Em termos de justificação, o espírito do capitalismo possui três pilares: “progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades, modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 45-6). Essas justificações

estão sujeitas a mudanças porque as preocupações expressas em termos de justiça devem ser associadas a práticas ligadas a estados históricos do capitalismo e a maneiras de obter lucro específicas de uma época; ao mesmo tempo, devem provocar disposições para a ação e dar garantias de que as ações realizadas são moralmente aceitáveis. Assim, o espírito do capitalismo manifesta-se indissociavelmente, em cada momento, nas evidências com que os executivos têm quanto às "boas" ações que devem ser realizadas para a obtenção do lucro e quanto à legitimidade dessas ações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 48).

O capitalismo se ancora, e obtém mobilização através das crenças e valores que preponderam durante determinada época. Essas crenças têm poder de persuasão, considerando o contexto cultural que a envolve. Assim,

[...] o espírito que o anima possui duas faces: uma "voltada para dentro", como diz Dumont, ou seja, aqui o processo de acumulação legitimado, e outra orientada para as ideologias com que ele se impregnou, ideologias que lhe dão precisamente aquilo que o capitalismo não pode oferecer: razões para participar do processo de acumulação ancoradas na realidade cotidiana e diretamente relacionadas com os valores e as preocupações daqueles que convém engajar (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 54).

O espírito do capitalismo transforma-se para atender a necessidade de justificação de determinado grupo que está comprometido em dado momento com o processo de acumulação capitalista. Os valores desses indivíduos geralmente, ainda estão em consonância com outros esquemas representativos anteriores, isto é, a herança cultural recebida. Para engajar esses grupos é preciso despertar o interesse pelas novas formas de acumulação.

1.4.3 Espírito do capitalismo e regimes de justificação. Crítica e incorporação da crítica

Boltanski e Chiapello (2009) utilizam-se da teoria desenvolvida por Boltanski e Thévenot em meados de 1991, chamada de regime justificatório. Basicamente, de

acordo com Chiapello e Fairclough (2002) esse regime justificatório corresponde a gramáticas que possuem “um princípio de equivalência” no qual os indivíduos são avaliados assim como suas contribuições. Condições de “grandeza” e “rebaixamento” são destinadas para aqueles que se submetem a um teste pragmático – por meio do qual os valores diferenciais dos indivíduos são estabelecidos (TORRES, 2007, p. 89).

Cada regime de justificação é chamado de “cidade”, que agrupam as formas de justificação: inspirada; mercantil; da fama; doméstica; industrial e cívica. Cada qual tem sua grandeza específica, bem como o grau de investimento necessário e provas específicas:

1) o “regime da inspiração”, baseado no princípio da autenticidade; 2) o “regime doméstico”, baseado no desempenho de papéis pessoais; 3) o “regime de Renown”, baseado na capacidade de agregar opiniões; 4) o “regime cívico”, baseado na expressão da vontade de uma coletividade; 5) o “regime de mercado”, baseado na obtenção de riqueza e 6) o “regime industrial”, baseado na produtividade do trabalho. Mas para compreender o “novo espírito do capitalismo” na França, Boltanski e Chiapello (2002a, p.10) julgaram necessário acrescentar um sétimo regime de justificação: o “regime de projetos”, baseado na noção de “atividade”, a qual desfaz, no nível do discurso, a dicotomia entre “trabalho” e “não-trabalho”. Atividade é a disposição de se engajar em novos projetos, de assumir riscos em empreitadas de curto prazo e multiplicar a rede de relações pessoais. Neste regime é melhor quem é mais flexível e adaptável (TORRES, 2007, p.89).

Assim, com base no modelo de cidades (ou “regimes justificatórios”) Boltanski e Chiapello descobriram que os seis modelos eram insuficientes para compreender os manuais de gestão dos anos 90. Os autores apontam então, para a emergência de mais um regime justificatório orientado pela lógica de redes, enfatizando a mobilidade, a adaptabilidade, dentre outros aspectos, intitulado “cidade orientada por projetos”. De acordo com Chiapello e Fairclough (2002), no primeiro espírito do capitalismo os regimes justificatórios predominantes eram o doméstico e o mercado; no segundo, prevalecia à lógica dos regimes industriais e cívico e no terceiro há uma predominância do regime da cidade por projetos, conexionista.

Os regimes justificatórios servem como referência para os indivíduos, que se submetem a testes legítimos, nos quais está predefinido o emprego do tipo de armas aceitas, assim como aquelas proibidas (TORRES, 2007, 89). Os “testes legítimos” nunca existem de forma pura na realidade, pois o princípio de equivalência de cada regime poderá esmaecer e até ocultar a possibilidade de uso de certas armas, algo

que os indivíduos “não percebem na hora de conferir o seu assentimento às regras do jogo” (TORRES, 2007, p. 89).

Nesse sentido, só valem as ‘armas’ pré-definidas, e a vigência de cada cidade depende da sua capacidade de convencer os indivíduos de que os testes levam em consideração, apenas essas “armas” pré-definidas e não qualquer tipo de artimanha, ou estratégia. Dessa forma, os ‘princípios de equivalência’ são estabelecidos. Do contrário, quando as armas disponíveis a ser empregadas não são definidas trata-se de um “teste de força”, e aí se utiliza qualquer meio para atingir determinado fim (TORRES, 2007, p. 89).

Quando se passa de um regime de justificação para outro, há o questionamento da validade dos “testes legítimos” por parte dos agentes, que o fazem de duas formas: a primeira delas consiste em demonstrar que há forças ilegítimas que preponderam e definem o resultado dos testes; e a segunda maneira de questionamento é a rejeição total da validade do teste (TORRES, 2007, p. 90). Em geral, o questionamento aos testes pode desvendar “armas”²² utilizadas e que não são reconhecidas como legítimas na disputa (TORRES, 2007, 90). Para Boltanski e Chiapello (2002b): “questionamento e justificação são práticas dinâmicas que se sucedem no tempo”.

O uso de forças ilegítimas coloca a legitimidade de um teste em xeque, e do seu correspondente regime de justificação. Ao mesmo tempo, surgem outras vanguardas que estão dispostas em responder essas críticas. A resposta às críticas anteriores pode vir através de uma reconstituição da justificação das práticas em outro regime (TORRES, 2007, p. 90).

A crítica anda *pari passu* desde o surgimento do capitalismo, “e onde não há crítica não há necessidade de justificação. Como diria Weber, não há ortodoxia sem heterodoxia” (TORRES, 2007, p. 90). O sistema econômico capitalista precisa engajar as pessoas, para tanto necessita responder as críticas a ele destinadas transformando ou estabelecendo um regime de justificação diferente do anterior. Assim, as relações de trabalho e os estilos de vida são justificados e incorporados com base em diferentes “regimes de justificação” (TORRES, 2007, p. 88). Ao justificar as relações de trabalho e os estilos de vida requeridos, o capitalismo

²² Espécies de estratégias para conseguir uma boa colocação. Por exemplo, colocar os filhos em uma escola reconhecidamente importante, poderá munir o indivíduo, futuramente, com bom desempenho numa seleção para o mercado de trabalho.

também “torna aceitável a hierarquia social que se constitui ou que se atualiza como efeito da adesão às novas regras do jogo” (TORRES, 2007, p. 89).

Como sistema econômico o capitalismo não se orienta para o bem-comum. É a crítica direcionada ao capitalismo que, por ser incorporada, em parte, em cada época lhe confere conteúdo moral, e, estabelece então dispositivos de justiça.

A crítica desempenha o papel motor que gera as mudanças do capitalismo exercendo seu papel de três maneiras (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 61). A primeira diz respeito à deslegitimação do espírito do capitalismo que o antecede substituindo-lhe a eficácia (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 62). A segunda forma ocorre quando coage o capitalismo obrigando-lhe a se justificar em termos do bem-comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63). A terceira emerge quando, parte da crítica incorporada ao invés de ser traduzida em mecanismos de bem-comum, transforma o modo como o lucro é realizado. Em contrapartida, as expectativas dos assalariados estarão ainda em consonância com o espírito anterior, sendo então necessário “uma recomposição ideológica destinada a mostrar que o mundo do trabalho sempre tem ‘sentido’” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 64).

Todavia se a crítica impacta o capitalismo parcialmente, deve-se considerar outro aspecto responsável pelas mudanças. Trata-se da concorrência entre os capitalistas que também interfere na forma que o sistema está organizado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 79).

No primeiro espírito do capitalismo havia uma “moral de poupança, dotado de valores de autocontrole, comedimento, restrição, labor, regularidade, perseverança e estabilidade apreciados na empresa” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: p. 183). O segundo espírito do capitalismo centra-se na separação da vida privada e da profissional, da família e do escritório, das opiniões pessoais e das competências profissionais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 192). O terceiro espírito do capitalismo marca uma transformação da moral cotidiana no que “se refere ao dinheiro, ao trabalho, aos bens e à relação consigo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 193-4).

Deste modo, o tempo deve ser bem administrado no sentido de dedicar-se a estabelecer relações com outros, isto é, ‘conexões lucrativas’, ou elos improváveis. Segundo Boltanski e Chiapello (2009, p. 192): “O homem é visto como proprietário de si mesmo [...] no sentido de ser produto de seu próprio trabalho sobre si mesmo”.

Para os autores esta é uma mudança profunda da normatividade, a última se distingue daquela normatividade que impregnou o segundo espírito do capitalismo, “com modificações parciais de fachada” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 193-4). Nesse sentido, a respeito da relação com a propriedade, valoriza-se o aluguel em detrimento da posse (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 190-1). Na relação com o trabalho, à competência não se restringe apenas aos diplomas, isto é, a qualificação propriamente dita, pois abrange também ‘qualidades da pessoa’ (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 193). Há uma “valorização da atividade não distinguindo o tipo: pessoal ou profissional, a mudança é valorizada, mexer-se” é o que importa (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 193).

O capitalismo converteu a crítica a seus testes, em um “novo espírito” que também proporciona legitimidade, tanto para novas formas de acumulação quanto para a exploração do trabalho do período seguinte que começa na segunda metade dos anos setenta (TORRES, 2007, p. 91). Durante a década de 60/70 havia uma crítica aos testes do capitalismo vigente, tais como: “divisão dos lucros, hierarquias empresarias e sociais, testes de seleção social (escola, serviço militar, recrutamento profissional)” (TORRES, 2007, p. 91).

A crítica por um lado denunciava a injustiça e a preponderância de formas implícitas que decidiam os testes, e por outro lado, “a opressão de estilos de vida heteronomamente produzidos” (TORRES, 2007, p. 91). A crítica adquiriu um duplo caráter: estética e/ou social. A crítica estética denuncia o capitalismo como forma de opressão que subordina todas as relações ao princípio de mercado, como fonte de desencanto e inautenticidade das pessoas e objetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 73). A crítica social, por sua vez, alerta para o capitalismo enquanto fonte de desigualdade, pois favorece interesses particulares, “submete os trabalhadores a condições de miséria, destrói os laços de solidariedades mínimas entre pobres e ricos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 73).

Nos anos 60 as empresas estavam organizadas de forma hierárquica, burocrática e racional. Os executivos, considerando o aumento do grau de escolarização, estavam descontentes com o trabalho que realizavam, pois o conteúdo substantivo do último, devido ao avanço da organização científica encontrava-se cada vez mais esvaziado de sentido (COLBARI, 1995, p. 14). Desse modo os executivos exigiam então mais autonomia, tal exigência fora concedida em termos da administração por objetivos, baseada nos resultados obtidos. Ficava

excluída, então, qualquer espécie de avaliação subjetiva, isto marca uma diferença em relação ao primeiro espírito do capitalismo. Por meio do critério objetivo, da administração por objetivos e através de princípios meritocráticos havia a possibilidade de ascender na carreira. A empresa era responsável de produzir a riqueza (produção em massa) e o Estado-Providência responsável por distribuí-la e proporcionar garantias sociais. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p. 123): “o crescimento econômico supostamente associado ao progresso social, e a aliança entre capitalismo e democracia estão entre as justificações mais estáveis do capitalismo”. Os executivos eram mobilizados através da administração por objetivos e os operários pela organização taylorista, formas de mobilização de controle externo dos indivíduos (NARDI, 2002, p. 182-3).

Em meados dos anos 80, os jovens executivos não queriam mais simplesmente aderir aos objetivos estabelecidos pela empresa, o que começou a preocupar os empresários. O desafio de um “novo espírito do capitalismo” consistiria, em resumo em,

[...] reconquistar o engajamento de uma geração de pessoas que já não podiam ser convencidas ou motivadas pelas promessas, até então vigentes, de uma carreira de longo prazo com todas as relações sociais e estilos de vida implicados nesta opção (TORRES, 2007, p.91).

A crítica social na França fora conduzida pelos trabalhadores industriais e direcionada à forma de acumulação capitalista. Ao passo que a crítica estética foi desenvolvida pelos executivos e direcionada às formas de estilos de vida, em relação à oferta de carreiras nas empresas (TORRES, 2007, p. 91).

O segundo espírito estava submetido à crítica social, que denuncia a exploração dos trabalhadores, e o egoísmo dos interesses privados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 237). Em meados dos anos 60, a crítica social fora atendida em parte, através da negociação entre sindicatos e empresas tendo, como árbitro o Estado. Instituíram-se garantias, salários, direitos coletivos aos trabalhadores.

Entretanto, o “novo espírito do capitalismo” configurou-se como uma resposta somente a um determinado tipo de crítica, enquanto subordinou outra. Responde às demandas da crítica estética feita pelos executivos, em detrimento da crítica social realizada pelos trabalhadores.

Segundo Torres (2007, p. 92) a exploração do trabalho, questão levantada pela crítica social, isto é, pelos trabalhadores, foi contornada pelas empresas e pelos

seus porta-vozes que atenderam às reivindicações de ‘criatividade’ e ‘autenticidade’ levantadas pela “crítica artística” dos executivos.

A crise do Estado de Bem Estar Social e do modelo de regulação fordista, e os novos custos gerados com as conquistas dos trabalhadores, foram fatores que impulsionaram os empresários a buscar alternativas. Assim, “foi então implantada, aos poucos, uma série de inovações na organização do trabalho, cujo objetivo era atender a outra série de reivindicações e evitar os sindicatos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 234).

O que os jovens executivos almejavam era o reconhecimento e a valorização das suas “aptidões comunicativas, da facilidade de tecer novas relações e na capacidade de se aceitar o risco e a inovação em todas as dimensões da vida” (TORRES, 2007, p. 92). As empresas aceitaram em parte, rever as formas de trabalho e os padrões rígidos de autoridade e ao fazê-lo incorporam parte da crítica artística. A incorporação da crítica artística passou a legitimar um estilo de vida, e transformou-se em num modelo para toda a sociedade que, por sua vez, foi motivada a aderir (TORRES, 2007, p. 92). Desse modo, o capitalismo

[...] abre-se para as críticas que denunciavam então a mecanização do mundo, [...] a destruição das formas de vida favoráveis à realização das potencialidades propriamente humanas, em especial, da criatividade, ressaltando o caráter insuportável dos modos de opressão que, sem necessariamente derivar em linha direta do capitalismo histórico, tinham sido aproveitados pelos dispositivos capitalistas de organização do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 237).

Por seu turno, as conquistas adquiridas pela crítica social, em termos de salário e garantias, foram reformuladas, não frontalmente, mas gradativa e lentamente:

As garantias foram trocadas pela autonomia, abrindo caminho para um novo espírito do capitalismo que louvava as virtudes da mobilidade e da adaptabilidade, ao passo que o anterior se preocupava bem mais com garantias do que com liberdade. [...] Os deslocamentos não enfrentavam resistências porque pareciam atender a outra forma de crítica (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 235).

Os efeitos dos deslocamentos realizados pelo capitalismo, ao incorporar parte da crítica estética sobre as conquistas da crítica social tomaram corpo, a partir dos anos 80 nos seguintes dispositivos:

Autonomia; espontaneidade; mobilidade; capacidade rizomática; polivalência; comunicabilidade; abertura para os outros e para as novidades; disponibilidade; criatividade; intuição visionária; sensibilidade para as diferenças; capacidade de dar atenção à vivência alheia; aceitação

de múltiplas experiências; atração pelo informal; busca de contatos interpessoais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 130).

O novo modo de vida definido por “regime de projetos”, devido a suas características, corrói o modelo de vida baseado em carreiras em longo prazo, na hierarquia, e no valor adquirido pelas profissões.

Essa nova configuração do capitalismo é uma resposta que reflete parte da crítica à alienação feita pelo movimento de maio de 68, que reivindicava autenticidade e liberdade, e denunciava a hierarquia das empresas, a divisão do trabalho e os sistemas de supervisão. Também reflete a incorporação da proposta por autenticidade, que denunciava a mecanização das relações humanas. A resposta então diz respeito, por um lado, à flexibilidade no mundo do trabalho, e, por outro lado, à produção de bens renovados constantemente, serviços personalizados ao cliente, produção de relações individualizadas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 131-2).

Por uma inversão política, as garantias foram de algum modo trocadas pela autonomia. A luta contra os sindicatos e a concessão de maior autonomia e vantagens individualizadas são feitas com os mesmos meios, ou seja, mudando a organização do trabalho e modificando os processos produtivos, o que afeta a própria estrutura das empresas e tem como efeito dismantelar as unidades organizacionais (empresas, estabelecimentos, seções, departamentos) e as categorias de pessoal (grupos profissionais, ocupantes de um mesmo tipo de cargo, classes sociais), ou seja, o conjunto das coletividades nas quais se apoiavam as instâncias críticas e, em especial, os sindicatos.[...] A autonomia é aí entendida ao mesmo tempo no sentido de autonomia das pessoas (com controle hierárquico menos direto no trabalho) e autonomia das organizações (seções tratadas como unidades independentes e como centros de lucro autônomos, ou desenvolvimento da terceirização)". O mundo do trabalho a partir de então conhece apenas instâncias individuais conectadas em rede (BOLTANSKI; CHIAPELLO: 2009, p. 225).

O “regime por projetos” substitui todo um conjunto estável de relações, fundando-se agora na cooperação e interdependência pela rede. Na rede é fundamental a mobilidade, e o desprendimento (TORRES, 2007, p. 89). Os “testes legítimos” exigem envolvimento e entrega emocional, assim como fidelidade a atividades desenvolvidas em curto prazo, em que as relações são efêmeras. Com isto, não é mais possível avaliar o reconhecimento de uma profissão em termos de *status*, pois se perde a perspectiva de longo prazo (TORRES, 2007, p. 93). Os indivíduos são constantemente mobilizados a se desenvolverem, bem como a mobilizar disposições descartáveis. É promovida a adequação a cada projeto numa relação de curto prazo. Logo, é estabelecida uma incapacidade de generalização, de

um contexto para outro, das relações de reconhecimento e interdependência (TORRES, 2007, p. 92).

Nos anos 90, do século passado, consolidou um processo que vinha desenvolvendo-se desde meados da década de 80. As empresas adotaram uma nova lógica, pois passaram a organizar-se em rede e “os investimentos são feitos cada vez mais em colaboração com outras empresas, por meio de ‘alianças estratégicas’ e ‘joint ventures’” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 102). Nesse processo de horizontalização elas enxugaram a hierarquia, concentraram-se na sua atividade principal, e repassando funções periféricas para prestadoras de serviço e para a terceirização.

A partir do fim da década de 60, as grandes empresas dão início a um movimento de relocação de segmentos de produção e de busca de terceirização em países nos quais o nível dos salários e a capacidade de defesa coletiva dos assalariados são menores do que nos grandes países desenvolvidos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 263).

A organização do trabalho baseia-se no modelo da Toyota, sendo adotados progressivamente “princípios organizacionais como just-in-time, qualidade total, processo de melhoramento contínuo (Kaizen), equipes autônomas de produção e uma série de instrumentos destinados a implementá-los, como os círculos de controle de qualidade [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 102).

O trabalho então é organizado por equipes e em rede. Para mobilizar os chamados “colaboradores” é preciso motivá-los ao invés de apenas mobilizá-los. Cria-se a figura de uma liderança, como responsável por mobilizar os trabalhadores e obter engajamento, dando sentido ao trabalho. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p.105) “esse sentido compartilhado faz com que cada um saiba o que deve fazer sem ninguém precisar mandar”. Pode-se dizer que o controle é interiorizado, porque as pessoas incorporam subjetivamente as regras de comportamento²³. As competências adquirem o significado de qualidades ligadas a uma dimensão subjetiva, a uma necessidade de envolvimento pessoal. Adaptação e mobilidade, assim como criatividade são importantes para manter-se trabalhando, e isto não está ligado a uma carreira estável, mas sim à noção de empregabilidade, a qual diz respeito à “capacidade que as pessoas precisam ter para que se recorra a elas nos projetos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 126). A reputação

²³ O coach é outra figura importante, pois é o responsável por desenvolver as competências nos indivíduos.

desenvolve-se como critério de avaliação. É preciso então estabelecer elos, saber engajar-se, depositar e inspirar confiança. Há também uma preocupação com o cliente, que passa a ter um papel importante no sentido de satisfazê-lo sempre, o qual neste processo acaba sendo responsabilizado por exercer o controle (NARDI, 2002, p. 184).

Em resumo, trata-se de passar de modos de gestão coletivos, essencialmente centrados em estatutos, a modos de gestão coletivos e individuais, essencialmente centrados na gestão da competência. [...] a carreira não consiste em ocupar "vagas", mas em engajar-se numa multiplicidade de projetos frequentemente muito heterogêneos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 330).

No “regime por projetos” há uma diferenciação e alteração do significado do trabalho. Na “cidade industrial” o trabalho era entendido como uma atividade ligada à posse de uma posição salarial estável (Torres, 2007, p. 93). Ao passo em que no “regime por projetos”

(...) a noção de atividade supera a oposição entre trabalho e “não trabalho”, estabilidade e instabilidade, remuneração e não remuneração, lucratividade e trabalho voluntário; entre o que pode ser medido em termos de produtividade e o que não pode ser avaliado segundo o cálculo de desempenhos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002a, p.9).

No “novo espírito do capitalismo”, a dicotomia entre a concepção de trabalho específica e a concepção indeterminada da atividade é ultrapassada (TORRES, 2007, p. 89). Isto é o resultado da incorporação da crítica estética, na qual o que é valorizado é o envolvimento em múltiplas atividades em detrimento do desempenho diferencial no trabalho. O critério de legitimidade e conseqüentemente aquilo que é motivado, está ligado a fazer alguma coisa. Estar envolvido em alguma atividade é o que define o diferencial de cada sujeito.

2. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL ENTRE AS DÉCADAS DE 1970, 1980, 1990 E MEADOS DE 2000

Neste capítulo abordam-se questões relacionadas à economia, a política e a sociedade gaúcha e brasileira. A primeira seção aborda o final dos anos 1960 enfatizando as transformações políticas no Estado, o crescimento da indústria, a mudança no padrão de acumulação, da variação dos setores primário, secundário e terciário, da ditadura militar e as consequências para o país e para o Estado. Na segunda seção trata-se da relação da economia do país com um padrão de acumulação global, das conseqüentes transformações no mercado de trabalho e de uma mudança de crescimento nos três setores.

2.1 Dos anos 1970 até os anos 1980

No início da década de 1960 o Brasil passou por profundas modificações, principalmente no que diz respeito ao investimento na indústria pesada e integração do mercado nacional. Isso se refletiu no maior crescimento da indústria na história do Brasil, e no nível político por um período mais severo da ditadura militar (NARDI, 2002). No período de 1970-1980 o crescimento médio do PIB (Produto Interno Bruto) foi de 8,0% no Rio Grande do Sul e de 8,6% no Brasil. No tocante ao estado gaúcho, houve um profundo câmbio estrutural na economia e na sociedade (HERRLEIN JR, 2002, p. 662). A partir de meados dos anos 1960, a industrialização nacional impactou a economia e sociedade gaúchas, impondo um novo regime de acumulação no qual o carro chefe foi a indústria de bens de consumo duráveis. Considerando que, até então, a economia do Rio Grande do Sul se baseava na indústria de consumo de bens não duráveis e a indústria de bens intermediários, a velha economia gaúcha, pautada pela “unidade interna, pelo isolamento do mercado regional, e pela solidariedade de desempenhos entre agricultura e indústria”, fora desintegrada (HERRLEIN JR, 2002, p. 659).

Segundo Passo e Lima (1992), nos anos 1970, o Rio Grande do Sul segue o mesmo ritmo do crescimento nacional. De acordo com Nardi (2002, p. 164) durante os anos 70 o crescimento industrial relaciona-se com o êxodo rural, ou seja, falta de oportunidades de trabalho no campo e atração do setor industrial e urbano. O reflexo dessa mudança econômica e social ocasionou o crescimento das cidades.

No que concerne ao processo de migração interna houve diferenças importantes. Assim, Accurso considera que

(...) a diferença fundamental entre a migração gaúcha e a nordestina, por exemplo, é que aquela traduz o deslocamento de um modo de produção, enquanto esta tem um caráter exclusivamente proletário. Naquela, é o homem e os meios de produção que seguem juntos; nesta, é apenas o homem em busca de emprego (ACCURSO, 1993, p. 73).

Na migração gaúcha para outros Estados do país (Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso) estava contido o modo de produção, ou seja, a expansão da pequena propriedade, cujo modelo não dispunha mais de lugar no território gaúcho, devido ao “esgotamento de uma trajetória regional particular, e a rearticulação do espaço econômico nacional, concomitante à passagem ao regime de acumulação da ‘industrialização pesada’” onde o capital passou a ser acumulado a nível nacional. (HERRLEIN JR, 2002, p. 656). Para Herrlein Jr (2002) a sociedade gaúcha detinha um equilíbrio social relativo, e se não fosse pela migração interna, a própria estrutura da sociedade gaúcha teria sido abalada pela pobreza, tanto rural como urbana.

O período de 1968-1973, também conhecido como o “milagre econômico”, caracteriza-se pela busca de mão-de-obra para a indústria. Com relação à indústria gaúcha, Costa e Passo (1987) consideram que sua expansão acontece dentre os anos de 1968-1973. De acordo com Nardi (2002), do ponto de vista econômico é nesse momento que a indústria supera a agricultura no Rio Grande do Sul. A partir de 1968, com o crescimento da economia brasileira a economia gaúcha também cresce. Segundo Herrlein Jr (2002, p. 660), a economia gaúcha desempenhava um papel de “poupadora ou fornecedora de divisas para a expansão da economia nacional”. Ainda segundo o autor,

(...) um traço marcante da evolução da economia regional [...] foi sua abertura crescente para os mercados fora de suas fronteiras, sejam nacionais, sejam estrangeiros. Essa característica é uma expressão da efetiva integração do mercado interno brasileiro, lograda a partir dos anos 50, que modificou profundamente a articulação da economia regional no espaço econômico nacional, ampliando os vínculos de interdependência (HERRLEIN JR, 2002, p 660-1).

Além do papel de poupadora ou fornecedora de divisas, houve também uma ampliação no uso do solo por meio do arrendamento de terras do latifúndio. Um indicador desse processo foi o surgimento das lavouras capitalistas de soja e de trigo. Com essas novas modalidades de uso da terra, aproveitava-se a força de

trabalho excedente da lavoura colonial, através do assalariamento temporário (HERRLEIN JR, 2002, p. 660). De acordo com Herrlein Jr (2002) com essas mudanças, surgiram os assalariados rurais e os produtores agrícolas cooperativados.

Nesse sentido, durante o período de 1960-1980 a economia do Rio Grande do Sul obteve altos ganhos de produtividade, de 5,6% ao ano. Com a sua inserção nos mercados nacionais e internacionais, a economia gaúcha conseguiu reunir condições para competir em mercados maiores e mais densos (HERRLEIN JR, 2002). A exclusão do Rio Grande do Sul do Plano de Metas²⁴, durante os anos 1950, resultou numa reação política, durante os anos 1960, por parte do governo de Leonel Brizola (1959-1963). Assim fora realizada uma reunião entre os assessores do governador e do presidente no ano de 1961, que logrou conquistas para o Estado apresentando importantes desdobramentos na década seguinte. Com o apoio do governo federal, na época Jânio Quadros (governou de janeiro de 1961 até agosto do mesmo ano) implantaram-se no Estado alguns empreendimentos importantes, tais como:

Aços Finos Piratini, a refinaria Alberto Pasqualini, fábricas de tratores e máquinas agrícolas. Foi criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com um importante papel para a expansão dos investimentos produtivos no estado. Paralelamente, a reorganização dos setores elétrico e de telefonia sob comando do Estado Regional (CEEE, CRT) parece ter sido suficiente para garantir as condições de expansão da (nova) economia gaúcha (HERRLEIN JR, 2002, p 660).

Na comparação internacional, utilizando o recorte temporal dentre os anos de 1970 e 1981, pode-se dizer que enquanto o país crescia numa média de 7,8%, o fordismo e os chamados "trinta anos gloriosos" dos países centrais do capitalismo estavam chegando ao fim (LIPIETZ, 1989). Assim, observa-se que enquanto a indústria desses países recuava, no Brasil acontecia justamente o oposto, pois o PIB do país em 1981 chega a 27%, ou seja, a indústria no Brasil cresceu muito em 1981.

Contudo, no Brasil, após esse período, segue-se um baixo crescimento. Segundo analistas econômicos instala-se, nos anos 1980, a fase intitulada como "década perdida" no que tange ao crescimento (SANTAGADA, 1990, p. 121). Em termos políticos, de acordo com Coriat e Saboia (1988), o choque do petróleo e o

²⁴ Sob o governo de Juscelino Kubitschek dentre os anos de 1955-59, o Brasil adentrou a um período denominado de Estado desenvolvimentista, no qual houve investimento em infraestrutura, em modernização, e também um período marcado pela industrialização e desenvolvimento de novos setores industriais, concentrados na região Sudeste do país.

déficit externo impuseram para o regime militar, então vigente, duas alternativas de política econômica: a recessão ou o endividamento. Como a escolha pela recessão afetaria diretamente um dos pilares de sustentação do regime, a saber, o crescimento econômico (acarretando, portanto, prejuízos políticos sérios) optou-se pela segunda opção, ou seja, o endividamento. De um lado,

A estratégia do crescimento com endividamento trouxe resultados favoráveis: modernização do parque industrial, com introdução de novos métodos de administração e novas tecnologias; estímulo à modernização do setor agrícola - equipamentos mecânicos —, produzindo matérias-primas e alimentos para a indústria nacional e para exportação; consolidação do mercado de trabalho urbano — os setores que mais absorveram mão-de-obra foram à indústria, o comércio e os serviços (SANTAGADA, 1990, p.123).

De outro lado, esse período trouxe concomitantemente, um aumento da concentração da renda e da pobreza. Isto é, o crescimento econômico gerado nos anos 1970 não significou a distribuição da riqueza, mas sim o aumento da concentração de renda nas classes mais abastadas, constituindo um desenvolvimento excludente (NARDI, 2002, p. 166). O crédito para consumo foi, aliás, direcionado para as classes médias da população e para alguns setores do operariado, como o dos trabalhadores do complexo automotivo do ABC paulista (NARDI, 2002). Corroborando com tal argumento, para Fausto

[...] a política econômica de Delfim – [ministro da Fazenda de 1968 a 1973]-, tinha o propósito de fazer crescer o bolo para só depois pensar em distribuí-lo. Alegava-se que antes do crescimento pouco ou nada havia para distribuir. Privilegiou-se assim a acumulação de capitais [...] e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média. Os trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizaram-se ao máximo [...] (FAUSTO, B. 1995, p. 487).

Com base no pensamento econômico o qual sustentava que para crescer o país precisaria aumentar sua poupança interna, justificava-se que não deveriam ser adotadas políticas de distribuição de renda, defendendo-se a ideia que as classes média e alta poupavam mais do que as classes de baixa renda. Baseado no princípio de que os pobres consumiriam mais, a poupança interna seria prejudicada se os últimos fossem inclusos na “repartição do bolo”. Oliveira (1985) (*apud*

SANTAGADA, 1990, p. 121) avalia que no Brasil houve “crescimento econômico sem uma contrapartida no nível de participação e dos benefícios sociais”.

Durante os anos do “milagre econômico”, houve uma diminuição nos salários dos trabalhadores, isto se refletiu no fato de que “a massa salarial, que participava com 40% do PIB em 1970, caiu para 37% no final da mesma década, enquanto a produção industrial cresceu a uma taxa média anual de 9,0% no mesmo período” (SANTAGADA, 1990, p. 123). A economia do Rio Grande do Sul perdeu seu dinamismo, retomando-o “graças a impulsos externos, oriundos do polo dinâmico do Sudeste” (HERRLEIN JR, 2002, p. 659).

Segundo Nardi (2002, p. 167) no Rio Grande do Sul os trabalhadores inclusos no mercado de trabalho formal da indústria gaúcha, durante o período supracitado, lograram a oportunidade de uma mobilidade ascendente, assim como possibilidades de qualificação. Essa particularidade pode estar relacionada com a importância do setor industrial sul-rio-grandense para o país, assim como com a questão de que tais trabalhadores eram, em sua maioria, oriundos do campo, já que o Rio Grande do Sul havia mudado seu padrão produtivo (passou de rural-agrícola para urbano-industrial, consolidando-se nos anos 1970), e havia, portanto, uma necessidade de qualificação.

O período do “milagre econômico” já possuía aspectos problemáticos, como a concentração de renda nas mãos das classes abastadas, e o consequente aumento da pobreza, que por si só poderiam acabar com tal sucesso e predomínio da política econômica. Somado a essas questões, em 1973 ocorreu à elevação do preço do barril do petróleo, considerando que o país importava 80% do petróleo consumido, o “choque do petróleo” acarretou num déficit de 4,7 bilhões de dólares para a balança comercial no ano de 1974 (CORIAT; SABOIA, 1988, p. 10). Para os autores citados, esse déficit correspondia a 60% das exportações. Depois de seis anos do *boom*, o “milagre econômico” chegou ao fim. Destarte:

[...] a indústria brasileira progrediu a uma taxa média anual de 7,5% durante o período 1973-80: 9,3% no caso dos bens de consumo duráveis, 8,3% no de bens intermediários, 7,4% no de bens de capital e 4,4% no de bens de consumo não duráveis. A inflação, que havia ficado em torno de 20% a.a. durante o período do “milagre” registrou uma forte aceleração, cerca de 40% entre 1973 e 1978, passando para 77,2% em 1979 e atingindo 110,2% em 1980 (CORIAT; SABOIA; 1988, p. 11).

Nos anos de 1974-80 o Brasil passa pela “marcha forçada” conforme Castro e Souza (1985 *apud* CORIAT e SABOIA, 1988, p. 10). Essa política centrava-se em investimentos, principalmente em energia, metais não ferrosos, celulose e química. Segundo os autores, num primeiro momento esses investimentos aumentaram o endividamento externo, mas num segundo momento, criaram as condições para o reequilíbrio das contas externas. O reequilíbrio ocorreu somente na metade dos anos 80, após o período de maturação dos investimentos. Todavia, de acordo com Coriat e Saboia (1988) a política da “marcha forçada” atingiu seus limites nos anos 1980. Então, o presidente Figueiredo, sujeito as pressões do FMI (Fundo Monetário Internacional) e dos banqueiros internacionais optou pela política de recessão (CORIAT; SABOIA, 1988, p. 11).

De acordo com Nardi (2002, p. 168) durante o período de recessão (1979-1983) as taxas de desemprego foram baixíssimas. As taxas de desemprego foram em 1979 de 2,8%, em 1981 de 4,3% e no ano de 1983 de 4,9%. O autor citado baseia-se no estudo de Ely (1976), correlacionando esse fato com o fenômeno da rotatividade na indústria Metal Mecânica em Porto Alegre, que possui entre os anos de 1969 e 1975 uma média anual de 82%, sendo que 90% dos desligamentos deviam-se à iniciativa dos patrões. Nardi (2002, p. 168) considera que o problema da instabilidade no emprego estava relacionado apenas a 29% dos trabalhadores e conclui que a rotatividade em si não era um problema, tendo em vista que conseguir outro emprego era possível. Por sua vez, o autor indica que o problema principal consistia na impossibilidade de ascender nas empresas.

Conforme Ramos 1997 (*apud* Nardi, 2002, p. 157), a partir dos anos 80 o aumento da multa sobre o fundo de garantia e a criação do seguro desemprego implicaram a diminuição na taxa de rotatividade. No período 1985-1996 observa-se a diminuição da taxa de rotatividade na indústria no Rio Grande do Sul. Para Nardi (2002, p. 157), a rotatividade é substituída no final dos anos 90, pela terceirização, assim como pelos contratos temporários.

Do ponto de vista do emprego setorial, numa comparação entre o setor de serviços e industrial, nos 1970 a economia gaúcha sofreu uma queda no setor agrícola, ao passo que houve maior capitalização das empresas tanto industriais quanto do setor de serviços. Deste modo, no período de 1960-1980 foram criados 1.394.726 empregos no Estado, “mesmo levando em conta os 114.119 a menos na agricultura” geraram-se cerca de 70 mil empregos novos anuais (ACCURSO, 1993,

p. 69). Entre esses empregos 43% foram gerados pela indústria, e 57% pelo setor terciário. Já no Brasil o número de empregos criados no mesmo período, corresponde a 19 milhões, sendo que 41% estavam na indústria e 59% nos serviços (ACCURSO, 1993, p. 69). O autor citado observa que, no Rio Grande do Sul, o setor terciário absorvia menos mão-de-obra que o setor secundário, e que no Brasil ocorreu justamente o contrário, ou seja, o setor secundário absorveu muito mais mão-de-obra que o setor terciário. De acordo com Accurso (1993, p. 80) nos anos 1980, a abertura econômica do Rio Grande do Sul para países do exterior, época em que a economia brasileira perdeu dinamismo, fora a maneira de superar os efeitos da conjuntura do Brasil, e só não foi mais proveitosa devido às quedas agrícolas de 1982-1984 do Estado.

2.2 Cenário dos anos 1990 até meados da década de 2000

O período abordado nesta seção vai desde os anos de 1990 até o início da década de 2000. Nos anos 1990 houve uma série de mudanças no âmbito do marco regulatório interno, nos fluxos internacionais de capitais e nas políticas macroeconômicas, porém o crescimento econômico não fora elaborado considerando condições para manter-se sustentável (HERRLEIN JR, 2005, p. 139). Nesse sentido, tais anos caracterizam-se pela abertura comercial, pelas privatizações, e pela redefinição do papel do Estado. De acordo com Bastos (2010, p. 46), houve mudanças na economia brasileira e, particularmente, no mercado de trabalho, consolidando-se uma ruptura com o modelo de substituição das importações.

Até a implantação total do Plano Collor²⁵ houve momentos de depressão da economia nacional. Os efeitos, no Rio Grande do Sul, também foram negativos, sendo marcados pela queda do produto agropecuário e pelo declínio das exportações (HERRLEIN JR, 2005, p. 141). Todavia, a economia gaúcha veio se recuperando a partir de 1992, de forma intensa e rápida quando comparada ao crescimento do país. Prova disso é o fato de que o crescimento da economia no Estado, desde 1992 até 1994, foi de 26,2%, enquanto que no Brasil foi de 10,5%

²⁵ Fernando Collor de Mello foi o primeiro Presidente a ser eleito pelo voto direto desde 1960. Em 1990 lançou um plano econômico revolucionário, como estratégia de combate à inflação: criando uma nova moeda e congelando depósitos bancários por dezoito meses (FAUSTO, 1995, p. 576).

(HERRLEIN JR, 2005, p. 141). A recuperação da economia do Estado deveu-se ao crescimento da agropecuária, da indústria e das exportações. Em 1994²⁶ desenvolveu-se uma política de estabilização monetária, que segundo Bastos (2010, p. 46) por um lado retirou o país do regime da alta inflação e, por outro lado, combinou-se com uma macroeconomia que tinha como pilar a apreciação cambial e taxas de juros elevadas (BASTOS, 2010, p. 46).

Por sua vez, o mercado de trabalho durante os anos de 1990 e 2000 teve um crescimento da ocupação que foi inferior ao crescimento da PIA (População em Idade Ativa), por conseguinte, houve uma dificuldade maior em absorver a mão-de-obra. Os indicadores a seguir, delineiam o cenário tanto gaúcho quanto o brasileiro. Assim, durante o período citado acima o PIB gaúcho cresceu 3,53% ao ano, ao passo que a PIA cresceu 1,64% e a População Ocupada 1,43% ao ano. Já no Brasil registraram-se os seguintes crescimentos: 2,83% do PIB, 2,17% da PIA e 1,92 de população ocupada ao ano. Considerando o desempenho desses indicadores, constata-se que houve certa dificuldade da economia em absorver a força de trabalho no mercado de trabalho. Contudo, durante o período de 1990-2002 o Rio Grande do Sul apresentou a evolução do PIB maior do que a PIA, por conseguinte o mercado de trabalho do Estado obteve condições mais favoráveis que o Brasil (HERRLEIN JR, 2005, p. 139-140).

De modo geral, o mercado de trabalho passou por um período de desemprego acentuado, que se refletiu no aumento do número da ocupação por conta própria, e do emprego assalariado sem carteira. Cumpre ressaltar que a reestruturação do parque industrial do país, na qual as empresas implantaram novas tecnologias bem como novas formas de gestão e organização teve por consequência a diminuição dos empregados e terceirização das atividades meio (BASTOS, 2010, p. 46). Houve também uma c (HERRLEIN Jr, 2002).

De acordo com Herrlein Jr (2005), durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) observaram-se dois tipos de padrões, no que tange ao comportamento do PIB do Estado: durante o governo de Antônio Britto (1995-1999) o PIB permaneceu estagnado, recuperando-se no governo de Olívio Dutra (1999-2003). Para o autor, a indústria desempenhou papel importante

²⁶ Quando ocupou o cargo de Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso desenvolveu o Plano Real. Algo que fora decisivo para sua vitória no primeiro turno, quando concorreu a Presidência da República em 1994.

influenciando essa diferença de desempenho dos dois períodos. Cumpre salientar que durante os anos de 1990 e 2002 houve uma assincronia nos movimentos das economias do Estado e do país, ao passo que durante os anos 80, o movimento das economias do Rio Grande do Sul e brasileira foram paralelos (HERRLEIN JR, 2005, p. 142). Segundo o autor, o novo 'padrão de crescimento' aponta para uma

[...] menor solidariedade de desempenho entre a economia estadual e a nacional, expressa as novas condições macroeconômicas dos anos 90 e deveu-se à maior instabilidade da economia gaúcha (HERRLEIN JR, 2005, p. 142).

Ainda segundo o autor supracitado, houve uma crise no Estado durante os anos de 1995-1999. A abertura comercial favoreceu as importações e, por conseguinte gerou uma crise nas exportações, já que as últimas desempenham papel importante na economia do Rio Grande do Sul. Somente no começo da década de 2000, o Estado retomou o crescimento, tornando-se o “segundo maior exportador, e responsável pelo segundo maior saldo de comércio exterior entre os Estados brasileiros” (HERRLEIN JR, 2005, p. 143). Pode-se atribuir a retomada de crescimento, também, à questão da estabilização monetária, ocorrida no ano de 1994, com a implementação do Plano Real²⁷, o qual eliminou a hiperinflação que se desenrolava desde o final dos anos 80. A partir de 1995 começou a se desenvolver no país um regime de baixa inflação (BASTOS, 2010, p. 63).

O setor de serviços, por sua vez, cresceu no Estado, mas possui menor peso relativo na economia gaúcha em comparação nacional. Enquanto que se observa o que Herrlein Jr (2005, p. 148) chamou de “solidariedade de desempenho” entre o produto agropecuário e o industrial, o setor de serviços desempenha um “papel subordinado e compensatório, no sentido de moderar as oscilações nas taxas de crescimento do PIB total” (HERRLEIN JR, 2005, p. 148).

Durante o período de 1990-2002, a indústria fora o setor que mais cresceu na economia do Estado, ao passo que na economia brasileira o destaque fora o setor da agropecuária. O setor da indústria gaúcha vem se sobrepondo e apresentando crescimento maior do que a indústria nacional, o mesmo não acontece com a agropecuária, pois o Estado vem apresentando, desde 1996, sistematicamente crescimento inferior ao nacional (HERRLEIN JR, 2005, p. 148-50).

²⁷ De acordo com Pereira (1994), fora o Plano de estabilização monetária, que substituiu o Cruzeiro real. Fonte: <http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf> Acesso em 18 de jan. 2014

Além disso, tanto na década de 90 quanto na década de 2000 o crescimento demográfico do Estado vem se caracterizando como inferior em relação ao país. Segundo Herrlein Jr. (2002, p. 154) entre os anos 1992-2002, a taxa média anual de expansão demográfica fora de 1,2% para o Rio Grande do Sul, e de 1,6% para o Brasil. Observa-se aumento do PIB per capita do Estado, sendo o último superior ao país nesse aspecto. Esse dado evidencia que há maior produtividade dos ocupados, mas também uma maior proporção da PIA em relação à população total e a maior participação da PIA na ocupação (HERRLEIN JR, 2005, p. 155). Desse modo, no Estado existem “12,5 pessoas não ocupadas (entre inativos e desempregados) para cada 10 pessoas ocupadas, enquanto no Brasil essa proporção é 27% mais elevada” (HERRLEIN JR, 2005, p. 155-6).

Ademais, no que tange os dois aspectos citados: maior proporção da PIA em relação à população total, e maior participação da PIA na ocupação, cumpre salientar que o primeiro “reflete a diferente estrutura etária da população estadual” (HERRLEIN JR, 2005, p. 156) que põe a descoberto o fato de que o Estado possui menor taxa de natalidade e mortalidade. Tal feito, segundo Herrlein Jr (2005, p. 156) coloca o Estado mais próximo da trajetória dos países capitalistas de formação mais antiga.

No que tange ao segundo ponto, maior participação da PIA na ocupação, Herrlein Jr (2005, p. 156) argumenta que esse fator vislumbra o fato da “maior disposição e/ou aptidão da população estadual para encontrar ocupações”. Para o autor há uma demanda por trabalho, mas a população do Rio Grande do Sul também busca oportunidades, tanto no Estado como fora dele, por meio do movimento da migração. O autor atribui esse fator, a condições históricas e argumenta que,

A iniciativa em buscar novas oportunidades, descobrir novos produtos e mercados e mesmo novos territórios, através da migração, é um traço característico de uma **cultura empreendedora**, resultante da formação histórica do Estado, na qual a pequena propriedade rural, mas também no meio urbano-industrial, exerceu um papel decisivo na emergência de uma sociedade regional de padrão capitalista moderno (HERRLEIN JR, 2005, p. 156, grifos nossos).

Todavia, o autor não oferece uma definição de cultura empreendedora. Ao observar a história do Rio Grande do Sul encontram-se exemplos de condições objetivas, tais como a migração, que impingiram os trabalhadores, bem como

empreendimentos econômicos tanto no meio rural quanto no meio urbano, do que propriamente traços de uma suposta cultura empreendedora.

No trecho abaixo, é possível notar que há uma adaptação constante aos mercados internacionais e nacionais, principalmente a partir dos anos 90, do que traços de uma cultura empreendedora.

[...] nesse novo padrão, o comportamento do PIB estadual não acompanha os movimentos [...] do PIB nacional, ao contrário dos anos 80, e parece estar predominantemente condicionado pela inserção internacional e pelas peculiaridades da produção de seus setores industrial e agropecuário [...] (HERRLEIN JR, 2005, p. 159).

Ademais, cumpre ressaltar que nos anos 90, houve aumento do desemprego bem como, do sentimento de insegurança, devido às políticas liberais implantadas no Brasil, que flexibilizaram e individualizaram as relações de trabalho (NARDI, 2002, p. 180). Desproteção social e trabalhista também são o tom dessa década:

[...] a insegurança é ampliada pelo enfraquecimento dos suportes sociais dependentes do Estado e pela constante ameaça de perda das garantias trabalhistas, ou seja, a já frágil parcela de propriedade social conquistada pelos brasileiros encontrava-se ameaçada de extinção (NARDI, 2002, p. 180).

Dentre os anos de 1992-1999 a taxa de ocupação no Estado obteve valores baixos, sendo diretamente influenciada pelos processos de reestruturação produtiva e de abertura comercial com apreciação cambial. Entretanto, o cenário entre 2001 e 2007, foi outro, pois a partir da desvalorização cambial de 1999 e contando com um contexto nacional e internacional favoráveis, houve “a retomada da geração de ocupação pela economia do Estado” com uma taxa média anual de crescimento de 1,7%. (BASTOS, 2010, p. 58).

De acordo com Bastos (2010, p. 58) com relação ao comportamento da ocupação no Estado, o período de 2001-2007, apresentou como principal mudança à retomada na geração de emprego com carteira assinada “que cresceu a uma taxa média anual de 3,5%, representando cerca de 65,0% da criação total de ocupação”.

No que concerne aos setores da economia, no período 2001-2007 houve uma retração do setor primário, ao passo que o setor secundário veio a ocupar a segunda posição na estrutura da ocupação do Estado, avançando juntamente com o setor terciário. O setor primário declinou, mas mesmo assim fora responsável por um quarto da ocupação total no Rio Grande do Sul (BASTOS, 2010, p. 67).

Na década de 2000, especialmente a partir do ano de 2004 houve mudanças que indicam uma retomada do movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, de acordo com Bastos (2010, p. 47), o Brasil apresentou “crescimento nas taxas do produto, recuperação da formação bruta de capital e do consumo das famílias”. Ademais, houve aumento da geração de oportunidades de trabalho, principalmente no emprego com carteira assinada, redução do desemprego bem como da precarização no mercado de trabalho. Somado a tais processos, houve também crescimento de políticas sociais e recuperação do salário mínimo real. Dito isto, constata-se um cenário de queda da desigualdade de rendimentos no Brasil (BASTOS, 2010, p. 47).

Neste capítulo tratou-se das mudanças ocorridas, no final dos anos 1960 até meados da década de 2000. No final dos anos 1960, houve a rearticulação da economia gaúcha e sua fusão com o padrão de acumulação de capital a nível nacional, e a consequente passagem para o modelo de industrialização pesada que suscitou impactos no Estado. No período de 1969-1973, do chamado “milagre econômico”, houve um procura intensa por força de trabalho para o setor industrial, enquanto que a agricultura fora superada pela indústria. Durante a década de 1980, a nível nacional, ocorreu um crescimento da industrialização, mas com a crise do sistema capitalista, sinalizada pelo choque do petróleo em 1973 e o déficit externo em 1974, passa-se para um período que se convencionou em chamar a “década perdida” (1974-1983). Observamos que no primeiro momento houve o aumento do endividamento externo, e no segundo criaram-se condições para o reequilíbrio das contas externas, contudo o equilíbrio atingiu seus limites e o país adentrou em um período de recessão. No período sob análise ocorreu o favorecimento das classes alta e média, com a priorização do crescimento econômico em detrimento dos benefícios sociais e a diminuição dos salários dos trabalhadores. A economia do Rio Grande do Sul perdeu seu dinamismo, o qual fora retomado somente depois dos impulsos oriundos do Sudeste do Brasil. Entretanto, nesse período os trabalhadores do setor formal da indústria, contavam com a possibilidade de mobilidade ascendente e de qualificarem-se.

Os anos 1990 caracterizam-se por mudanças liberalizantes significativas, tais como a abertura comercial, as privatizações, e a redefinição do papel do Estado. A partir de 1992 o Estado retomou o crescimento da economia e superou o crescimento do econômico do país. No que tange ao mercado de trabalho, após um

período de desemprego acentuado, registrou-se um aumento significativo do trabalho por conta própria e sem carteira assinada. A partir de 1994 houve uma retomada da economia do Estado, com aumento do crescimento da agropecuária, indústria e exportações. Entre 1990 e 2000 constatou-se maior dificuldade em absorção de força de trabalho por parte do país, mesmo com a reestruturação do parque industrial do Brasil, e a desnacionalização do setor de agronegócios, o Rio Grande do Sul obteve condições mais favoráveis.

Com a abertura comercial o Estado enfrentou a crise das exportações, recuperando-se somente nos anos 2000. Observa-se uma inversão na preponderância dos setores agropecuário e industrial, isto é, o setor agropecuário adquire destaque no país, ao passo que o setor da indústria estadual se sobrepõe ao nacional, apresentando crescimento maior.

No que concerne à tese da existência de uma cultura empreendedora no Estado, com base nos dados apresentados, argumenta-se que, em fenômenos como a migração, se trata de uma adaptação às circunstâncias econômicas e sociais objetivas, tais como, a implementação das políticas liberais, que gerou desemprego e o sentimento de insegurança nos anos 1990, do que propriamente a presença de uma cultura empreendedora.

Entre os anos de 2001 a 2007 apresentou-se outro cenário, com a retomada da geração de ocupação pela economia do Estado, e aumento do emprego com carteira assinada. Durante esse período, observou-se no Estado a retração do setor primário, com seu conseqüente declínio, mas os setores secundários e terciários ocuparam a segunda posição na estrutura ocupacional. Na década de 2000, principalmente após 2004, observou-se aumento do emprego com carteira assinada, crescimento das políticas sociais e recuperação do salário mínimo real. Esses processos evidenciam-se queda da desigualdade de rendimentos no Brasil.

3. JORNALISMO ECONÔMICO: CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir do século XVII, devido à expansão das atividades econômicas na Europa e no mundo, houve a necessidade de obter informações comerciais e notícias a respeito da economia. Essas estavam restritas a círculos de determinadas famílias do setor privado, que utilizavam o privilégio de acesso às notícias relativas ao comércio e à economia em geral, para realizar os melhores negócios (DONADONE, 2001, p. 65).

Já na metade do século XVII, pode-se dizer que o “mercado de notícias econômicas” crescera, despontando os primeiros jornais comerciais e financeiros. A cidade de Londres fora o centro comercial unificador das informações sobre o mercado capitalista, pois com as “*coffes houses*” frequentadas pelos jornalistas e informantes dos comerciantes, concentrava as principais informações relevantes para a conjuntura econômica. As fontes dos comerciantes eram conhecidas como “os homens do café”, tanto que em 1696 Edward Lloyd – proprietário de uma casa de café – publicou “O Lloyd News”. Apesar de que no ano seguinte a edição termina, as casas de café continuaram sendo a referência em termos de informações comerciais e financeiras (DONADONE, 2001, p. 66).

No início do século XVIII os “homens do café” ainda eram a fonte de informações para os jornalistas. No ano de 1734 começa a ser publicado diariamente, por pessoas ligadas ao ramo de negócios, o ‘*Lloyd’s list*’. A reputação desse jornal despertou o interesse dos governos da Inglaterra, França, dentre outros países. Dessa forma, o ‘*Lloyd’s list*’ influenciou o “jornalismo de negócios” do século XVIII (DONADONE, 2001, p. 66).

No final do século XVIII e início do século XIX surge outra forma do “jornalismo de negócios”. A partir de então as informações não se restringiram apenas às questões econômicas, passando a incluir notícias políticas bem como sobre a opinião dos leitores (DONADONE, 2001, p. 67). Devido ao fato de que a distribuição de livros era feita pelos proprietários dos jornais, ideias e postulados gerais sobre a economia começaram a ser difundidos, como por exemplo, o pensamento de Adam Smith e o postulado sobre o livre comércio (DONADONE, 2001, p. 67). Outros jornais, como o *The Times* criaram uma coluna especialmente para tratar de assuntos políticos e dos impactos na economia e no comércio. A revista *The Economist* também fora importante, pois sofisticou o jornal, por meio da

organização das notícias, incluiu a opinião de uma analista que avaliava o impacto das notícias nos “negócios”, com base em argumentos políticos, aprimorou o uso de ferramentas estatísticas e inclui figuras e gráficos com as escalas de preços. Assim, com tais modificações, o público do “jornalismo de negócios” se expandiu devido ao fato de se diferenciar das antigas publicações carregadas de lições teóricas e listas de preços (DONADONE, 2001, p. 67).

Após a primeira guerra (1914-1918) e a grande depressão outras mudanças ocorreram no jornalismo de negócios. Se até então a política influenciava os negócios, e era entendida como parte dos últimos, cabendo aos jornalistas o papel de traduzir aos investidores as questões políticas, bem como a apresentação de teorias gerais sobre o assunto, com a guerra e a grande depressão política e economia se fundiu (DONADONE, 2001, p. 68).

A partir desse momento a imprensa de negócios adquire outra configuração, e passa a ser a responsável por difundir as ideias econômicas. De acordo com Donadone (2001, p. 68), Keynes é um dos exemplos desse novo momento, pois “publicou em torno de 300 artigos em jornais e revistas”. Seus artigos eram fragmentos de uma obra maior, o livro Teoria Geral. Este “indica uma nova ligação entre o jornalismo de negócios, e a legitimidade das ideias econômicas na opinião pública” (DONADONE, 2001, p. 68). Keynes se tornou uma referência, se tornou notícia, durante os intervalos entre as duas guerras.

No final da segunda guerra mundial, período no qual o jornalismo era responsável por informar a respeito do mercado e da política, assim como indicar formas de gerenciamento econômico do país, através da influência na opinião pública. A associação produzida entre o desenvolvimento das ideias de Keynes, jornalismo, e rumos do país impactou as décadas seguintes, gerando o aparecimento de ‘personalidades das notícias econômicas’ que influenciaram as publicações e o jornalismo, legitimando as ideias dos setores econômicos (DONADONE, 2001, p. 69).

Nos anos 1980, surgiram inúmeras personalidades da imprensa de negócios que representaram um rearranjo do jornalismo, e uma nova associação pautada a partir de então, pela divulgação das ideias das organizações. A imprensa de negócios americana, devido ao desequilíbrio do mercado financeiro e diante de um cenário de incertezas, mudou novamente seu perfil. As grandes teorias foram deixadas de lado e o foco passou a ser a “a saúde econômica de seus leitores e das

empresas” (DONADONE, 2001, p. 69). Assim, o foco tornou-se as experiências de sucesso das empresas que passaram a serem referências para os leitores, balizando suas decisões.

Durante a década de 80, nos Estados Unidos, o mercado de notícias econômicas cresceu muito e surgiram indivíduos que objetivavam orientar os gerentes/leitores, a respeito das mudanças no setor econômico e o impacto dessas mudanças nas empresas. Tais indivíduos foram denominados ‘gurus’ (DONADONE, 2001, p. 70). Com a criação do espaço para os ‘gurus’ o ideário proposto pelos consultores começou a ser difundido (DONADONE, 2001, p. 70).

3.1 A mídia de negócios no Brasil

A mídia de negócios americana tem sido a principal responsável pela divulgação das notícias e novidades organizacionais, assim como influenciou a pauta da imprensa de negócios de outros países, dentre eles o Brasil (DONADONE, 2001, p. 65). Em 1950, durante o período desenvolvimentista, surgem os primeiros jornais de tipo econômico no Brasil.

Os jornais de comércio, pertencentes às associações desse ramo não seguiam uma pauta específica, mas sim cobriam assuntos diversos, destinando apenas um pequeno espaço para comentários sobre os setores do comércio e industrial (DONADONE, 2001, p. 82). Nos demais jornais da época, preponderavam assuntos relacionados ao interesse do setor cafeeiro. O noticiário político era destaque, e os assuntos ligados ao comércio e à indústria eram entendidos como promocionais e, por conseguinte, eram matérias pagas.

Na segunda metade da década de 50, com o crescimento da indústria e com a nova dinâmica gerada no país, a imprensa de negócios se modificou começando a aparecer nos jornais, seções de economia. Nessa época surgiram também os primeiros jornalistas analistas (DONADONE, 2001, p. 82). Contudo, a cobertura era algo confuso, visto que os espaços dedicados à economia eram preenchidos, na falta de matérias para ocupá-los, por assuntos gerais. Somente no começo da década de 1960 é que as notícias econômicas passam por um processo de cobertura mais sistemática, porém os fatos econômicos só eram destacados quando relacionados com o campo político (DONADONE, 2001, p. 82).

3.2 O jornalismo econômico brasileiro após 1964

Após o golpe militar de 1964, o jornalismo econômico passou por um período de censura, onde prevalecia apenas a versão dos fatos do regime autoritário. O debate sobre a política econômica fora proibido, e muitas das redações eram espionadas por meio de censores ligados ao governo (DONADONE, 2001, p. 83).

No final dos anos 70, houve uma mudança desse cenário, pois a partir de então o governo passara a utilizar a mídia como um todo, como arma ideológica para respaldar seu regime e difundir seus valores. O Estado naquele momento incentivava a contratação de jornalistas, mudando o jornalismo econômico novamente. O Estado adquiriu espaço no jornalismo econômico divulgando suas realizações. O “milagre brasileiro” fora instrumentalizado ideologicamente, por meio de mensagens de apelo emocional, que legitimavam o regime, tais como “Brasil que vai para frente”, “Brasil, potência do futuro” (DONADONE, 2001, p. 83).

Com o “milagre econômico” os jornais voltaram a cobrir e ampliar notícias econômicas “passando a divulgar o crescimento dos mercados, as decisões do Conselho Monetário Nacional e o desempenho das exportações brasileiras” (DONADONE, 2001, p. 83). No início dos anos 70, o jornalismo econômico começou a se consolidar. Nessa época começou a circular o encarte Diretor Econômico, do jornal “Correio da Manhã”. Esse encarte objetivava orientar, por meio de reportagens sobre empresas e acompanhamento dos acontecimentos econômicos, os pequenos e grandes investidores sobre a bolsa de valores. (DONADONE, 2001, p. 84). Todavia, no ano de 1971, a bolsa sofre um *boom* que causou grandes perdas, principalmente nos pequenos investidores. Por conseguinte a credibilidade nas notícias do encarte fora abalada e o jornal e a publicação saíram do mercado (DONADONE, 2001, p. 84).

A experiência com o encarte revelou um campo editorial a ser preenchido. Assim, os grandes jornais passaram a dedicar mais espaço para os assuntos econômicos. Entretanto, a diferença do realizado no encarte, os jornais enfocaram operações financeiras internas e externas, assim como debates de cunho acadêmico a respeito das concepções e abordagens da economia do país (DONADONE, 2001, p. 84). Na segunda metade dos anos 1970, o jornalismo econômico no Brasil consolida-se, registrando-se, aliás, a criação de duas

publicações (que vieram a se tornar as principais referências de imprensa de negócios brasileira): o jornal *A Gazeta Mercantil* e a *Revista Exame* (DONADONE, 2001, p. 84).

A *Revista Mercantil* visava retirar do noticiário político as informações econômicas e repassar para os empresários. Suas referências consistiam no *Wall Street Journal* e no *Financial Times*. Criou sucursais em vários Estados do país (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, dentre outros) se constituindo como o primeiro jornal de cobertura e circulação nacional (DONADONE, 2001, p. 85).

A *Revista Exame*, por sua vez, se constituiu como tal em 1971 a partir do encarte 'Negócios em Exame', publicado desde 1967 dentro das revistas técnicas da Editora Abril. A revista *Exame* tinha como referencial a revista americana *Fortune*, a qual "divulgava fatos relacionados às empresas, através da opinião de empresários e exemplos de gestão empresarial" (DONADONE, 2001, p. 85). No ano de 1974 passou por mudanças, deixando de ser gratuita e mensal para ser paga e quinzenal. A revista tinha como foco divulgar as estratégias empresariais dos diversos setores, frente às mudanças de cenário econômico e traduzir artigos da *Harvard Business Review* (DONADONE, 2001, p. 85).

O ano de 1974 também fora um ano de mudanças no âmbito econômico do país com o aumento das taxas de inflação, e o choque do petróleo, gerando-se um momento de incerteza nos rumos da economia. Empresários e gerentes passaram a buscar mais informações a respeito do modo como os acontecimentos econômicos afetariam as empresas, assim como suas aplicações financeiras (DONADONE, 2001, p. 86). Essas transformações também refletiram no público alvo das revistas. Por exemplo, a *Revista Exame* obteve êxito ao fornecer referências para empresários e gerentes pensarem as mudanças econômicas e balizar suas decisões (DONADONE, 2001, p. 82).

3.3 Jornalismo econômico no Brasil, década de 1980 e 1990

Nos anos 80 devido à recessão econômica, e o crescimento das taxas de inflação, o jornalismo econômico ganhou mais espaço (DONADONE, 2001, p. 86). As notícias passaram a ter como enfoque, aspectos econômicos do cotidiano (DONADONE, 2001, p. 87). Os grandes jornais passaram a ter páginas dedicadas a

assuntos econômicos. Isso se tornou mais tarde propriamente os chamados “cadernos de economia”, caracterizando-se por uma linguagem mais próxima aos leitores, visando auxiliá-los em investimentos e empreendimentos (DONADONE, 2001, p. 87).

Surgiram também revistas voltadas para determinados setores, tais como a revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios. Todavia a Revista Exame e o jornal A Gazeta Mercantil permaneceram como principais durante a década de 80. A primeira se ocupava com a difusão das mudanças organizacionais nas empresas e com as novidades tecnológicas, ao passo que o segundo estava muito mais focado nas notícias sobre variações dos índices econômicos (DONADONE, 2001, p. 88). Na década de 90, o perfil do público alvo da Revista Exame compreendia pessoas que ocupavam cargos gerenciais e de direção das empresas, possuindo como referência, os exemplos veiculados na imprensa de negócios americana.

3.4 O Pop Management

Segundo Paes de Paula e Wood Jr (2002) as empresas de consultoria, os gurus empresariais, as escolas de negócios e a mídia de negócios fazem parte da indústria do management. Todavia, há uma literatura intitulada pelos autores de pop-management, que é produzida pela mídia de negócios e possui como característica, ser acessível e de fácil leitura. A criação, difusão e transformação das teorias e práticas de management em pop-management ocorrem em três etapas:

1. A fase de produção, na qual as instituições acadêmicas e as empresas de consultoria elaboram e codificam o conhecimento formal, seguindo as regras da produção de conhecimento acadêmico;
2. Fase de difusão, na qual o conhecimento se dissemina nestas mesmas instituições e na comunidade de negócios;
3. fase de legitimação, na qual o conhecimento é difundido fora da comunidade de negócios. Assim, as práticas e teorias são traduzidas em retórica, carregadas com caráter ideológico e **popularizadas pelos jornais e revistas**, transformando-se em modas e modismos (PAES DE PAULA; WOOD JR. 2002, p. 100-101, grifos nossos).

A mídia popular de negócios, caracterizada pelo seu baixo nível de reflexão e crítica, é responsável por disseminar valores, e importa quase que totalmente as práticas gerenciais de países como os Estados Unidos. Portanto, assume papel relevante como legitimador de tais práticas, “conferindo-lhe status de coisa certa a ser feita” (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2001, P. 106). Todavia, a mídia popular de

negócios não está sozinha, em paralelo há outros agentes que também legitimam tais práticas. São eles: os consultores, os gurus, e os executivos. Somente a estrutura de funcionamento e o perfil de competências da mídia de negócios não se sustentam, e ela não pode ser vista como “instituição garantidora de consistência” (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2001, P. 106). O Pop management depende de outros componentes, assim:

[...] em conjunto com outros componentes da indústria do *management*, e considerado ainda o contexto socioeconômico mais amplo, **contribui para a criação e constante modificação de uma realidade simbólica de referência. Desta forma, ela ajuda a constituir uma visão de mundo, ajuda a moldar a gramática que lhe dá sustentação estrutural**, ajuda a identificar problemas e questões críticas e a indicar soluções [...] (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2001, P. 106-7, grifos nossos).

Para os autores, houve a criação de um imaginário novo, difundido pelos livros, revistas, e seminários, denominados cultura do management. Os discursos veiculados pelos meios midiáticos tornam-se uma referência simbólica, e fazem parte de uma construção ideológica, que devido a sua proximidade com a experiência do cotidiano, não importam se é verdadeiro ou falso, pois alimentam a imaginação dos sujeitos e propõem modelos de ação²⁸ (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

Nesse sentido, considera-se para fins deste estudo que *o discurso é uma norma em que os indivíduos vão se basear para orientar sua ação*. Para Bourdieu e Wacquant (2008), existe uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, que cumpre funções políticas. O discurso gerencial, no caso estudado, o pop management pode ser considerado como um sistema simbólico que fornece uma determinada representação do social. Os:

[...] sistemas simbólicos não são simplesmente instrumentos de conhecimento, são também, instrumento de dominação (ideologia em Marx; teodiceias em Weber); promovem a integração cognitiva e social de uma ordem arbitrária: os esquemas que surgem como naturais e necessários e não como decantação historicamente contingente de um determinado balanço de poder entre classes, grupos étnicos e gênero (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.39).

²⁸ Futuramente estudos sobre a recepção destes discursos poderão pôr a prova esta questão, assim como a resistência dos trabalhadores, e as estratégias e mecanismos que são postos em prática até mesmo para burlar esses discursos no trabalho.

A partir dos anos 1990, muito embora o Brasil possua uma matriz histórico-cultural ímpar, passamos por uma “mudança de humor” que consolidou a performance como um valor sociocultural. Por exemplo, a eleição de Fernando Collor “o presidente-herói, caçador de marajás, símbolo do homem arrojado, bem-sucedido e empreendedor – pode ser vista como manifestação de como o culto da excelência passou a povoar o imaginário popular” (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2010, p. 198). Ainda segundo autores, outros indícios de tal fato fora o surgimento de revistas como Você S.A, HSM-Management, assim como o crescimento de títulos de autoajuda. Esse processo implica a mudança das instituições, transformações no mundo do trabalho, e crise de um sistema simbólico, até então vigente²⁹.

No presente capítulo fora abordado, em primeiro lugar o surgimento dos jornais que tratavam de assuntos relacionados à economia. Além disso, tratou-se do surgimento dos primeiros jornais econômicos no Brasil, durante os anos 1950, e da censura e manipulação ocorrida nos jornais no período de vigência da ditadura militar no país. No Brasil, nos anos 80 e 90 o jornalismo econômico ganhou mais espaço, observou-se a criação de revistas especializadas, e que se baseavam na imprensa de negócios americana.

Ademais, tratou-se dos pilares da indústria do management, a saber, as empresas de consultoria, os gurus empresariais, as escolas de negócios e a mídia de negócios. Demarcando, uma espécie de literatura que é considerada de suma importância para o presente estudo, o pop-management, produzido pela mídia de negócios e que possui como característica, ser acessível e de fácil leitura, tais como revistas, e cadernos especializados de jornais que visam à difusão de ideias e padrões gerenciais oriundos de exemplos, e literatura americana. A difusão desses valores e ideias compõe um sistema simbólico que, por sua vez, fornecem determinada representação das relações sociais. O surgimento de um referencial teórico, adaptado pelo pop management, baseado na mobilização psíquica, e emocional dos indivíduos no seu emprego, é o tema do próximo capítulo.

²⁹ Esse é o tema do próximo capítulo.

4. A CRISE DO *ETHOS* DO TRABALHADOR E O SURGIMENTO DO *ETHOS* DO EMPREENDEDOR: SISTEMAS DE TEODICEIAS

De acordo com Bendassoli (2007, p. 157), a ética protestante serviu como suporte para a redefinição do sujeito moral pelo novo sujeito econômico. Tratou-se da secularização da vocação. De certa forma, a ética protestante foi um sistema simbólico que forneceu um modelo de representação para os sujeitos. Para Weber, a religião estava na base desta transformação, atuando como um sistema de teodiceia, legitimando o poder das classes dominantes e compensando as classes subordinadas e despossuídas. Dessa maneira ela suavizava a força do impacto dos interesses de classes contraditórios (ABERCOMBRIE; HILL; TURNER, 1987, p. 39).

Para Weber “os privilegiados desenvolvem uma teodiceia da legitimação que justifica sua posição na estrutura de classes, enquanto que o proletariado urbano carente de privilégios requer uma teodiceia da compensação” (ABERCOMBRIE; HILL; TURNER, 1987, p. 38). Com a crise do capitalismo do século XX, que será abordada na próxima seção, o modelo de representação, e, por conseguinte, o *ethos* que o sustentava também entrou em crise, sendo substituído por outro. Todavia, mesmo com a crise do *ethos* do trabalhador, e a ascensão do *ethos* empreendedor permanece o predomínio do sistema da teodiceia, independente das religiões, que se ancora em outros pressupostos que serão abordados na seção a seguir.

4.1 Crise do capitalismo social no século XX

No capitalismo social do XX prevalecia a lógica militar. As organizações estruturavam-se tendo por base uma pirâmide de poder, em que os cargos eram definidos e delimitados: “a pirâmide é racionalizada, ou seja, cada posto, cada parte tem uma função definida” (SENNETT, 2006, p. 34). Esse período nas análises de Boltanski e Chiapello (2009) corresponde ao segundo espírito do capitalismo.

Esse capitalismo caracterizava-se pela organização rígida, e a ética do trabalho orientava-se para perspectivas de lucro e realizações em longo prazo. A estabilidade desse modelo proporcionava ao trabalhador um vínculo com a instituição e, assim, organizar uma narrativa de vida e de relações sociais estáveis. Todavia, “o preço que pagavam era a liberdade ou a individualidade” (SENNETT,

2006, p. 165-6). Para o autor o tipo de modelo militar predominou durante pelo menos sessenta anos do século XX, tanto no setor privado quanto no público.

No final do século XX houve mudanças nas organizações que desestabilizaram o modelo anterior, tais como a globalização do capital; a transferência do poder dos gerentes para os investidores/acionistas (os quais, por sua vez, preferem resultados de curto prazo); e o desenvolvimento da tecnologia, como por exemplo, a automação e a internet (SENNETT, 2006). Esses fatores determinaram, em parte, a crise das instituições do capitalismo social e o crescimento das desigualdades. A ética puritana utilitarista do trabalho fora substituída pela lógica da inovação e da mudança.

Em termos de instituições, para Sennett (2006), se comparada às instituições rígidas e tradicionais, como as pirâmides, as novas instituições seriam semelhantes aos tocadores de mp3³⁰. A flexibilidade é a característica chave e a reengenharia é uma necessidade a fim de adaptar-se. Camadas hierárquicas intermediárias foram eliminadas, através da terceirização de serviços e da redefinição de cargos para criar uma empresa menos vertical. A empresa encolheu o seu centro de poder, que administra e controla toda a cadeia de produção. O contrato daqueles trabalhadores que permanecem na empresa também muda, predominando o de tipo temporário. Essas modalidades visam o não pagamento de garantias, eximindo a responsabilidade do empregador. Nesse sentido, de acordo com Sennett (2006, p. 13) o indivíduo pode ser impelido a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo.

4.2 A ascensão do *ethos* do empreendedor e o papel compensatório assumido pelo discurso gerencial

O capitalismo na sua fase flexível compreende a organização em rede, na qual o centro controla a periferia. Essa periferia é resultante da diminuição de níveis hierárquicos. Esse tipo de instituição evita um vínculo e uma autoridade. A desigualdade passa a estar ligada à distância, ou seja, ao isolamento das pessoas que ficam na periferia do sistema. No que tange à ética do trabalho, o prestígio moral é afetado (SENNETT: 2006). Isto é, a lógica da gratificação postergada³¹ e o

³⁰ Aparelhos que reproduzem músicas em formato digital (mp3).

³¹ Lógica encontrada no *ethos* do trabalhador.

pensamento estratégico de longo prazo se tornam um problema, pois para isso os indivíduos necessitariam de instituições estáveis que os ancorassem numa unidade de tempo estruturado. Este tipo de lógica não é mais adotado, pois se valoriza a busca pela inovação constante e a busca incessante pela oportunidade (SENNETT, 2006).

Para Gaulejac, (2007, p. 12) “o vazio deixado pela crise da ética do trabalho foi preenchido de diversas maneiras, mas provavelmente todas incompletas”. De acordo com o autor, a primeira forma foi o consumo. Nesse sentido, o trabalho tornara-se o meio para adquirir mercadorias. Numa segunda forma ocorreu a predominância dos projetos burgueses, ou seja, os temas ligados à vida privada, como o sexo e o parceiro, tendo em vista que o trabalho não era mais a única forma para alcançar a felicidade. A terceira forma abrange temas de interesse narcísico, como o que alguns autores chamam de "estetização da existência", isto é, a busca da identidade, o novo fervor espiritual, o lazer e o entretenimento (GAULEJAC, 2007, p. 12).

Para o autor, na falta de um trabalho com orientação ética, o indivíduo está entregue a si mesmo, tendo que se reinventar. O discurso gerencial inclui um princípio do prazer. Mais do que isso: também significa o *ethos* da promessa, que consiste no pensamento de que se o indivíduo possuir algo, ou for como determinada pessoa, estará realizado (GAULEJAC, 2007, p. 15). Gaulejac (2007, p. 38) argumenta que, a ideologia gerencialista preenche o vazio ético do capitalismo, a partir do momento em que este se dissociou da ética protestante, que fundava sua legitimidade. O discurso gerencial divulga o *ethos* do empreendedor, o qual também é um sistema de teodiceia, embora ausente de princípios religiosos baseia-se numa lógica da compensação, por sua vez, ligada a uma dimensão subjetiva do trabalhador.

4.3 Os deslocamentos e o conteúdo do discurso gerencial: mobilizar para engajar

Durante os anos de 1980, em países como Estados Unidos e Inglaterra, houve uma mudança de valores, consoante com as transformações relacionadas ao retraimento do papel do Estado, a valorização do mercado como princípio regulador das relações e a desregulamentação da economia. Surgiu, então, uma nova matriz

de valores, tanto a nível pessoal quanto organizacional, “cujos principais eixos são uma visão gerencial de qualquer atividade organizada, o culto da excelência como vetor de promoção social e uma visão do indivíduo como empreendedor autônomo ou associado” (PAES DE PAULA; WOOD JR. 2002, p. 3).

Em relação ao culto da excelência, cabe citar o estudo de Ehrenberg (2010), a respeito do caso francês, em que o autor aborda a valorização crescente, a partir dos anos 1980, por parte da mídia, de esportistas, vencedores e empreendedores. O culto da performance é o resultado da confluência de três discursos: o esportivo, o do consumo e o empresarial (BENDASSOLI, 2010). Esse culto da excelência infiltrou-se na cultura popular da França, durante os anos 1980-90, gerando uma série de “super-heróis”. As três mudanças responsáveis pelo surgimento do fenômeno, foram, em primeiro lugar,

[...] os dirigentes das empresas deixaram de ser símbolos da exploração do homem pelo homem e transformaram-se em símbolos de sucesso; em segundo lugar, o consumo deixou de ser símbolo de alienação e passividade para tornar-se vetor de realização social; terceiro lugar, os campeões do esporte deixaram de ser símbolos do atraso popular e passaram a ser símbolos de excelência (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2010, p. 197-8).

Houve uma mudança de apreciação da concorrência empresarial, do consumo de massa e da competição esportiva, que se transformaram e redimensionaram valores, e, por conseguinte os comportamentos (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2010, p. 198). Nesse discurso, o esporte emergiu como um modelo “justo”, pois o argumento geral é que em uma competição vence o melhor. No plano do consumo, o sujeito, seus desejos e necessidades passaram a ser sobrevalorizados, portanto o desenvolvimento pessoal passou a implicar realização profissional. Por fim, os executivos foram transformados em modelos, isto é, como um ideal a seguir. Para Bendassoli (2010, p. 232), esses sujeitos são a base que rege uma nova ética na qual “vencer, ser bem sucedido, conduzir uma vida com excelência passam, antes de tudo, pela ação de empreender, de assumir riscos”. Assim juntamente com os executivos, a empresa emergiu como modelo no qual os indivíduos devem, agora, se pautar. Desse modo,

[...] o espírito de empresa, fazendo funcionar a solidariedade sem assistência, unindo a eficácia à responsabilidade [...] impôs-se como a única estratégia convincente para regular o imprevisível e a gerir o ingerenciável. [...] A empresarização dos comportamentos dos assalariados em todos os níveis da hierarquia das empresas busca fabricar uma mentalidade de

massa na qual cada um seja impulsionado a se governar por si mesmo (EHRENBERG, 2010, p. 131).

Para Ehrenberg (2010), a emergência do fenômeno culto da performance está ligado também a uma necessidade, advinda do retraimento das instituições, do indivíduo ser chamado a responsabilizar-se por si mesmo. Essa espécie de culto surgiu em meio à crise da ética protestante do trabalho (BENDASSOLI, 2010, p. 133).

Portanto, no discurso do culto da performance surgiu um novo *ethos* em que o indivíduo é impingido à busca da auto realização pessoal através do prazer no trabalho. As organizações são eximidas de responsabilidade de gestar as carreiras – como no *ethos* do trabalhador-, pois é outorgada ao indivíduo essa responsabilidade e/ou possibilidade. Então, o sucesso se deve a uma competição, em que vencem os melhores, atribuído a uma questão de talento pessoal.

Para Gay (1996 *apud* Bendassoli, 2007) o discurso gerencial visa um culto a excelência, ou seja, é um apelo para o indivíduo tornar-se empreendedor da sua vida. Bendassoli (2007) argumenta que, no discurso gerencial “o trabalhador é representado como um indivíduo em permanente busca de sentido para seu trabalho, bem como da própria autorrealização por meio dele” (BENDASSOLI, 2007, p. 157). Nesse sentido,

No discurso da excelência, o trabalho é caracterizado não como uma obrigação dolorosa imposta sobre os indivíduos, nem como uma atividade realizada apenas por aquelas pessoas interessadas em satisfazer necessidades instrumentais. O trabalho é em si mesmo um meio para a autorrealização, e o caminho para o lucro da empresa constitui também um atalho para o autodesenvolvimento e crescimento do próprio indivíduo (BENDASSOLI, 2007,p. 63).

Para o autor, o discurso gerencial une dois aspectos: o econômico e o psicológico, ou seja, “agir sobre si constitui o sujeito e gera valor econômico” (BENDASSOLI, 2007, p. 159). Analogamente, pode-se dizer que esse é o conteúdo do sistema de teodiceia do *ethos* do empreendedor, a saber, a nova lógica compensatória. Desse modo, esse discurso é responsável por difundir valores e modelos de representação em que, agora:

Tornar-se um trabalhador melhor equivale a tornar-se uma pessoa melhor, pois ambas as ambições partem de um mesmo princípio – empreender. Valores como autorrealização, responsabilidade pessoal, propriedade de si mesmo e autogerenciamento exercem atração não apenas porque são

psicologicamente fortes como construtores da individualidade em um contexto de individualismo exacerbado, mas por que são economicamente desejáveis (BENDASSOLI, 2007, p. 158,9).

As ações e os valores econômicos, que este discurso incentiva e promove, orientam outros aspectos da vida. Enquanto no *ethos* do trabalhador do capitalismo social a Igreja e o Estado eram as instituições que organizavam o mundo social, para Lopèz-Ruiz (2004), a empresa passa a ocupar este lugar. O culto da performance está relacionado com a questão do empreendedorismo, como uma conduta que vem migrando do mundo dos negócios para outras esferas da vida social, estabelecendo-se também na vida pública, e que cada vez mais aparece indissociado de características pessoais (PAES DE PAULA; WOOD JR, 2010, p. 198). Tais mudanças sobrecarregam psiquicamente o indivíduo. Tal fato é atestado quando considerado o aumento de doenças de ordem psicológica, e distúrbios emocionais, assim como pelo consumo de medicamentos controlados, e em casos isolados suicídio, conforme estudo de Gaulejac (2007).

Com a crise do *ethos* do trabalho emerge o *ethos* do empreendedor. Entretanto, como modelos de representação, esses discursos promovem normas e difundem máximas, desempenhando um efeito pedagógico na ação do indivíduo.

4.4 Os discursos gerenciais nos anos 60/70 e 80/90 no Brasil: a ética do provedor de família

No Brasil das décadas de 1960/70, as práticas gerenciais estavam influenciadas diretamente pelos discursos dos Estados Unidos e Europa (NARDI, 2002, p. 170). No plano político, vigorava no país a ditadura militar, a qual se respaldava em discursos que enfatizavam a segurança nacional e a defesa da liberdade, em detrimento daquilo que era considerado o inimigo, isto é, o comunismo. O discurso gerencial, então, era “marcado pelo ufanismo nacionalista e pela apologia do progresso e da modernização do País” (NARDI, 2002, p. 183).

Em nosso país, o Estado de Bem-Estar Social não se consolidou, pois embora houvesse a ampliação da assistência médica, da aposentadoria e dos benefícios da Seguridade Social principalmente a partir da década de 1960 eles estavam limitados aos trabalhadores com carteira assinada. Embora o país possuísse uma série de benefícios sociais, os resultados do crescimento econômico

nunca se traduziram, durante o século XX, em redistribuição significativa da riqueza. Por sua vez, o mercado de trabalho caracterizou-se pela instabilidade o que no nível das empresas observou-se na prática comum da rotatividade (NARDI, 2002, p. 171).

De certo modo, o trabalhador qualificado tinha a possibilidade de estabilidade e planejamento em longo prazo garantida, pois o nível de desemprego era baixo entre 1960 e 1970. E o setor industrial apresentava uma demanda que oportunizava ser empregado rapidamente. A qualificação tinha um papel central, pois garantia ao trabalhador um lugar no mercado de trabalho (NARDI, 2002, p. 168-71).

Nos anos 1970, com o crescimento dos setores urbanos industriais brasileiros, os discursos empresariais estavam imbuídos de uma versão brasileira da ética do trabalho, a saber, a ética do provedor de família³². Em relação a essa ética brasileira do trabalho:

elementos da cultura dos trabalhadores imigrantes – a ética do trabalho e o familismo – foram incorporados ao discurso oficial e forneceram um referencial cultural cujos códigos e significados, apropriados pelas elites políticas e intelectuais, assumiram o caráter ideológico de manipulação e domesticação de valores e atitudes – em contraposição ao espontaneísmo e “desregramento” da cultura popular, incompatíveis com a moralidade e racionalidade capitalistas (COLBARI, 1995, p. 9).

Assim, elementos da cultura do operariado imigrante tais como valores e representações foram apropriados e disseminados em outros contextos, pelo Estado e pela fábrica brasileira, “impondo um padrão de moralidade requerido pelo industrialismo” (COLBARI, 1995, p. 11).

Para Colbari (1995, p.238), no caso brasileiro, a ética do trabalho adquiriu uma forma particular, qual seja a ética do provedor de família. Essa ética dissocia-se da base religiosa, orientando-se para uma racionalidade com relação a fins: a do sustento da família. A valorização do trabalho estava ligada à questão da cidadania regulada³³, na qual a carteira de trabalho conferia ao trabalhador acesso aos

³²[...] a construção da ética do trabalho no Brasil adquiriu características particulares em razão da escravidão, pois esta impediu a construção de relações de trabalho capitalistas até o final do século XIX. Como consequência, o apego ao trabalho, tal como presentes na ética protestante, surgiram às avessas no modelo de produção colonialista/escravista/periférico. O advento da República não modificou este quadro, pois manteve a imagem da indisciplina e vadiagem associada ao trabalhador brasileiro (NARDI, 2011, P. 175). Somente a partir da “Era Vargas” houve a valorização moral do trabalho, assegurada pelos direitos e garantias criados, assim como pelo status de cidadão, conferidos ao trabalhador.

³³ Termo cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, no livro “Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira”. De acordo com Dal Molin (2009, p. 129), “por cidadania regulada entende-se uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em

serviços de saúde, pensão, direito a aposentadoria, dentre outros, e o *status* de cidadão. Por conseguinte o trabalho passava a revestir-se com valor moral positivo. Nesse sentido, o trabalhador passou a ser colocado como responsável pelo sustento da sua família. O que se expressa, por exemplo, no fato dos trabalhadores casados receberem incentivos maiores dos chefes do que os trabalhadores solteiros (NARDI, 2002, p. 173).³⁴

De acordo com Nardi (2002, p. 176), o modelo que fornecia os princípios de identificação com a empresa era a Escola de Relações Humanas. Um dos princípios dessa escola consistia na motivação para o trabalho, que deveria incluir além do retorno financeiro, outros aspectos, “mas sem interferir na tarefa em si (neste aspecto mantinha a divisão rígida entre execução e planejamento, e também a monotonia e o parcelamento das tarefas características do taylorismo).” A forma de motivar para o trabalho consistia na oferta de “crédito para construção da casa própria, plano de saúde, boa alimentação no refeitório, assim como clube de futebol e envolvimento da família nas festas promovidas pela empresa” (NARDI, 2002, p.176-7).

Em suma, nos anos 70 o trabalho na indústria era considerado uma possibilidade material e simbólica de adquirir uma “profissão”, valorizada socialmente, e que permitia a ascensão social por meio de carreira dentro das empresas (NARDI, 2002, p.177). As taxas de desemprego eram baixas e havia uma alta taxa de rotatividade. Considerando os fatores acima expostos, pode-se dizer que eles garantiam certa segurança, no que tange o planejamento do futuro, pensado, por sua vez, na forma de qualidade de vida para os filhos.

4.5. Brasil: contexto do final dos anos 1980 e início de 1990: o discurso gerencial em transformação

detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os autônomos, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes”.

³⁴ O modelo do fordismo no Brasil adquiriu características próprias, quando comparado ao modelo desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos. O modelo à brasileira chamado de fordismo periférico, conforme descrito por HUMPHREY (1989 *apud* Nardi 2002, p. 187.), demonstra que existia na época, uma distância entre o discurso de união e crescimento e a realidade enfrentada pelos trabalhadores. Os trabalhadores viviam numa situação de contexto econômico negativo, e forte precarização econômica, embora fossem motivados através de determinados benefícios sociais.

O brasileiro era definido em termos do trabalhador-cidadão, ou seja, como membro socialmente útil ao Estado. De acordo com Nardi (2011, p. 177), “esta associação entre cidadania e a inserção no mercado formal de trabalho passou por modificações radicais na reestruturação do capitalismo, transformando as relações de trabalho e o código moral da sociedade contemporânea”. O fim da ditadura militar significou a gradual abertura política brasileira. Junto com isso a economia passou também por um processo de abertura, e as empresas passaram a competir a nível global. O modelo de gerenciamento fora padronizado mundialmente, mas segundo Nardi (2002, p. 192) “apesar do discurso, o autoritarismo característico das formas de gerenciamento no Brasil se mantém”.

Em estudo sobre trabalhadores metalúrgicos no Rio Grande do Sul, Nardi constatou que, por exemplo, a autonomia amplamente divulgada pelo discurso empresarial brasileiro no final dos anos 90, não se refletia no trabalho dos metalúrgicos, que detinham um poder de decisão limitado.

Nardi (2002) argumenta que a mudança do perfil e das habilidades exigidas pelas empresas pode ser observada, por exemplo, na exigência de adaptação às mudanças, de saber interagir e trabalhar em equipe, conforme se observa na passagem que o autor retira da revista *Amanhã*, reproduzida abaixo:

É bem-sucedido quem entende as mudanças e se adapta a elas no ritmo que acontecem; tem espírito de interação e trabalho em equipe. Sabe delegar; O centralizador escorrega; compreende que o sucesso não é feito durante o expediente. Ele é construído à noite quando você faz cursos, lê, estuda; Sabe trabalhar com campeões, eles vão te ensinar a ser campeão; abre espaço para o sentimento e a intuição; desenvolve características femininas; valoriza a competência e conhece as próprias fraquezas; entende de gente. Sabe avaliar os profissionais para cobrar resultados; não tem medo de correr riscos; é seguro, polivalente, empreendedor (AMANHÃ, v.14 n.147/149, p.22, 1999 *apud* Nardi, 2002, p. 181).

Para o autor a “ênfase de um perfil criativo e empreendedor faz parte dos anúncios de emprego no final dos anos 90 no Brasil” (NARDI, 2002, p. 182). No nível do discurso não existem mais chefes, pois estes passam a ser denominados como líder e coordenador de equipe. No novo discurso gerencial, o termo controle é substituído pelo termo confiança, constituindo uma das ressignificações semânticas feitas em relação aos cargos e características dos profissionais. O termo controle relacionava-se ao “controle externo, implicando numa relação de dominação enquanto que o autocontrole se refere a um contrato moral de confiança entre as partes” (NARDI, 2002, p. 183-4).

O termo 'recursos humanos', ligado ao discurso fordista passou a ser substituído pelo termo 'gestão de pessoas'. Essa substituição objetiva obter do trabalhador o envolvimento completo, assim como, busca fazer emergir competências e potencializar a criatividade (NARDI, 2002, p. 186-7). Algo semelhante ocorre com o conceito de qualificação. Nos anos 60/70 ele estava associado a uma profissão, à estabilidade de um posto de trabalho, sendo então substituído gradualmente pela noção de competência.

Nos anos 60, havia uma preocupação no sentido de que a vida pessoal e o trabalho não se misturassem. Nos anos 90, essa separação é compreendida como danosa, pois "compromete" e "atrapalha" as múltiplas competências que o trabalhador deve possuir para trabalhar em equipe. A lógica do discurso gerado desde os anos 90 articula sentimentos, emoções, intuição e vida privada vinculada ao trabalho. Por conseguinte, isso gera relações que travestidas de amizade e afeto constituem relações instrumentalizadas para atingir determinado fim. Segundo Nardi (2002), no discurso dos anos 90 surge à questão da ética, algo que não havia no regime da racionalidade burocrática imperante nos anos 60/70, porque os trabalhadores orientavam suas decisões por procedimentos e padrões pré-estabelecidos.

Para Nardi (2002, p. 190), embora a ética seja um dos pontos relevantes do discurso empresarial, que traça o perfil do executivo, ela está subordinada à noção de competitividade. Durante os anos 60, a gestão estava relacionada à racionalidade burocrática, ao passo que nos anos 90 enfatiza-se o risco, a mobilidade e a mudança.

Conforme tratado neste capítulo, viu-se que a crise das instituições do capitalismo social do século XX desencadeou a crise do *ethos* do trabalhador. No caso brasileiro observou-se uma particularidade, pois devido à desvalorização do trabalho, que remete a questões históricas do país, o *ethos* do trabalhador esteve ligado a uma força tarefa que incluiu a adaptação da cultura dos trabalhadores imigrantes e a uma série de direitos e benefícios sociais concedidos aos trabalhadores do mercado formal. Portanto, durante os anos 1960-1980 vigorou no país uma ética com relação a fins, despojada de conteúdo religioso, visando apenas o sustento da família, sendo, portanto chamado de *ethos* do provedor de família. Se nos anos 1960 a ética do trabalho estava ligada à racionalidade burocrática, a partir dos anos 1980 com a abertura da economia brasileira, redimensionamento do

mercado e retraimento do Estado, a ética do trabalho implica assumir riscos, mobilidade e adaptabilidade às circunstâncias.

5. OS DISCURSOS GERENCIAIS NA IMPRENSA POP, O CASO ZERO HORA

Para Cea D'Ancona (1998) com o desenvolvimento das ciências sociais existem diferentes abordagens metodológicas que, em geral, estão relacionadas a diversos objetos de estudo. Numa perspectiva que busca adequar metodologia e objeto a autora coloca a relevância de utilização de técnicas que estejam alinhadas com os objetivos da pesquisa. Desse modo, levando em consideração o objeto de estudo de nossa pesquisa, e os objetivos do trabalho optou-se como fio condutor da abordagem metodológica a análise de conteúdo.

O Jornal Zero Hora é o veículo de maior circulação impressa da cidade de Porto Alegre.³⁵ Semanalmente difunde orientações de gestão empresarial bem como atitudes comportamentais e cognitivas, que os trabalhadores devem seguir para se inserir com sucesso no mercado de trabalho, ou para manterem-se no mesmo. Nesse sentido, são disseminadas noções como adaptabilidade, equilíbrio emocional, trabalho em equipe, autocontrole, empreendimento e aprendizagem contínua.

O objeto de pesquisa compreendeu os cadernos de orientação gerencial do Jornal Zero Hora, particularmente o Caderno "Emprego e Oportunidades", o qual passou a chamar-se no segundo semestre de 2012 "Pense Empregos". Para o estudo do referido material foram escolhidos os anos de 2012 e 2013. As reportagens selecionadas caracterizam-se por difundirem crenças, valores, conceitos e ideias dos setores capitalistas, através de executivos e líderes, e trazendo exemplos de trabalhadores. Ao mesmo tempo, elas fornecem um modelo sobre como os trabalhadores devem orientar-se em relação ao mercado de trabalho. Cumpre ressaltar que o presente objeto, não é tratado como isento de valor. A ênfase neste estudo é o jornal como portador de uma literatura gerencial menos refinada, ou ainda, acessível e direcionada para um tipo de público, que difere do público alvo, por exemplo, da revista *Você S.A.*³⁶, mas que cumpre o papel de difusor de um determinado discurso.

³⁵Em 2012 ficou em sexto lugar no ranking dos jornais de circulação paga, no Brasil, com a média de circulação de 184.674. Fonte: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil> Acesso em 18 de dez. 2013.

³⁶A revista destina-se aos jovens de todo o Brasil ingressantes no mercado de trabalho, profissionais, gestores, e líderes de RH. Fonte: http://www.publiabril.com.br/upload/files/0000/0781/Guia_MEPC 2012.pdf Acesso em 28 de fev. 2013.

Como foi dito acima a metodologia de pesquisa a ser empregada será à análise de conteúdo conforme Bardin (2011). Segundo a autora, a análise de conteúdo

é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

De acordo com a autora, a análise de conteúdo tem como objetivo a manipulação de mensagens, tanto de conteúdo como de expressão de conteúdo. Além disso, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44).

A análise de conteúdo pode ser de caráter quantitativo ou qualitativo. Na análise de conteúdo quantitativo, estabelecem-se categorias e a contagem é realizada pela frequência com que os elementos (as palavras) aparecem na mensagem por meio da montagem de categorias. Já na análise de conteúdo qualitativa, identifica-se a presença ou ausência de elementos ou características da mensagem. Realiza-se a inferência, através da construção de um índice temático. O procedimento de inferência visa buscar o significado da mensagem, o contexto de produção da mensagem, isto é, os valores e crenças que permeiam o texto elaborado por determinado autor, assim como os possíveis efeitos da mensagem no leitor.

Com base no referencial metodológico exposto, foi utilizado o programa de análise qualitativa Nvivo, assim como dados primários, obtidos por meio de entrevista.

5.1 Descrição dos resultados

Em primeiro lugar, realizou-se uma aproximação dos textos a partir do procedimento de leitura flutuante, conforme Bardin (2011), a fim de conhecer o material e identificar os pontos relevantes para a análise. Assim, foi possível selecionar as reportagens pertinentes, totalizando doze, e organizá-las em um

projeto no Nvivo³⁷. Com base na leitura flutuante e na seleção das reportagens é possível inferir que as dimensões do novo espírito do capitalismo estão presentes nas matérias analisadas e que, na maioria das vezes, estão misturadas num mesmo texto, sendo passíveis de separação, apenas analiticamente. Contudo, observa-se que os valores preconizados apresentam características específicas, isto é, o discurso difundido difere em alguns pontos significativos quando comparados à revisão teórica realizada sobre o assunto.

Nas reportagens consideradas preponderam noções, tais como: “tomar iniciativas”, “saber gerenciar emoções (equilíbrio emocional)”, ter paixão pelo que faz; dentre outras.

Considerando que se dispõe de dados e elaborações teóricas acerca do discurso gerencial no Brasil do período de 1960-1990, e que embora este não se trate de um estudo comparado, utilizou-se como recurso investigativo um quadro retirado do livro³⁸ “Valorize sua carreira: como ter uma trajetória profissional de sucesso”, publicado em 2003, o qual fora organizado a partir de reportagens veiculadas no antigo caderno “Empregos & Oportunidades”, do Jornal Zero Hora. No presente quadro tem-se a apresentação sintética da evolução dos requisitos para ingressar e também manter-se no mercado de trabalho. Com base neste quadro, reproduzido abaixo, é possível ter como referência a evolução dos requisitos no nível do discurso, no começo da década de 2000.

Quadro 3. A evolução dos requisitos para ingressar e manter-se no mercado de trabalho: as primeiras décadas dos anos 2000

2000	2001	2002	2003	Campeões de audiência³⁹
-------------	-------------	-------------	-------------	---

³⁷ O Nvivo é um programa de análise qualitativa que trabalha com o conceito de projeto. As fontes de informação do projeto, assim como os dados gerados durante o processo de análise, como categorias de informações, são armazenadas em um banco de dados. Fonte: http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2313/pdf_57 Acesso em 15 de março de 2013.

³⁸ Organizado por Deise de Oliveira

³⁹ Estiveram presentes nos últimos três anos (2000, 2001,2002) e se mantêm em 2003.

Conhecimento técnico	Autoestima	Autoconhecimento	Visão ampla, abrangente e comprometida com estratégia a longo prazo	Domínio de informática
Experiência no exterior	Bom humor	Flexibilidade com maturidade	Persistência e identificação com o trabalho	Domínio de inglês
Entendimento do negócio	Capacidade de liderança	Equilíbrio	Capacidade de conexão de conhecimentos, fatos, causas, efeitos e pessoas.	Humildade
Organização de ideias e planejamento	Coerência	Ética nas relações		Iniciativa e garra
Capacidade de trabalhar em grupo	Criatividade	Prontidão para riscos e oportunidades		Capacidade de comunicação
Criatividade	Entusiasmo	Desejo de investir em si (aprender)		
	Ousadia	Responsabilidade social		
	Pensamento crítico			
	Simpatia			

Fonte: OLIVEIRA, 2003, p. 78

No programa Nvivo, as reportagens foram analisadas e classificadas indutivamente, em quatro conjuntos, a saber: a) desenvolvimento pessoal como motor do desenvolvimento profissional; b) dedicação completa ao trabalho; c) autorrealização por meio do trabalho; e d) profissional autônomo. Cada conjunto engloba indutivamente a codificação das reportagens.

O grupo A, desenvolvimento pessoal como motor do desenvolvimento profissional, representa o maior número, possuindo oito nós⁴⁰ ou categorias, a saber: Pessoal e profissional se fundem; atitude; confiança, compreensão e lealdade; adaptabilidade e colaboração; autocontrole; autoconhecimento e aprendizado constante; esporte, equipe e competição; e qualidade de vida.

Em relação ao grupo ou categoria B, observam-se as seguintes subcategorias: trabalho em equipe, estar conectado; iniciativa e identidade com a empresa.

No que tange ao grupo C, tem-se somente uma categoria: autorrealização por meio do trabalho. E em relação ao grupo D apreenderam-se as seguintes subcategorias: flexibilidade de horário; profissional autônomo, freelance; possuir rede de contatos; e postura empreendedora⁴¹. Abaixo segue o quadro de frequência do aparecimento das categorias.

Quadro 4. Ranking de categorias

Nome da categoria	Frequência
Desenvolvimento pessoal é o motor do desenvolvimento profissional	33 referências nas subcategorias, ou nós.
Dedicação completa ao trabalho	11 referências nas subcategorias, ou nós.
Autorrealização	10 referências ou nós.
Profissional autônomo	4 referências nas subcategorias, ou nós.

Fonte: Elaboração da autora com base na análise indutiva das reportagens.

5.2 Desenvolvimento pessoal é o motor do desenvolvimento profissional

⁴⁰ Termo utilizado pelo programa Nvivo e equivale a categorias.

⁴¹ Além do trabalho indutivo de construção de categorias, também apresenta-se as hipóteses de pesquisa. Essa análise é feita separadamente numa seção das hipóteses. Ademais, recorreu-se ao procedimento de coleta de dados primários, por meio da entrevista. Em relação ao caderno Pense Empregos, cumpre ressaltar que em setembro do ano de 2013 o jornal, passou a contar com dois editores responsáveis. Foram realizadas duas tentativas de obter uma entrevista com cada um dos editores responsáveis, porém houve apenas retorno e disponibilidade de um deles.

Essa primeira categoria é a maior de todas possuindo oito nós ou subcategorias, a saber: Pessoal e profissional se fundem; atitude; confiança, compreensão e lealdade; adaptabilidade e colaboração; autocontrole; autoconhecimento e aprendizado constante; esporte, equipe e competição; e qualidade de vida.

Abaixo seguem trechos significativos de cada uma das subcategorias.

5.2.1 Pessoal e profissional se fundem

Nesta subcategoria observam-se trechos de reportagens que enfatizam a fusão entre a vida pessoal e vida profissional.

[...] O sucesso depende dessa semelhança entre o profissional e o local de trabalho. [...] Tenho a missão de conhecer os interesses individuais dos funcionários e transformá-los em benefícios coletivos. Isso mantém um bom ambiente e assegura a produção (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] o bom profissional é aquele que se mantém competitivo sem abrir da mão da sua vida pessoal. [...] O grande aliado do profissional moderno é a agenda, pois ter qualidade de vida é uma questão de gestão (ZERO HORA, 21/10/2012, p. 3).

[...] Ao desenvolver pontos fracos de seu comportamento e conhecer mais sobre limites e potencialidades, Caroline descobriu-se como uma líder interessada e comprometida. Além de subir de posto e ganhar novas responsabilidades, passou a ajudar os colegas a modificar suas posturas diante da clientela (ZERO HORA, 25/03/2012, p.3).

Temperamento interfere na atuação do profissional: mistura de comportamentos na empresa é fundamental para a construção de uma equipe mais completa (ZERO HORA, 25/08/2013, p. 3).

Nos trechos citados acima se observa que no discurso a vida profissional está estritamente ligada ao lado pessoal, em um processo crescente de indiferenciação entre as duas esferas. Por isso aparece a questão da gestão da qualidade de vida, pois o indivíduo é chamado a virar-se por si mesmo, e a gerir-se tal qual uma empresa.

5.2.2 Atitude

As exigências no mercado de trabalho também recaem na questão da tomada de atitude em relação às situações do cotidiano profissional. Abaixo seguem dois trechos que abordam essa questão:

[...] Conciliar as habilidades da relação interpessoal e da organização de projetos não é tarefa simples. A missão depende muito da personalidade do profissional (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] A tão desejada competência é fruto de conhecimento, de habilidade e de atitudes. O conhecimento você adquire a partir do estudo. As habilidades são desenvolvidas por meio da destreza, do treino, da prática continuada. Mas o que realmente faz a diferença são as atitudes (ZERO HORA, 14/04/2013, p.3).

[...] Quando alguém olha com admiração para o seu chefe e almeja um dia ser como ele, isso é motivação em sua essência. Em uma época conectada, de superexposição, o comportamento ganha destaque, pois mais importante do que atingir um resultado é a forma como se age para conquistá-lo (ZERO HORA, 25/11/12, p. 3).

Conforme observado, argumenta-se que as exigências do mercado de trabalho invadem a esfera pessoal, e centram-se cada vez mais na dimensão comportamental. Por isso há uma exigência crescente da questão do desenvolvimento pessoal.

5.2.3 Confiança, compreensão e lealdade

Se as exigências encontram-se mais no nível de comportamento, outras questões importantes, como confiança, compreensão e lealdade, surgem como princípios que orientam as relações. Por exemplo:

Nunca prometa o que não pode cumprir e conquiste a confiança da sua equipe. Saiba expressar as suas ideias e certifique de ser compreendido (ZERO HORA, 25/11/2012, p.3).

[...] É preciso aprender a diferença entre aliados e inimigos e saber quem são aqueles que vão permitir levar a sua carreira um passo adiante (ZERO HORA, 23/06/13, p. 3).

“respeite e aprecie suas origens (...) cultive também seus amigos – não estou falando de networking” (ZERO HORA, 14/04/2013, p.3).

Com o declínio da hierarquia dos postos profissionais, a confiança e a compreensão são requeridas, assim como a lealdade. Esses aspectos subjetivos passam a integrar as relações profissionais, que podem se travestir de noções de amizade. Na última citação acima há, inclusive, uma orientação para que os indivíduos saibam cuidar e diferenciar suas relações.

5.2.4 Adaptabilidade e colaboração

O jornal difunde também a necessidade de adaptação e de colaboração, conforme trechos citados abaixo:

[...] – É preciso adaptar o diálogo de acordo com o público. Como profissional hábil em comunicação, o gerente deve saber ser formal quando necessário e informal quando oportuno (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5)

[...] mais do que comandar, colabore. O sistema antigo de exercer poder sobre as pessoas pela imposição da vontade do gestor está com os dias contados (ZERO HORA, 25/11/2012, p. 3).

[...] ser flexível a mudanças e adaptar-se as situações novas. Buscar constante qualificação e capacitar-se ajuda a não ser pego de surpresa. Também é importante saber tirar proveito da situação, pois é nas crises que evoluções ocorrem mais rápido (ZERO HORA, 25/03/2012, p. 3).

A comunicação, e mais precisamente "o ser compreendido" relaciona-se com o diálogo e adaptação à diversidade de situações e ao tipo de público. Uma particularidade observada é a ênfase na qualificação do profissional⁴².

5.2.5 Autocontrole

O controle das emoções, atingir o equilíbrio emocional por meio da racionalização dos sentimentos e das situações, é também um elemento fundamental dos discursos analisados. Abaixo seguem trechos que abordam esta questão:

⁴² Algo que também aparece na fala do editor entrevistado o qual argumentou que, em sua opinião é necessário um trabalhador "capacitado, dedicado, em constante qualificação".

[...] Cuidados com a saúde emocional: não leve as preocupações do trabalho para casa, nem os problemas de casa para o trabalho; evite se sobrecarregar: planeje o seu dia, elegendo prioridades e avaliando-as; mantenha-se calmo diante das cobranças, racionalizando e objetivando para não levar para o lado pessoal; baixe a ansiedade, fazendo um diário das preocupações e possíveis soluções; seja proativo, não deixe para depois o que você pode fazer agora (ZERO HORA, 21/10/2012, p. 3).

[...] Como lidar com emoções no trabalho: aprender a administrar impulsos e sentimentos é tão importante como ter qualificações técnicas (ZERO HORA, 27/05/2012, p.2).

[...] Excelente currículo, habilidades técnicas e experiência na área. Tudo isso pode ir por água abaixo se a pessoa não souber lidar com as emoções (próprias e dos outros) no ambiente de trabalho. Especialistas são unânimes ao afirmar que é muito difícil separar a vida pessoal da profissional, mas também concordam que é possível aprender a gerenciar os impulsos para driblar as adversidades que surgirão ao longo de sua carreira: - Quando vamos trabalhar, levamos tudo o que está de bom e o que não está. Por isso é importante desenvolvermos uma 'atenção amorosa' em relação a nós mesmos e depois elaborarmos nossos sentimentos – analisa Denise Aerts (ZERO HORA, 27/05/2012, p.2).

[...] A conduta competitiva do mercado acelera as emoções, por isso, é preciso saber controlar a ansiedade. [...] A impulsividade é outro erro comum nos dias atuais. Com baixo controle das emoções, há muitas pessoas que têm dificuldades de manter os laços profissionais porque são ansiosas e pouco pacientes (ZERO HORA, 25/03/2012, p. 3).

[...] o autocontrole dessa emotividade é o primeiro passo para atitudes intempestivas. [...] – No momento em que a pessoa identifica de onde vem seu ímpeto de agressividade ou de hipersensibilidade, pode racionalizar e usar isso a seu favor. Essa é a diferença entre resistência e resiliência. É quando, além de não sucumbir às emoções, a pessoa as transforma positivamente (ZERO HORA, 27/05/2012, p.2).

A inteligência emocional é maior nos profissionais assertivos porque são pontuais na solução de conflitos, focam na solução e não o problema, têm um modelo mental baseado em crenças reais e otimistas, usam a razão para avaliar suas emoções e decidir qual é o melhor pensamento, qual é a emoção adequada e qual comportamento devem adotar em cada situação. São pessoas que sabem o que querem na vida e têm uma mente focada no sucesso e não no fracasso, porém, sabem avaliar as ameaças e transformá-las em oportunidades (ZERO HORA, 27/05/2012, p.2).

[...] Mente e emoções: esse é o aspecto da vida que contempla o mundo dos valores, do caráter, da ética e da moral. Ainda que você não tenha se encontrado dentro de nenhuma doutrina específica, sua crença particular está dentro de você. Mesmo para o agnóstico, seu cérebro é seu refúgio (ZERO HORA, 14/04/2013, p.3).

[...] lembre-se: quando o outro (chefe ou colega) estiver em conflito com você, estimule-o a passar pelos oito passos para expressão das emoções e você seja aberto para ouvir o feedback (ZERO HORA, 27/05/2012, p.2).

[...] – Não se pode deixar a emoção tomar conta, pois trabalhar é um processo racional (ZERO HORA, 21/10/2012, p.3).

Controle dos impulsos e da ansiedade, da emotividade e da agressividade, transformar as emoções negativas em positivas, são parte integrante de uma espécie de receituário no qual se observa a questão do utilitarismo presente na racionalização das emoções que, por sua vez, é ressignificada e chamada de inteligência emocional. A importância do saber dar e receber feedback também pela questão do autocontrole é um elemento a mais no sentido indicado. Observa-se que a racionalização das emoções e o autocontrole são objetivos que podem ser atingidos independentemente de adesões doutrinárias (como o caso de uma crença religiosa), pois aparece atrelados a questão dos valores, da moral e da ética centradas na dimensão individual.

5.2.6 Autoconhecimento e aprendizado constante

Para atingir o autocontrole, a inteligência emocional, é preciso autoconhecer-se. Abaixo seguem trechos que desdobram essa questão, e apontam outras tais como fazer cursos diversos e atividades de lazer.

Sua carreira não é construída apenas pelo seu dia a dia no trabalho. É, na verdade, fora dele que você se projeta. Para auxiliar o processo de descoberta de sua vocação você deverá investir em conhecimento e autoconhecimento (...). Assista a filmes, vá ao cinema, ao teatro, a shows, bares, museu, exposições. Aprenda uma nova palavra em outro idioma todos os dias e faça cursos diversos, desde especializações em sua área, até culinária, massagem e pintura (ZERO HORA, 14/03/2013, p. 3).

[...] A palavra-chave é autoconhecimento. A desacomodação vem a partir da atitude individual, passando pela tomada de consciência e mudança. Então, para melhor pensar sobre o que é preciso mudar, a dica é ler livros, revistas e intensificar os contatos na rede de relacionamentos. Também é importante oferecer-se sempre para colaborar em outras funções, mostrando atitude proativa (ZERO HORA, 25/03/2012, p.3).

[...] profissionais que sonham em ser freelancers precisam se conhecer e programar a carreira. [...] Profissional deve se conhecer e saber onde pode render mais. [...] Em relação à rotina de trabalho, a psicóloga defende que o mais importante é o profissional se conhecer e saber o que mais funciona para o seu perfil (ZERO HORA, 18/08/2013, p.5).

[...] Com o início da carreira, muitas pessoas param de estudar. O ideal é buscar cursos de aperfeiçoamento naquilo que se quer investir, como ferramentas de informática, outro idioma ou experiências internacionais. Investimento em qualificação ajuda a ver a carreira com outros olhos e diferencia o profissional no mercado. Quem não se atualiza acaba se acomodando na função, não aceitando desafios e ficando mais resistente a mudanças (ZERO HORA, 25/03/2012, p.3).

[...] busque o autoconhecimento, pois só olhando para dentro é que o líder saberá como agir com os parceiros e os seus limites (ZERO HORA, 25/11/2012, p. 3).

[...] o grande desafio do mundo corporativo é estar sempre aberto a novas oportunidades e transformar deficiências em habilidades. Sem aprendizado, [...] não há evolução (ZERO HORA, 25/03/2012, p.3).

O desenvolvimento profissional passa pelo desenvolvimento pessoal que deve ser buscado fora do trabalho. É importante autoconhecer-se para desenvolver-se profissionalmente. Para tanto, é necessário uma atitude proativa e disponibilidade de fazer algo novo, tanto em nível de qualificação profissional quanto de aquilo que agrega qualidades ao indivíduo. De acordo com alguns trechos acima, o autoconhecimento além de ser importante para o desenvolvimento profissional, ajuda a “libertar” o líder que há em cada sujeito.

5.2.7 Esporte, equipe e competição

As subcategorias citadas abaixo enfatizam a importância do esporte em equipe, da competição para os profissionais de empresas como forma de fornecer integração, diálogo e da competição como algo positivo.

[...] já sou bicampeão do torneio que a empresa promove. Isso me ajuda a ser mais conhecido e a interagir com pessoas que de outra forma eu não teria contato – conta Gabriel (ZERO HORA, 21/10/2012, p.3).

Michael Waller, diretor da CyberSul, conta que a empresa promove 28 eventos de confraternização por ano. Ações como essas, além de influenciar no bem-estar das equipes, integram e ajudam a reter talentos – destaca Waller. Com o olhar atento a saúde dos colaboradores, ao perceber a movimentação dos funcionários para formar um grupo de corrida, a Dell Brasil resolveu incentivar a ação e montou um complexo com pista feita de material profissional e vestiários apropriados [...] – Estamos sempre atentos a qualidade de vida de nossos funcionários. Além do suporte para a equipe de corrida, temos o maior cuidado com outros aspectos, o que se percebe são melhorias relativas a doenças ocupacionais [...] (ZERO HORA, 21/10/2012, p. 3).

Nos exemplos citados acima, a competição em equipe aparece como algo positivo que incentiva os profissionais, propiciando integração, e uma melhoria em relação à saúde dos trabalhadores.

5.2.8 Qualidade de vida

Enfatiza-se ainda a questão da saúde atrelada à qualidade de vida.

Alimente-se bem, fazendo ao menos, quatro refeições diárias. Beba dois litros de água por dia e durma o número de horas que seu corpo solicita. Procure estabelecer uma regularidade em seus horários e pratique um esporte que lhe seja agradável. Além disso, obrigue-se a um check up anual (ZERO HORA, 14/04/2013, p.3).

[...] Apesar da turbulenta vida moderna, especialistas garantem que é possível, sim, ter sucesso profissional sem abrir mão da qualidade de vida (ZERO HORA, 21/10/2012, p. 3).

Cuidados com a saúde física: faça caminhadas ao ar livre; aproveite o horário de verão para curtir mais o final da tarde; faça exercícios de alongamento ou pilates para proteger a coluna; tenha uma alimentação saudável, sem pular refeições e evitando excessos; crie uma rotina de lazer; faça check-ups regularmente; inove sua rotina, faça um curso que você sempre quis, mas sempre adiou ou se inscreva em uma academia; curta seu animal de estimação; planeje suas férias (ZERO HORA, 21/10/2012, p. 3).

Cuidados com o corpo, tais como alimentação regrada e saudável, assim como com a saúde física, associados à adesão a uma rotina de exercícios físicos são difundidos pelo discurso analisado. A importância de ter um animal de estimação e de planejar as férias também faz parte dele.

5.3 Dedicção completa ao trabalho

Nesta segunda grande categoria observam-se as seguintes subcategorias: trabalho em equipe; estar conectado; iniciativa e identidade com a empresa.

5.3.1 Trabalho em equipe

Esta dimensão é difundida amplamente pelo discurso em análise. O trabalhador é chamado também a ter um bom desempenho em equipe.

[...] é melhor criar um ambiente de opções, onde os seus colegas sejam legais por opção e não por imposição (ZERO HORA, 23/06/2013, p.3).

[...] Na avaliação do coach Homero Reis, as alianças corretas podem impulsionar uma carreira em qualquer estágio. [...] No mundo corporativo o

profissional precisa aprender a diferenciar quem serão as pessoas capazes de ajudá-lo no caminho do sucesso e saber trabalhar em equipe (ZERO HORA, 23/06/2013, p. 3).

[...] é preciso conhecer profundamente cada um que está trabalhando ao seu lado, a fim de que se possa extrair o melhor das pessoas em benefício do todo. É preciso montar equipes baseadas na confiança e na diversidade de experiências (e habilidades) de seus membros e saber orientá-los estrategicamente (ZERO HORA, 23/06/2013, p.3).

[...] Um time unido é mais poderoso do que profissionais que atuam por si só – destaca Reis. [...] O poder é fruto da união. Um time unido é mais poderoso do que indivíduos que trabalham por si só. Você deve escolher pessoas que são apaixonadas pelo que fazem e que estão focadas no mesmo objetivo que você (ZERO HORA, 23/06/2013, p.3).

Nos trechos acima se tem a argumentação referente à importância do ambiente de trabalho positivo, em que haja um clima adequado de cooperação entre os trabalhadores e a relevância de uma equipe leal e comprometida.

5.3.2 Estar conectado

Na presente subcategoria são enfatizadas as seguintes questões: acompanhar o desenvolvimento da tecnologia e utilizar moderadamente as redes sociais, assim como saber dar e receber feedbacks e estabelecer uma rede de contatos.

[...] A tecnologia está aí para servir aos profissionais, e deve-se saber tirar proveito disso. Antes das ferramentas, devem vir as pessoas, principalmente nas redes sociais. É preciso evitar superexposição e ter cuidado com as informações publicadas nesses espaços (ZERO HORA, 25/03/2012, p. 3).

[...] dar e receber feedbacks é uma forma de desenvolvimento profissional que não é a simples crítica pela crítica, mas que visa a tornar um profissional mais capacitado e melhor relacionado. Quem aponta erros geralmente ajuda a crescer. O compartilhamento de informações é importante para que o grupo se desenvolva como um todo (ZERO HORA, 25/03/2012, p. 3).

[...] Reforce sua rede de contatos, pois os primeiros trabalhos contratados vão depender essencialmente das pessoas que você conheceu no mercado de trabalho (ZERO HORA, 18/08/2013, p.5).

[...] o personagem mais influente da série é a Aranha. Seu nome real é Varys, ele é conhecido pelas suas maneiras de conseguir os segredos de qualquer um, por mais enterrados que estejam. [...] Costumava ser um pedinte, mas construiu a sua influência com o tempo e passou a contar com

os seus 'passarinhos' pessoais que trocam informações com ele. Varys é a sua inspiração para construir um networking promissor que pode gerar muitas oportunidades (ZERO HORA, 23/06/2013, p. 3)⁴³.

A questão da tecnologia aparece nos fragmentos acima citados, enfatizando o uso moderado das redes sociais para que o indivíduo evite a superexposição. Outro ponto mencionado positivamente é o de dar e receber *feedbacks*. Reter informações para si é qualificado negativamente. Ademais, saber construir uma rede de contatos aparece como algo crucial ao indivíduo.

5.3.3. Iniciativa e identidade com a empresa

Ter iniciativa, identificar a cultura da empresa para conferir identidade ao seu modo de agir são aspectos importantes que surgem nos trechos abaixo:

[...] Um passo primordial para conquistar funcionários é saber diferenciar conhecimento técnico de liderança (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

A questão da iniciativa pessoal aparece ligada ao comportamento de liderança, sendo, portanto diferenciado da qualificação que aparece associada ao conhecimento.

5.4 A autorrealização por meio do trabalho

Na terceira categoria, tem-se a autorrealização por meio do trabalho observam-se trechos em que este é visto como meio de prazer, seguem abaixo trechos:

[...] descobrir o prazer no trabalho é o primeiro passo para atingir a harmonia em todas as áreas [...]. Foi justamente para unir o útil ao agradável, que a pedagoga Roselaine Peres, 49 anos, trocou a experiência de duas décadas trabalhando no setor de recursos humanos de uma empresa privada para se tornar contadora de história em tempo integral (ZERO HORA, 14/04/2013, p.3).

⁴³ Essa reportagem intitulada "torne-se o rei da própria carreira" é alusiva ao seriado "The Game of Thrones" (o seriado possui oito dinastias que buscam comandar as demais casas, por meio da obtenção do reinado) argumenta-se que os temas da série podem ser relacionados com a vida profissional.

[...] Qualidade de vida não é trabalhar pouco ou sem pressão, porque isso não existe para quem quer ter progressão na carreira, mas estar feliz com o que produz (ZERO HORA, 14/04/2013, p. 3).

[...] no curso que ministramos para auxiliar profissionais na execução de novos projetos, buscamos ajudá-los a buscar atividades que tragam felicidade. Só dessa forma é possível se sentir completo. Se não for assim, haverá sempre aquele conflito: quando está no trabalho quer estar em casa e vice-versa. E acaba não aproveitando nem uma coisa, nem outra (ZERO HORA, 14/04/2013, p. 3).

[...] Como um equilibrista, o profissional de sucesso precisa manter todos os aspectos da vida em constante movimento para atingir a plenitude também no aspecto pessoal. E isso envolve uma série de fatores, entre os quais, família, amigos, saúde, lazer, finanças, e emoções (ZERO HORA, 14/04/2013, p. 3).

[...] A opção por ser freelance seguiu o critério da liberdade de não ter vínculos com nenhuma empresa e poder decidir o que e como fazer. Para Rosa, o mais importante é fazer o que gosta (ZERO HORA, 18/08/2013, p. 5)

[...] Zero Hora – O sucesso na carreira está diretamente ligado ao prazer que o profissional sente em exercer sua atividade? Stefan Sagmeister – No meu caso, isso é uma verdade. Também posso dizer que sinto que meu trabalho tem um propósito quando percebo que ele ajuda ou torna outras pessoas felizes (ZERO HORA, 19/05/2013, p. 5).

[...] Você deve escolher pessoas que são apaixonadas pelo que fazem e que estão focadas no mesmo objetivo que você (ZERO HORA, 23/06/2013, p. 3).

[...] o gestor deve liderar mudanças e promover melhorias para que as pessoas possam executar as tarefas e, ao mesmo tempo, encontrar satisfação no trabalho (ZERO HORA, 25/11/12, p.3).

[...] – Porque as pessoas buscam trabalhos voluntários? Porque querem se realizar pessoalmente [...] (ZERO HORA, 27/05/2012, p.3).

O trabalho aparece como central para realização pessoal nas demais esferas da vida do sujeito. Argumenta-se que é por meio dele e do equilíbrio das demais esferas, tais como a família e os amigos, que o indivíduo pode autorrealizar-se. A qualidade de vida também passa a estar associada à felicidade e ao prazer no trabalho desempenhado. A autonomia individual é veiculada como condição de possibilidade da realização profissional. Gostar do que faz, ou ainda ser feliz no trabalho é duplamente positivo: por um lado o argumento é que o indivíduo se autorrealiza, por outro lado, é que também é importante para o empregador, porque ele não precisaria oferecer motivos para o engajamento do trabalhador.

5.5 Profissional autônomo

No que tange a este grupo apreenderam-se as seguintes categorias: flexibilidade de horário; autonomia; possuir rede de contatos e postura empreendedora.

[...] o frila [freelance] também não segue a dica de se vestir para o trabalho mesmo em casa e dá prioridade à flexibilidade de horários e de vestuário (ZERO HORA, 18/08/2013, p. 5).

[...] O professor de MBA em Gerencia de Projetos da Universidade do Vale do Itajaí Ovídio Felipe da Silva Junior acredita que há uma tendência no mercado de novas relações de trabalho e uma delas seria o profissional autônomo ou freelancer. E acrescenta que atualmente grande parte das indústrias já terceiriza seus processos e nem sempre porque significa gastos menores (ZERO HORA, 18/08/2013, p. 5).

[...] é preciso planejamento e conhecer exatamente como funciona o trabalho. Ele explica que é fundamental o profissional autônomo se programar para separar uma quantia para uma previdência privada e para emergências como médicos, já que não terá vínculos empregatícios (ZERO HORA, 18/08/2013, p. 5).

[...] Quem quer ser um profissional autônomo deve ter muita dedicação, não pode fazer só pelo dinheiro, porque requer muito trabalho (ZERO HORA, 18/08/2013, p. 5).

Nesta categoria observa-se a ênfase na adesão à própria carreira, por meio da apresentação de motivos pelos quais isso seria vantajoso de alguma forma para o indivíduo. Entre as vantagens apresentadas, tem-se a questão da liberdade de fazer o que se gosta; e a possibilidade de organizar seu próprio tempo e espaço e de vestir-se de forma confortável. Um aspecto que aparece é a responsabilidade do trabalhador em cuidar de sua proteção social e a importância de se organizar para dispor de benefícios quando for preciso.

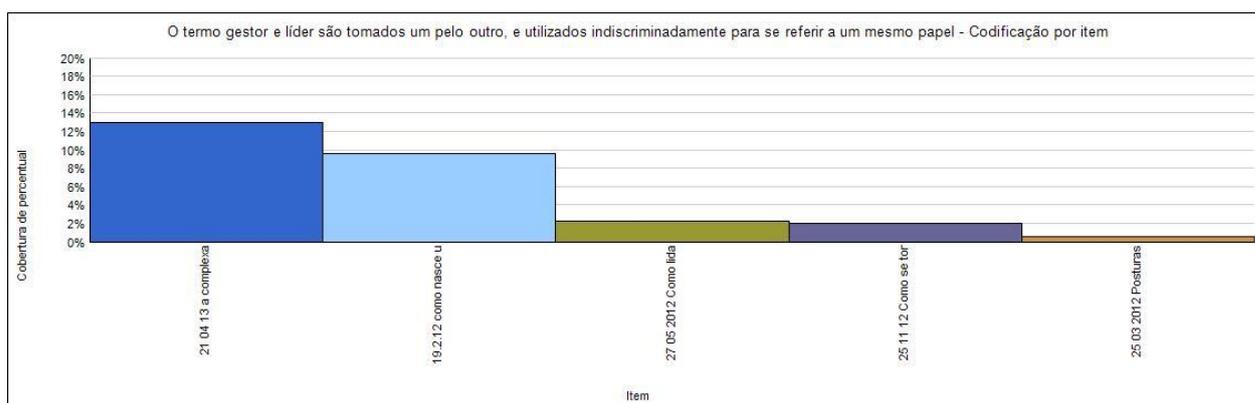
5.6. A discussão das hipóteses

Com base na revisão teórica realizada e no procedimento de leitura flutuante dos textos do jornal, foram elaboradas originalmente hipóteses de estudo. A primeira hipótese consistia no argumento de que o termo gestor e líder são tomados um pelo outro e utilizados como sinônimo para se referir ao mesmo papel. A segunda hipótese colocada era que a noção de empregabilidade – e de manter-se empregável – não estaria associada ao trabalho em si, mas sim a manter-se

envolvido, mobilizável, através do desenvolvimento das habilidades e equilíbrio emocional.

O gráfico A apresentado abaixo apresenta dados favoráveis à primeira das hipóteses. Em cada coluna (correspondente a uma data de publicação da reportagem) apresenta-se a frequência em que a questão colocada na primeira hipótese aparece. A hipótese apresentou respaldo em 20% das reportagens totais. Na reportagem A (21/04/2013) a hipótese cobre 12,96%, na reportagem B (19/02/2012) a cobertura é de 9,67%. Na reportagem C (27/05/2012) a hipótese cobre 2,26%, a reportagem D (25/11/2012) a hipótese cobriu 2,00% e na reportagem E (25/03/2012) o percentual coberto pela hipótese é de 0,60%. Abaixo do gráfico A são reproduzidos trechos extraídos das reportagens que ilustram e reforçam o argumento sustentado na hipótese.

Gráfico A: cobertura da hipótese 1 nas reportagens



[...] Enquanto um gerente tem mais facilidade para ordenar a papelada, outro demonstra maestria no dialogo com os empregados. Independentemente da habilidade do gestor, as duas virtudes precisam coexistir (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] Crescer profissionalmente, em grande parte dos casos, significa assumir um cargo de gestão. Mas nem todos têm o perfil ou estão preparados para ser chefe no momento em que a promoção vem. Se esse líder não estiver atento, pode interromper a evolução de uma carreira em ascensão e, ainda, comprometer os resultados da equipe que encabeça (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] O modo de fazer diferencia o simples gestor do líder inspirador (ZERO HORA, 25/11/2012, p. 3).

[...] Em primeiro lugar, o gestor precisa ser honesto. Aquele que promete promoções, aumentos e não cumpre perde créditos com o funcionário ao frustrar suas expectativas. Além disso, precisa ser capaz de perceber cada pessoa com suas singularidades, para melhor distribuir as tarefas. [...] O gestor deve liderar mudanças e promover melhorias para que as pessoas

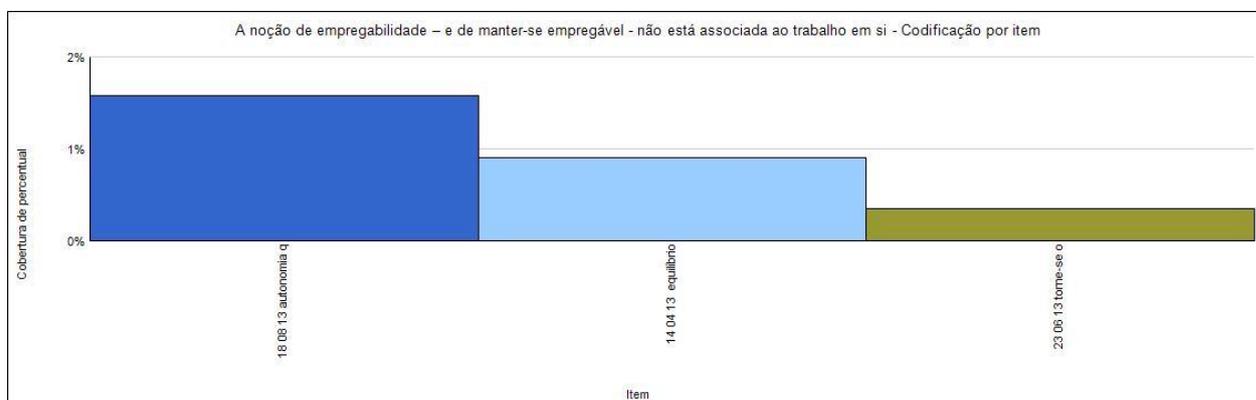
possam executar as tarefas e, ao mesmo tempo, encontrar satisfação no trabalho. [...] Ciente disso, a Dell Brasil implementou um programa que oportuniza a troca de práticas entre gerentes que recém assumiram tais funções. A questão da liderança inspiradora é um dos temas abordados (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] Em outras palavras, o administrador de equipes precisa ser um funcionário multifuncional, atento às mudanças de mercado e exímio conhecedor das atividades profissionais. Reunir tudo isso em uma pessoa parece complicado, mas nada que determinação e força de vontade não possam resolver. Para Monalisa, um líder não precisa nascer com todas essas habilidades (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] Papel do líder e um ambiente de trabalho favorável: O gestor pode estimular emoções positivas nas pessoas com quem trabalha. Pode ser feito por meio do reforço positivo ao bom desempenho, usando o elogio sincero e verdadeiro e fazendo as pessoas se sentirem importantes porque são incluídas, competentes, porque são ouvidas e aceitas em suas necessidades pessoais e profissionais (ZERO HORA, 27/05/2012, p.2).

O gráfico B, ao modo como foi colocado no caso anterior, apresenta dados favoráveis à segunda das hipóteses. Cada coluna traz como informação a frequência em que aparece a questão colocada na segunda hipótese. Essa hipótese encontrou respaldo em 2% do total das reportagens. Desse modo, a hipótese 2 cobriu 1,58% na reportagem F (18/08/2013), na reportagem G (14/04/2013) a cobertura foi de 0,90%, e na reportagem H (23/06/2013) o percentual de cobertura foi de 0,35%. Na continuação do gráfico B são reproduzidos trechos extraídos das reportagens que ilustram e reforçam o argumento sustentado nessa hipótese.

Gráfico B apresentando a cobertura da categoria nas reportagens sobre a hipótese 2



[...] Além de me sentir muito mais feliz agora, ainda consigo organizar melhor meu tempo. Dessa forma, passei a ter mais disponibilidade para a

minha vida autonomia para escolher trabalhos que tenham a ver com os meus valores (ZERO HORA, 14/04/2012, p.3).

[...] Profissionais que sonham em ser freelancers precisam se conhecer e programar a carreira [...]. Algumas empresas têm limites de crescimento para o profissional. Sendo um freelancer, a capacidade e o limite é você mesmo. Você é seu chefe, seu presidente e seu funcionário (ZERO HORA, 18/08/2013, p.5).

[...] Mas somos os reis da nossa própria carreira, que também pode mudar ao longo do caminho. Nossos objetivos não são fixos, dependem das circunstâncias e das oportunidades – analisa Beatriz Garcea, da equipe de conteúdo da rede de colaboração universitária (ZERO HORA, 23/06/2013, p.3).

Com base nos trechos extraídos do jornal⁴⁴ argumenta-se que existem elementos confirmatórios das hipóteses formuladas. Em relação à primeira hipótese, o termo gestor e líder são tomados um pelo outro e utilizados indiscriminadamente para se referir ao mesmo papel. Desse modo, constatou-se que ainda há uma indiferenciação no tratamento de termos, que historicamente estariam associados a contextos determinados⁴⁵. Cabe ressaltar que considerando todas as reportagens analisadas encontraram-se apenas duas menções que apontam uma diferenciação “o simples gestor [...] do líder inspirador” (25/11/2012, p. 3); e “[...] mais do que comandar, colabore. O sistema antigo de exercer poder sobre as pessoas pela imposição da vontade do gestor está com os dias contados” (25/11/2012, p. 3).

Em relação à segunda hipótese, a saber, a noção de empregabilidade estar hoje vinculada a noções de mobilidade e de habilidades e equilíbrio emocional mais do que ao trabalho desempenhado, existem também elementos favoráveis a sua confirmação. Em outras palavras, as exigências tanto para manter-se quanto para entrar no mercado de trabalho recaem ao nível do comportamento, ou seja, da subjetividade envolvendo um “saber-ser”. Na próxima seção apresenta-se uma interpretação dos resultados obtidos.

5.7 Virtudes e dimensões do espírito do capitalismo

⁴⁴ Em anexo encontram-se todos os trechos que sustentam ambas as hipóteses. Aqui só foram colocados alguns deles de forma mais ilustrativa.

⁴⁵ O termo gestor está associado ao modelo de administração adotado pelo fordismo, ao passo que o termo líder está ligado ao contexto dos anos 1980 em diante, e remete a outro tipo de organização da empresa, do modo gerir os negócios, e o processo de trabalho.

Com base nos dados descritos acima, apresenta-se uma interpretação dos mesmos, com ênfase na questão das virtudes e das dimensões do novo espírito do capitalismo.

Em relação à revisão de literatura realizada podem ser anotadas algumas virtudes que remetem às treze virtudes burguesas elencadas por Benjamin Franklin e registradas por Sombart como, por exemplo, tenacidade, decisão e humildade. Estas últimas virtudes, particularmente, podem ser reencontradas nas subcategorias. Confiança, compreensão e lealdade podem ser relacionadas com a questão da humildade, já a atitude e o incentivo a possuir uma rede de contatos relacionam-se com a tenacidade e decisão. Isso mostra que o capitalismo também se reconfigura na sua dimensão simbólica, o que pode supor o retomar de velhas dimensões e a adição de novas.

Com base no quadro do novo espírito do capitalismo, as categorias e subcategorias encontradas neste estudo foram agrupadas nas três dimensões do espírito do capitalismo conforme a tabela adaptada abaixo. A primeira coluna mostra as três dimensões do espírito do capitalismo: estimulante; justiça/bem-comum; e garantia. Na segunda coluna encontra-se o terceiro espírito do capitalismo, conforme as características elencadas por Boltanski e Chiapello (2009) e na terceira coluna estão às subcategorias do presente estudo.

Quadro 5. Terceiro Espírito do Capitalismo e classificação das subcategorias

Dimensões do Espírito do Capitalismo	Terceiro espírito do capitalismo	Classificação das subcategorias
Estimulante	Não mais chefes autoritários Organizações difusas Inovação e criatividade Mudança permanente	Confiança, compreensão e lealdade; esporte, equipe e competição; iniciativa e identidade com a empresa; trabalho como meio de prazer.
Justiça/bem-comum	Nova forma de meritocracia valorizando mobilidade, capacidade de alimentar uma rede,	Adaptabilidade e colaboração; trabalho em equipe; estar conectado;

	cada projeto é uma oportunidade de desenvolver sua empregabilidade.	flexibilidade de horário; profissional autônomo, freelance; possuir rede de contatos; e postura empreendedora.
Segurança	Para os móveis e adaptáveis, os únicos que sabem como gerenciar a si mesmos. Empresas fornecerão treinamento motivacional	Atitude; Pessoal e profissional se fundem; Autocontrole; Autoconhecimento e aprendizado constante; e qualidade de vida.

Fonte: Chiapello e Fairclough (2002) - tradução livre da autora. Adaptado.

Da categoria *desenvolvimento pessoal* é o motor do desenvolvimento *profissional* as subcategorias que dizem respeito à dimensão estimulante, são: confiança, compreensão e lealdade; esporte, equipe e competição.

Em relação à dimensão justiça/bem-comum, as subcategorias que lhe correspondem são adaptabilidade e colaboração. Na dimensão garantias encontram-se as seguintes subcategorias: atitude; pessoal e profissional se fundem; autocontrole; autoconhecimento e aprendizado constante e qualidade de vida.

A segunda categoria, *dedicação completa ao trabalho* está subdivida da seguinte maneira: na dimensão estimulante iniciativa e identidade com a empresa e na dimensão justiça/bem-comum: trabalho em equipe e estar conectado.

A terceira categoria, *autorrealização por meio do trabalho* ocupa a dimensão estimulante.

Por fim, em relação à quarta categoria, *profissional autônomo*: apreenderam-se as seguintes categorias: flexibilidade de horário; profissional autônomo, freelance; possuir rede de contatos; e postura empreendedora está centrada na dimensão justiça/bem-comum.

Conforme os dados apresentados observam-se, que por um lado os discursos enfatizam o desenvolvimento pessoal como o motor do desenvolvimento profissional valoriza a dedicação completa ao trabalho associada como meio de prazer e felicidade. Ademais os discursos veiculados também incentivam a adesão à própria carreira e o trabalho autônomo. Quando comparado com o quadro da

evolução dos quesitos no início da década de 2000, constata-se que ainda há certa ênfase na qualificação profissional, mas as exigências evoluem e estão direcionadas para o lado pessoal, para o comportamento dos indivíduos. Nota-se que a disposição para assumir riscos e adaptar-se mantem-se no discurso do jornal desde o começo da década de 2000, assim como o desejo de investir em si (aprender o tempo todo, capacidade de trabalhar em equipe, comunicação, ética nas relações, bom humor, e criatividade).

Questões que apareciam separadamente no jornal - tais como: conhecimento técnico; capacidade de liderança; entendimento do negócio; organização de ideias e planejamento; visão ampla, abrangente e comprometida com estratégia em longo prazo; capacidade de conexão de conhecimentos, ousadia; e entusiasmo - foram reagrupadas e são atributos de um determinada atividade, qual seja, a de liderar. Duas questões que desaparecem no começo da segunda década de 2000 são o pensamento crítico e a responsabilidade social. Ao que tudo indica, parece que se passou mesmo da empresa para o indivíduo, principalmente em relação ao segundo conceito.

A valorização da segurança no emprego vem sendo perdida gradativamente, ao passo em que é difundida positivamente a questão do envolvimento completo com a atividade a ser desempenhada. Embora seja veiculada nas reportagens analisadas, a questão da lógica compensatória, em que o indivíduo deve fazer o que gosta, o caderno utiliza a palavra emprego. A mudança de nome do caderno é chamativa, pois o nome reafirma a ideia do emprego - o que nos leva a pensar em trabalho socialmente protegido -, enquanto o discurso veiculado inclina-se ao incentivo do indivíduo, cada vez mais saber virar-se por si mesmo, em uma época em que não há garantias de emprego estável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo moderno percebeu a importância da dimensão subjetiva do trabalho e passou a investir na mesma. O trabalho possui uma dupla verdade, a saber, a verdade objetiva e a subjetiva. A primeira refere-se à compensação salarial, ao emprego, e a segunda refere-se à valorização da dimensão subjetiva, deslocando o interesse do trabalhador para o enriquecimento das tarefas que faz com o mesmo colabore para sua autoexploração (BOURDIEU, 2001). Conforme se viu com Bourdieu, a administração moderna concede aos trabalhadores a organização de seu trabalho, mas ao mesmo tempo reserva para si o controle do lucro. Essa liberdade dos trabalhadores é a condição de exploração, pois para o autor, o bem-estar do trabalhador é aumentado e o interesse do ganho externo, o salário, é deslocado para aquilo que Bourdieu chama de ganho intrínseco, ou seja, o enriquecimento das tarefas.

A verdade objetiva não está ligada apenas ao salário, mas também ao desemprego e à precariedade. Dito isto, o discurso gerencial precisa fazer um exercício de dissimulação (BOURDIEU, 2001). Os discursos gerenciais são, aliás, os responsáveis por divulgar as novas estratégias de manipulação que consistem, por exemplo, no estímulo à inovação constante, ao autocontrole, e ao autoconhecimento.

Com a crise da ética do trabalho houve uma oscilação temporária dos valores que conferem sentido ao trabalho conforme foi visto com Gaulejac e Ehrenberg (2007; 2010), assim ora esse conteúdo fora preenchido pelo consumo, ora por temas ligados à vida privada. No entanto, foi com a crise das instituições, da empresa como modelo rígido, piramidal e burocrático; e do Estado de bem-estar social que houve uma reunião e ressignificação pela mídia de três posições sociais; o esportivo, o do consumo e o empresarial, em formato de discurso. Ergue-se uma nova matriz de valores, em que a empresa e o executivo o qual é o tipo ideal de Boltanski e Chiapello, passam a ser o modelo, e em que empreender e assumir riscos está estritamente ligado ao desenvolvimento pessoal, que por sua vez, está diretamente relacionado à realização profissional. Para Boltanski e Chiapello (2009) esse novo *ethos* surgiu da crise das instituições do capitalismo da era fordista, e, sobretudo, da crítica estética direcionada ao conteúdo do trabalho, que fora, por sua vez, incorporada em parte e transformada em novo marco normativo, reunido em

torno do discurso gerencial. O espírito do capitalismo observado no Rio Grande do Sul não se dissocia do *ethos* do provedor de família, e este último relaciona-se historicamente com uma característica do trabalho a nível nacional.

O discurso gerencial, e no caso deste estudo o *pop management*, difunde a lógica da empresarização dos comportamentos, em que o agir sobre si além de constituir o sujeito, gera valor econômico (GAY, 2007; EHRENBURG, 2010). Nesse novo sistema de teodiceia, a compensação direciona-se à subjetividade do trabalhador, enquanto justifica e legitima a ordem vigente e os comportamentos “bem-sucedidos”.

Em termos do “novo espírito do capitalismo” pode-se dizer que a dimensão estimulante está ligada à autonomia, a qual é valorizada, em detrimento da insegurança gerada pela incapacidade de planejamento em longo prazo (NARDI, 2002). A dimensão segurança não está mais ligada à carreira, mas sim às possíveis e múltiplas oportunidades do trabalho em rede, que ao multiplicar contatos, multiplica também as possibilidades de inserção em novos projetos.

De outro modo, embora a autonomia seja veiculada como aspecto positivo, raramente aparece à discussão sobre a organização do trabalho (NARDI, 2002). No taylorismo e no fordismo os trabalhadores desempenhavam funções prescritas, resumidas em movimentos repetitivos e num ritmo intenso, conforme Gramsci (1991) enquanto que o cérebro ficava livre, logo os trabalhadores tinham a possibilidade de construir estratégias psíquicas de defesa, que o protegiam das condições de trabalho severas, e por outro lado, possibilitava uma organização coletiva (NARDI, 2002). Entretanto, hoje a negociação é individualizada, a subjetividade fora incorporada e há ainda uma ausência ou diminuição de pertencimento coletivo. Ademais, cumpre ressaltar que o engajamento subjetivo e a adesão ao trabalho, conforme Colbari (1991), não estão assegurados pelo contrato de trabalho, isto é, pressupõem a boa vontade do trabalhador.

O pensamento dos trabalhadores não estava aprisionado ao processo de trabalho, o desempenho do processo produtivo não prescindia totalmente da subjetividade, do ato inteligente e da intervenção humana (COLBARI, 1991). Esse aspecto fora incorporado no processo de trabalho, sem contrapartida salarial e ainda, é sustentado pela disseminação e inculcação de um discurso que o justifica e legitima. O novo espírito do capitalismo é difundido pelo discurso gerencial.

Algumas das virtudes burguesas, sistematizadas por Benjamin Franklin e registradas por Sombart, estão presentes nesse discurso gerencial do *pop-management*. A presença reformulada, hoje, de categorias como tenacidade, temperança, decisão e humildade mostra que o capitalismo também se reconfigura discursivamente, com novos e velhos conceitos.

Constatou-se uma fusão dos discursos entre noções que transitam no nível global do management e outras que remetem ao *ethos* do provedor familiar. Não podemos dizer que o *ethos* do provedor familiar se extinguiu, pois os valores que o pautavam ainda têm certa presença nos discursos gerenciais como, por exemplo, a importância da família e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Poder-se-ia falar em uma combinação entre o *ethos* do empreendedor e o do provedor de família ou, dito de outro modo, uma ressignificação do *ethos* do provedor de família.

Conforme os dados apresentados neste estudo, assim como Sombart distinguia duas dimensões do espírito do capitalismo, o espírito burguês e o espírito de empresa verificaram-se duas tendências em que aspectos mais universais do discurso gerencial, do *pop management*, somam-se a facetas locais. Assim cada vez mais os valores locais, tal qual vimos o *ethos* do provedor de família, são sobrepostos pelos discursos gerenciais de países desenvolvidos.

Nesse ponto deve considerar-se o desenvolvimento do capitalismo no Estado do Rio Grande do Sul relacionado ao alcançado pelo país, pois algumas características locais podem influenciar o tipo de discurso, e, por conseguinte o tipo ideal de trabalhador almejado. Entre essas características cabe citar o peso do setor primário, historicamente, na economia gaúcha. Pode-se cogitar que no caso sul-riograndense o *ethos* do provedor de família está associado a um desenvolvimento histórico relativamente menor de setores capitalistas pujantes da indústria e dos serviços, na comparação nacional⁴⁶.

Entretanto, no período de 1990-2002, a indústria cresceu mais no Estado enquanto que no Brasil, o destaque foi o desenvolvimento do setor agropecuário. Se o setor da indústria gaúcha vem se sobrepondo e apresentando crescimento maior do que a indústria nacional, o mesmo não acontece com a agropecuária, pois o Estado vem apresentando, desde 1996, sistematicamente crescimento inferior ao nacional. Já entre os anos de 2000 e 2007 o setor primário declinou, mas mesmo

⁴⁶ Contudo, somos cientes que esta análise descansa em uma divisão entre setores (primário, secundário e terciário) não retrata fielmente as transformações do capitalismo hoje.

assim fora responsável por um quarto da ocupação total no Rio Grande do Sul; e o setor da indústria estadual continuou se sobrepondo ao nacional. Assim, embora o Estado tenha desempenhado um papel de peso histórico do setor primário já que esse setor era mais forte no Rio Grande do Sul do que no restante do Brasil, principalmente a partir dos anos 1990 a indústria do Estado vem se sobrepondo a indústria nacional, ao passo que a agricultura é relegada ao segundo grau de importância, no que tange ao PIB. Esse dado é o que explica conceitualmente, a presença do discurso do provedor de família e sua perda de centralidade.

No Brasil embora na última década, tenha ocorrido o aumento do emprego, e o aumento das proteções, também há um movimento de pressão pela desregulamentação do mercado de trabalho, e pela terceirização. As mudanças contemporâneas do capitalismo, entre as quais, processos de reestruturação e de flexibilização, abertura e instabilidade de mercados, estão associados com um discurso que incentiva os indivíduos a se virarem sozinhos e o Rio Grande do Sul não escapa a isso.

Este estudo revelou aspectos de como se configura o novo espírito do capitalismo no Rio Grande do Sul, de acordo com o discurso difundido pelo *pop management* jornalístico. Com relação às hipóteses de estudo, a primeira delas, sendo confirmada, mostrou a influência da questão local nos discursos gerenciais, por isso os termos gestor e líder se misturam. Por sua vez, a segunda hipótese, também confirmada, estabeleceu que tais discursos estão correlacionados ao movimento global, onde hoje prevalece uma noção de empregabilidade associada antes a manter-se envolvido, mobilizando habilidades e apresentando um equilíbrio emocional antes que ao trabalho em si.

O discurso gerencial brasileiro a partir dos anos 90, vai se apropriando dos modelos e manuais estrangeiros de gestão, e na década de 2000 já se vislumbra um modelo misto que se apropria, no caso sul-rio-grandense, das questões da esfera familiar e do trabalho. No entanto, é no decorrer da década de 2000 que os novos valores entram em cena com mais vigor, e a ética do provedor de família perde o seu papel central. Contudo, observa-se que os discursos ainda apoiam-se em “códigos familiares” que mobilizam as dimensões afetivas, isto é, os sentimentos (COLBARI, 1996 p.7). Nos anos 1990 fundou-se um novo código afetivo e familiar, que aproximou o mundo empresarial do cotidiano dos indivíduos, aproximando então a empresa dos padrões comunitários de organização social (COLBARI, 1996). Já

nos anos 2000 observa-se um novo cenário em que a empresa repassa as exigências e o receituário afetivo e familiar para o indivíduo. Entretanto, a mobilização de valores familiares e afetivos serve a determinados fins para gerar relações econômicas travestidas de amizade, companheirismo e afeto.

Talvez, a maior contribuição deste estudo, através da análise indutiva, seja a de mostrar quais são as grandes categorias que emergem em um espírito do capitalismo enraizado. Nesse sentido, é o desenvolvimento pessoal como motor do desenvolvimento profissional; a dedicação completa ao trabalho; a autorrealização por meio do trabalho e a ênfase no profissional autônomo que emergem como categorias principais de um espírito do capitalismo no nível local, mas que dialoga com o que se observa no plano global. Futuros estudos poderão partir destas dimensões e corroborar em que medida elas são reproduzidas nos ambientes concretos das empresas, isto é, determinar até onde os quadros gerenciais retratam e são propulsores dos discursos disseminados pelo *pop management*.

Referências:

ABERCOMBRIE, W; HILL, S; TURNER, B.S. **La tesis de la ideologia dominante**. Tapa Blanca. 1987. Madrid (p. 9-34; 35-66).

ACCURSO, Claudio. **Relações Macroeconômicas da economia gaúcha (1960-85)**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 1993. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/586/825> Acesso em 05 de dez. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. **Mudanças estruturais no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul: 1981-2007**. A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010. Disponível em <http://www.fee.tche.br/3-decadas/downloads/volume3/3/raul-bastos.pdf> Acesso em 11 de dez. 2013.

BENDASSOLI, Pedro F. Do homem religioso ao homem econômico. In: **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida –SP: Ideias e Letras, 2007. P. 75-137.

_____. O culto da performance como resposta à crise da ontologia do trabalho. In: **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **The new spirit of capitalism**. In: Conference of Europeanists, 1., 2002a, Chicago. *Proceedings...* Chicago: The Council for European Studies, 2002a. p.1-29. Disponível em <http://www.frontdeskapparatus.com/files/boltanskiNewSprit.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009b.

BOURDIEU, Pierre. Uma ciência que incomoda. In: **Questões de Sociologia**. Tradução. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Fim de Século, Edições. Sociedade Unipessoal, LDA. 2003.

BOURDIEU, P; WACQUANT, Loïc. **Uma invitación a la sociologia reflexiva**. Argentina: Século XXI, 2008. P. 25-76.

BOURDIEU, P. A dupla verdade do trabalho. In: **Meditações Pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P.247-251.

CEA D'ANCONA, M.^a Ángeles. El análisis de la realidade social: aproximaciones metodológicas. In: **Metodología cuantitativa: estratégias y técnicas de investigación social**. Madrid: Editorial Síntesis, S.A. 1998. P. 43-77.

CHIAPELLO, Eve; FAIRCLOUGH, Norman. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. In: **Discourse & Society** Copyright © 2002 SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi) Vol 13(2): 185–208 [0957-9265 (200203) 13:2; 185–208; 022406] Disponível em: <http://das.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/2/185>. Acesso em 12 de dez. 2012. P. 185-208.

COLBARI, Antonia L. **Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional**. São Paulo: UFES - Letras e Letras, 1995.

_____. A Moral do Trabalho. In: **Revista Instituto Jones**, Vitória (ES), v. IX, n.01, p. 6-10, 1996. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121128_rijsn_a9_n1_nov_1996.pdf Acesso em 21 de fev. 2014.

CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. **Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada**. Ensaios FEE, v.9, n.2, p.3-45, 1988. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1213/1565> Acesso em 26 de nov. 2013.

COSTA, Achyles B; PASSOS, Maria Cristina. **Crescimento e crise na indústria gaúcha**. Ensaios FEE, v.8, n.1, p.3-20, 1987. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1066/1389> Acesso em 25 de nov. 2013.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. III - Entre a França e a Alemanha, um magistério disputado (1890-1918). In: **História da Sociologia**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ensaio, 1994.

DAL MOLIN, Naiara. **Sindicato e Estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o novo sindicalismo**. Porto Alegre: Nova Prova, 2009.

DIMAGGIO, Paul, J.; POWELL, Walter W. A Gaiola de Ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, São Paulo, vol. 45, n. 2, abr-jun, p. 74-89, 2005.

DONADONE, Julio Cesar. **“Os hunos já chegaram”**: dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e a atuação das consultorias. 2001. 123 pág. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DURAND, Jean-Pierre. “Flux tendu et modèle de la compétence: une révolution silencieuse”. In: J.-C. Delaunay, **Capitalisme contemporain: Question de fond**. L’Harmattan, 2001. Disponível em: <http://www.jean-pierredurand.com/artfrancaispdf/Delaunay.pdf> Acesso em 20 de mai. 2013.

EHRENBERG, Alain. **Culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP. Ideias e Letras, 2010.

FABRIS, E. T. H.; SILVA, R. R. D. Resenha: SENNETT, R. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006. In: **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 317-322, maio/ago. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a19n37.pdf>> Acesso em: 19 de fev. 2013.

FAUSTO, Boris. O regime militar. In: **Historia do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 463-527.

GAULEJAC, V. de. **Gestão Como Doença Social - Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social**. Aparecida, SP. Editora: IDÉIAS & LETRAS, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1991. P. 375-413.

HARVEY, David. O fordismo. In: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 2004. P. 121-134.

HERRLEIN JR, Ronaldo. **A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 645-668, 2002. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2024/2405> Acesso em 23 de nov. 2013.

_____. **O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2002**. Análise, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 137-160. Jan/jul. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/268/217> Acesso em 08 de dez. 2013.

LIPIETZ, Alain. **Fordismo, fordismo periférico e metropolização**. Ensaio FEE, v.10, n.2, p.303-335, 1989. Disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1381/1745> Acesso em 24 de nov. 2013.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. **O “ethos” dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo.** 2004. 385p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000331904> Acesso em 20 de mar. de 2013.

MOREIRA, Carlos Alberto Drummond. **O assalto dos barões ladrões ao patrimônio público dos Estados Unidos no final do século XIX: a exceção é a regra.** 2005. 226p. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000366681> Acesso em 28 de nov. 2012. P. 17-83.

NARDI, Henrique C. **Trabalho e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal.** 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Verbete Ética do Trabalho. In: **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Antonio David Cattani, Lorena Holzmann (orgs); 2. Ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011 (p. 175-177).

OLIVEIRA, Deise de (Org.). **Valorize sua carreira: como ter uma trajetória profissional de sucesso.** Porto Alegre: RBS Publicações, 2003.

ORTUSO, Alessandro Cesar. **A ética da concorrência e seus heróis.** 2008. 271p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000446799 Acesso em 30 de nov. 2012. P. 63-119.

PAES DE PAULA, Ana Paula, WOOD JR, Thomaz. **Pop-management: a literatura popular de gestão no Brasil.** Relatório de pesquisa do Núcleo de Pesquisas e Publicações, FGV-EAESP, São Paulo. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2958/P00219_1.pdf?sequence=1 Acesso em 20 de ago. 2013.

_____. O culto da performance e o indivíduo S.A. In: **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa.** Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

PASSOS, Maria C; LIMA, Rubens, S. **Entre perdas e danos: apontamentos sobre a indústria gaúcha**. Ensaios FEE, v. 13, n. 2, p. 485-577, 1992. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1503/1871> Acesso em 22 de nov. 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A economia e a política do Plano Real. In: **Revista de Economia Política**, vol. 14, nº 4 (56), outubro-dezembro/1994. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf> Acesso em 18 de jan. 2014.

SANTAGADA, Salvatore. **A situação social do Brasil nos anos 80**. Ensaios FEE, v. 17, n. 4, p. 121-143. 1990. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/179/389> Acesso em 01 de dez. 2013.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOMBART, Werner. **El apogeo del capitalismo**. Versión Directa por José Urbano Guerrero. Fondo de Cultura Economica: Mexico. 1946. Vol 1.

_____. **El burguês: contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno**. Madrid: Ed. Alianza, 2005.

TORRES, Roberto. O Neopentecostalismo e novo espírito do capitalismo na modernidade periférica. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul./dez. 2007. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/981/843> Acesso em 16 de mar 2013.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001a, 87, p. Disponível em: [http://www.4shared.com/document/iwQcuaMd/tica Protestante E O Esprito D.htm](http://www.4shared.com/document/iwQcuaMd/tica%20Protestante%20E%20O%20Esprito%20D.htm) Acesso em 27 de nov. 2012.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução: Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2001b. 257p

ZERO HORA. **Como nasce um gerente**. In: Caderno Empregos e Oportunidades. Porto Alegre, 19 de fev.2012.

_____. **Posturas que se devem evitar no trabalho (reportagem de capa)**. In: Empregos e oportunidades. Porto Alegre, 25 de mar. 2012

_____. **Como lidar com as emoções no trabalho.** In: Caderno Empregos e Oportunidades. Porto Alegre, 27 de mai. 2012.

_____. **Em busca do bem-estar na vida profissional (carreira).** In: Empregos e Oportunidades. Porto Alegre, 27 de mai. 2012.

_____. **Jogada para manter a saúde no trabalho (qualidade de vida).** In: Pense Empregos. Porto Alegre. 21 de out. 2012

_____. **Como se tornar um líder inspirador (vida executiva/ gestão).** In: Caderno Empregos e Oportunidades. Porto Alegre, 25 de nov. 2012.

_____. **Equilíbrio entre a vida pessoal e a carreira (carreira/realização)** In: Pense Empregos. Porto Alegre, 14 de abr. 2013.

_____. **A complexa tarefa de liderar (carreira/gestão).** In Pense Empregos. Porto Alegre, 21 de abr. 2013.

_____. **Qualidade de vida no trabalho (entrevista).** In: Pense Empregos. Porto Alegre, 19 de mai. 2013.

_____. **Torne-se o rei da própria carreira (emprego/desafios).** In: Pense Empregos. Porto Alegre, 23 de jun. 2013

_____. **Autonomia que exige planejamento (mercado/alternativa profissional).** In: Pense Empregos. Porto Alegre, 18 de ago. 2013.

_____. **Temperamento interfere na atuação profissional. (Carreira – reportagem de capa).** In: Pense empregos. Porto Alegre, 25 de ago. 2013.

APÊNDICE:

Roteiro de entrevista a ZH

1. O que vocês pretendiam quando lançaram o caderno?
2. De onde vocês tiram as ideias que querem difundir?
3. Que percepção vocês tem do mercado de trabalho em Porto Alegre e no Brasil?
4. Qual é o trabalhador que hoje o mercado de trabalho precisa?
5. Quais são as ideias que vocês acham têm que ser difundidas?
6. Quais são as empresas ou agências que vocês consultam? Como se dá essa consulta? Eles consultam ou vocês procuram eles?
7. Qual a bibliografia que vocês consultam?
8. Que vocês acham que há de semelhante entre o trabalhador do mercado de trabalho brasileiro e de outras partes?
9. A qualificação tem ainda um papel central? E a experiência que papel ocupa hoje para vocês na contratação de um trabalhador?
10. O caderno chamava-se Empregos e Oportunidades, entretanto em meados do segundo semestre de 2012, mudou de nome para Pense Empregos. A que se deve essa mudança de nome?
11. Há quanto tempo você trabalha no Caderno Pense Empregos?

Respostas da entrevista:

1. Não acompanhei o processo de implantação.
2. Recebemos sugestões de pautas de leitores e de empresas, entidades etc. Também definimos as matérias a partir de observações que temos do mercado de trabalho, de matérias feitas em outras regiões, de pesquisas sobre áreas específicas ou sobre mercado de trabalho.
3. A minha percepção é de um mercado de trabalho aquecido, com uma demanda grande por parte das empresas por trabalhadores em algumas funções, mas também percebo dificuldades em encontrar profissionais com formação adequada. Há também novas áreas que podem desenvolver boas perspectivas, mas para as quais as pessoas não estão atentas, principalmente em projetos de negócios próprios ou via web.

4. Capacitado, dedicado, em constante qualificação.
5. Acredito que é importante difundir temas como a importância da qualificação, da busca de novas oportunidades. Meu objetivo é mostrar às pessoas tendências em atividades profissionais e também explicar o que as empresas esperam de seus empregados. Acho importante, ainda, dar dicas para todos possam melhorar seu desempenho.
6. No meu trabalho de edição, não tenho muito contato com as fontes, que ficam sob responsabilidade do repórter.
7. Utilizo mais sites especializados ao tema de carreiras e mercado de trabalho
8. Não tenho muito conhecimento sobre o mercado de trabalho em outros países, mas acredito que existam diferenças de legislação que fazem com o que o trabalhador brasileiro se sinta mais “protegido”.
9. Acredito que a qualificação tenha um peso maior do que a experiência atualmente. Percebo que, em função da rápida evolução tecnológica, a experiência tenha sido deixada de lado, especialmente no caso de profissionais que não conseguiram acompanhar o ritmo das inovações.
10. Também não estava na época, mas suponho que a mudança tenha ocorrido porque todos os cadernos classificados de ZH passaram a se chamar Pense (Empregos, Imóveis, Produtos, Veículos), integrando-se a projetos na plataforma digital.
11. Desde a primeira quinzena de setembro de 2013.

Atributos das reportagens:

Título da Reportagem	Data	Fonte e/ou repórter	Anúncios na mesma página
Como nasce um gerente (trabalho). Empregos e oportunidades.	19/02/2012	Correio Braziliense	Cursos gratuitos: SENAC Porto Alegre para Aprendizagem e Assistente em Segurança; Programa Alfabetização de jovens e adultos no CIEEE; Frentes emergenciais para moradores de

			<p>Canoas: Capacitação de profissionais para a área de zeladoria e manutenção predial; Empresa de RH realiza seleção de garçons, auxiliares de cozinha, atendentes em restaurante, recepcionistas em restaurante, coordenadores de cozinha; pizzaiolos; auxiliares de limpeza em restaurante e cozinheiros.</p>
<p>Posturas que se devem evitar no trabalho (reportagem de capa). Empregos e oportunidades.</p>	<p>25/03/2012</p>	<p>Reportagem especial por Lara Ely</p>	<p>Propaganda de Escola de Comissários de Voo; evento: palestra a ser realizada numa livraria: Por que me faço de vítima diante dos obstáculos? Como vencer sem me boicotar?; Inscrição para o curso de capacitação promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS): técnicas e entrevista para recrutamento e seleção; bate-papo sobre oportunidades de emprego no Canadá; Palestra com Max Gehringer sobre</p>

			<p>“empreendedorismo e a necessidade de entusiasmo e informação para o negócio não se tornar um fardo”;</p> <p>Curso de franchising, realizado pelo CDL Porto Alegre em parceria com a Associação Brasileira de Franchising, objetiva fornecer técnicas para estruturação e expansão de negócios, orientação para a formação de franquia e aspectos relacionados à rede.</p>
<p>Como lidar com as emoções no trabalho (reportagem de capa). Empregos e Oportunidades</p>	27/05/2012	Maria Amélia Vargas	<p>Propaganda de curso de assistente técnico administrativo</p>
<p>Em busca do bem-estar na vida profissional. (Carreira). Empregos e Oportunidades</p>	27/05/2012	Taís Seibt	<p>Propaganda de escola para Comissários de Voo; curso sobre Justiça Desportiva; workshop sobre inovações tecnológicas para Integração em Hardware; Curso de Recursos e Contratos em Espécies e curso de Prática Penal; Curso técnico em manutenção em aeronaves. Propaganda de</p>

			escola de pós-graduação.
Jogada para manter a saúde no trabalho. Pense Empregos. Zero Hora.	21/10/2012	Maria Amélia Vargas	Propaganda de cursos técnicos e faculdade em T.I.
Como se tornar um líder inspirador. (Vida executiva/gestão) Empregos e Oportunidades	25/11/2012	Maria Amélia Vargas	Propaganda de faculdade particular voltada para a área de T.I
Equilíbrio entre a vida pessoal e a carreira (carreira/realização). Pense Empregos	14/04/2013	Maria Amélia Vargas	Propaganda de faculdade particular voltada para a área de T.I
A complexa tarefa de liderar (carreira/gestão). Pense Empregos.	21.04.2013	Maria Amélia Vargas	Propaganda de faculdade particular voltada para a área de T.I
Qualidade de vida no trabalho (Entrevista). Pense Empregos.	19/05/2013	Maria Amélia Vargas	Curso de moda para quem atua no varejo; curso de EAD sobre empreendedorismo; Propaganda de faculdade particular.
Torne-se o rei da própria carreira. (emprego/desafios). Pense Empregos	23/06/2013	Maria Amélia Vargas	Não dispõe
Temperamento interfere na atuação profissional. (Carreira – reportagem de capa). Pense empregos.	25/08/2013	Maria Amélia Vargas	Não dispõe

ANEXOS:

Seguem abaixo os demais trechos extraídos das reportagens que oferecem sustentação empírica a comprovação das hipóteses lançadas pelo presente estudo.

Hipótese 1: O termo gestor e líder são tomados um pelo outro e utilizados como sinônimos para se referir ao mesmo papel

Como nasce um gerente: gestores de diversas áreas citam atributos que fazem deles líderes em seus locais de trabalho. Identificação com o ambiente, boa capacidade de comunicação e dinamismo são característica para o exercício do cargo (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

Liderar, organizar e comunicar. Todos esses verbos podem ser resumidos em apenas um: gerenciar. A atividade de coordenar projetos e guiar equipes está presente no cotidiano de muitos brasileiros (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] De acordo com Minervino Neto [...] a gerência pode ser sintetizada em um conceito: - A empresa quer um profissional que administre processos e pessoas (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...]- A pessoa que só sabe gerenciar processos torna a empresa burocrática demais. Por outro lado, o gerente que só tem aptidão para se comunicar bem com os funcionários deixa a instituição muito dependente desse grupo. [...] O gerente deve ter habilidade para a organização. Precisa traçar metas e determinar prazo para cumpri-las. Uma empresa deve funcionar de acordo com uma gestão responsável. Nada de medidas que comprometam a saúde financeira e produtiva do trabalho. Por outro lado [...] o gestor deve tomar cuidado com o engessamento das ideias (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

O gestor pode acumular vários deveres e precisa de uma atitude dinâmica para lidar com tantas responsabilidades. A gerente de marketing [...] Monalisa Maia, acredita que o líder de equipe deve ser um conciliador entre a empresa e o empregado. [...] A multiplicidade de conhecimentos é o que caracteriza o exercício de chefia. [...] O gerente deve ser uma pessoa com muitas habilidades. Ele precisa saber a parte específica de seu ofício, mas tem de ter uma visão estratégica atemporal e globalizada de informações diversas (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

[...] Em outras palavras, o administrador de equipes precisa ser um funcionário multifuncional, atento às mudanças de mercado e exímio conhecedor das atividades profissionais. Reunir tudo isso em uma pessoa parece complicado, mas nada que determinação e força de vontade não possam resolver. Para Monalisa, um líder não precisa nascer com todas essas habilidades (ZERO HORA, 19/02/2012, p. 5).

A complexa tarefa de liderar: segundo pesquisa da Page Personnel, 53,5% dos subordinados dizem que seus gestores não atendem a suas expectativas (ZERO HORA, 21/04/2013, p.3).

[...] Como o aprendizado sobre liderança e gestão de pessoas não faziam parte do currículo na faculdade em que Caroline estudou, ela precisou buscar no treinamento apoio para aprimorar esses aspectos. O trabalho de coaching provocou mudanças no ambiente de trabalho a partir de encontros semanais de uma hora (ZERO HORA, 25/03/2012, p.3).

Hipótese 2: A noção de empregabilidade – e de manter-se empregável – não está associada ao trabalho em si, mas sim a manter-se envolvido, mobilizável, através do desenvolvimento das suas habilidades e equilíbrio emocional.

[...] Em busca da satisfação pessoal, a arquiteta Cíntia Etges, percebeu novas possibilidades na carreira após uma experiência no Exterior. Ao inscrever o projeto para uma escola na África feita a partir dos preceitos da sustentabilidade, a profissional não imaginava que isso significaria uma grande mudança na sua carreira, com reflexos na vida pessoal: - Fui até lá auxiliar a comunidade a executar o projeto. Na volta, eu percebi que precisava direcionar o meu trabalho para as coisas que eu realmente acredito – diz Cíntia (ZERO HORA, 14/04/2012, p.3).

[...] Embora especialistas apontem que é importante separar a vida pessoal da profissional, o freelancer pode trabalhar em horários alternativos (até de madrugada) e ir ao shopping em uma quarta-feira à tarde (ZERO HORA, 18/08/2013, p.5).